



A Bahia a seus filhos.

— Ide, meus filhos —, esta capella cingirá os vivos, as minhas orações acompanharão os mortos: o mortos ou vivos, o Brasil espera, e eu mando, que cada um de vós cumpra o seu dever.

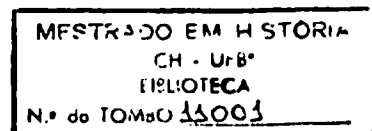
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO EM HISTÓRIA

OS (IN)VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA
NA GUERRA DO PARAGUAI
(A PARTICIPAÇÃO DA BAHIA NO CONFLITO)

Marcelo Santos Rodrigues

Dissertação apresentada ao Mestrado de
História da Faculdade de Filosofia e
Ciências Humanas da UFBA, como
requisito parcial para obtenção do grau
de Mestre

ORIENTADOR(A): Prof^ª. Dr^ª. Lina Maria Brandão de Aras



Salvador – Bahia
2001

*Ao meu avô,
Maximiano dos Santos (in memoriam).
Aos meus pais,
Mamei Rodrigues e Rivanda Santos.*

AGRADECIMENTOS:

Profª Drª Lina Maria Brandão de Aras, orientadora.

Professores Doutores Maria Hilda Baqueiro Paraíso e Antônio Fernando Guerreiro de Freitas, coordenadores do Mestrado no período.

Prof. Dr. João José Reis

Prof. Dr. Ubiratan Castro de Araújo

Prof. Dr. Hendrick Kray

Profª Consuelo Ponde de Senna, presidenta do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

Cleide de Lima Chaves

Paulo Roberto de Freitas Costa

Aos funcionários do Arquivo Público do Estado da Bahia, do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e da Fundação Clemente Mariani.

A Marina, da Biblioteca dos Mestrados/FFCH-UFBA.

Aos colegas do Mestrado em História

RESUMO

A Guerra do Paraguai foi, sem dúvida, a mais sangrenta guerra travada na América do Sul. Para sua sustentação, o Império recorreu à formação de batalhões denominados “Voluntários da Pátria”. Nesse estudo, privilegiamos a participação da Bahia no conflito entre os anos de 1865 e 1870. Um exame sobre os autores baianos e seus escritos foi o ponto de partida, para, finalmente, nos arquivos, seguir os passos da guerra na documentação existente. As séries referentes à Guarda Nacional, Polícia, Correspondência ao Imperador, Avisos do Ministério da Guerra, Compras de Escravos, Recrutamento e uma pequena documentação intitulada Guerra do Paraguai, encontrados no Arquivo Público do Estado da Bahia, constituíram-se em minhas fontes que, somadas aos jornais do período, permitiram-nos indagar que, além dos voluntários, a Bahia enviou diferentes grupos sociais: recrutados a força, guardas nacionais designados, voluntários, substitutos e escravos, vítimas das perseguições políticas, de intrigas e disputa pelo poder e de uma sociedade escravista. Nesse contexto, foi possível identificar estratégias utilizadas para fugir da participação direta na Campanha e, quando enviados contra sua vontade, poder chamá-los de (In)voluntários da Pátria.

ABSTRACT

The Paraguay war was, without doubt, the most baldly war combated in south America. And to sustain it the imperial requested the formation of army called "Voluntários da Pátria." In this studies, we privilege the Bahia conflict between 1865 and 1870. To investigate Bahia participation in this war, one exam about these baianos authors and its writers was the point to start to, in this files goes the steps of the documents existent. The series referents the National Guard, Police, applied to the imperor, Notes of the war minister. Buyers of slaves. Recruitment and one small documentation called Paraguay war, found in the public files of the state formed my research that added to the newspaper of the period, allowed me ask that besides of volunteer, Bahia sent all the kind of people: forced recruited, national guard, volunteer, substitute and slaves, victim of politics persecute, of intrigue and dispute to the power and of a society of slaves. In this context was possible to know the strategies used to escape of the participation in the campaign, and when sent without choice, could called them volunteer of the country.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO I	
REPRESENTAÇÕES SOBRE A GUERRA DO PARAGUAI	13
CAPÍTULO II	
OS VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA	37
2.1. Homens e mulheres vão à guerra	57
CAPÍTULO III	
OS INVOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA	70
3.1. Os primeiros momentos	70
3.2. A ampliação do recrutamento	82
3.3. Os custos e divergências	90
3.4. A caminho da guerra	102
3.5. Negros: livres e cativos: voluntários ou involuntários?	109
CAPÍTULO IV	
UMA NOVA GUERRA	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS	147
FONTES	150
BIBLIOGRAFIA	157
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

No dia 11 de novembro de 1864, o presidente paraguaio, Francisco Solano López aprisionou o navio brasileiro Marquês de Olinda, que conduzia o presidente da província do Mato Grosso. No dia seguinte, o El Supremo, como era conhecido, declarava guerra ao Brasil e, em dezembro daquele mesmo ano, continuava sua política de agressão contra o Império brasileiro. Partindo de Assunção forças paraguaias invadiram a Província de Mato Grosso, tomando o forte de Coimbra, levando o terror a toda região.

Na província da Bahia, pelas páginas dos jornais, as notícias chegavam dando conta do que ocorria na tão distante e isolada província. Não era, para os baianos, todavia, novidade o conflito que se inaugurava na região do Prata. Em agosto de 1864, os canhões brasileiros já haviam estreado no Uruguai e, em 16 de outubro de 1864, a marinha do Brasil bloqueava Montevideú. Para as nações aliadas, a campanha era uma questão de tempo, pois, juntos, Argentina, Uruguai e Brasil assinaram, em maio de 1865, um Tratado que previa uma derrota quase que imediata das tropas paraguaias. Os objetivos da guerra eram pôr fim à ditadura de López, garantia da livre navegação no sistema fluvial e a anexação de territórios paraguaias, reivindicados pelo Brasil e pela Argentina.

O Exército Imperial, em difícil condição para uma guerra nas fronteiras do sul do país, se viu impossibilitado de sozinho combater o inimigo agressor. Face a debilidade das forças armadas, o Imperador D. Pedro II, em 7 de janeiro de 1865, pelo decreto n. 3.371, apelaria para o sentimento patriótico do povo brasileiro, criando, para o serviço extraordinário da guerra os batalhões denominados de Voluntários da Pátria, facilmente identificados pela chapa metálica com o escudo imperial levado no braço esquerdo pelos soldados.

A província da Bahia foi a primeira a se oferecer em sacrifício da pátria ultrajada pelo inimigo. Governava a província a política progressista, representada pelo Desembargador Luiz Antônio Barbosa de Almeida, quando o Corpo de Polícia da capital, sob o comando do tenente-coronel Joaquim Maurício Ferreira, antecipando-se ao decreto, que criava os Corpos de Voluntários, ofereceu-se para participar da luta, embarcando com 477 homens no dia 23 de janeiro de 1865. Era a primeira leva de uma série que ocorreria ao

longo dos 5 anos de guerra, como também eram voluntários as primeiras tropas que embarcaram para a região de conflito. Porém, com o passar do tempo o entusiasmo estava amortecido no coração do povo.

Viu-se, então, o governo na necessidade de recorrer a Guarda Nacional, porque não estava o Brasil e, tampouco a Bahia, em condições de enfrentar uma guerra contando apenas com o Exército. O recrutamento sempre foi ternel na Capital e noticiava o *Jornal O Alabama* já haver falta de homens, pois, “só vem à cidade com cavalos e carvão as mulheres dos tabareus e os filhos; os machos foram-se todos.”¹ Sumiram com o receio do recrutamento que não poupava nem mesmo aqueles que por lei estavam isentos ou mesmo sem que estes tivessem o tempo permitido na lei para justificarem suas isenções.

O Governo, depois de haver mandado cessar a organização de novos batalhões de voluntários, por entender que tanto entusiasmo levou a um crescente número de soldados nas fronteiras, logo viu-se obrigado a recorrer a novos contingentes, apelando para novas levadas de voluntários. Contudo a imagem que se tinha daqueles que, feridos, voltavam do Paraguai impressionava e fazia esmorecer qualquer tipo de patriotismo. À noite, pelos adros das igrejas da cidade, dormiam os mutilados da guerra e durante o dia estendiam a mão à caridade pública, esmolando para não perecerem de fome.

Foi preciso, então, formar voluntários à corda, caçados a cachorro, ao passo que, muitos “de peitos largos” eram isentos. Os que se diziam correrem voluntariamente para o Exército e Armada para engrossar as fileiras do sul, frequentemente, desembarcavam dos vapores da Companhia Baiana ou entravam, pelos subúrbios, com os pulsos algemados. No cair da noite ou no silêncio da madrugada, conduzidos pelos caminhos pouco habitados sob a escolta de baionetas. Não era mais, o embarque, debaixo de flores, foguetes e aplausos da população como verificado nos primeiros meses da guerra.

A contribuição para a guerra também foi fruto de vinganças. Antigas rixas, odios concentrados entre famílias, entre partidos e, até mesmo vizinhos, tiveram expansão naquela época. Dizia o *Jornal O Alabama*: “o fraco era vítima da prepotência do forte. Transigiu-se com a virgindade, com a fidelidade da casada, com a honestidade da viúva, e fez-se jogo de todos os meios.”² Até mesmo homens desformes foram sacrificados pelos

¹ IGHBa. *Jornal O Alabama*. Edição de 04 de janeiro de 1865.

² IGHBa. *Jornal O Alabama*. Edição de 29 de abril de 1870.

rancores de adversários. Enquanto o governo da província, conhecendo a realidade dessas malversações de seus agentes e colaboradores, silenciava em nome do patriotismo e das vantagens que poderiam obter com a guerra travada na própria província. “e quando os que se interessavam pelos oprimidos iam-lhe pedir justiça, dizia com irônico sorriso – sou pedra.”³ Era comum no centro ou no sertão da província, quando as autoridades estavam em divergências com os senhores locais, o pobre ver-se na situação crítica de, se não votar com os poderes locais constituídos, serem arrancados de suas casas e levados à força para a guerra.

As dificuldades, com o passar do tempo, só aumentaram, levando famílias a recorrerem ao auxílio do governo, sem obterem, muitas vezes, resposta as suas solicitações. Na rua da Lapa, Forte de S. Pedro e na porta da repartição da polícia, senhoras alucinadas, clamavam contra o céu e a terra, implorando esmola para sobreviverem ou implorando a soltura de seus maridos, irmãos e pais que tinham sido recrutados.

Cada vapor que aportava na cidade do Salvador trazia a notícia de uma vitória ou feito das armas e consigo a necessidade imediata de uma nova leva de homens caçados para a guerra. O estado do país e na Bahia era desanimador, pois a guerra prolongava-se, a mortalidade era terrível, mais de 30 homens por dia, o que equivale a 1.000 por mês, perderam a vida nos hospitais improvisados, carentes de ataduras, remédios contando apenas com a proteção e caridade de algumas senhoras para que minorassem os males dos voluntários que partiram para a guerra em defesa da pátria.

A guerra, agora, volta-se contra os escravos que podiam ser vendidos para a guerra ou libertados com o mesmo fim. Escravos fugidos buscavam a proteção da farda e a possibilidade de se libertarem. Era a oportunidade de muitos escaparem da escravidão, preferindo o destino nefasto que revelava o conflito aos grilhões a que estavam condenados.

De regresso para suas casas, voluntários, guardas nacionais e soldados do Exército continuariam em luta. Agora, pela própria sobrevivência e de seus familiares, entregues à própria sorte, reivindicavam seus direitos e mutilados, recorriam ao governo, cobrando as promessas feitas antes do embarque, sem, no entanto, obterem sucesso. Nas ruas da cidade, de onde partiram soldados para a guerra, era frequente a cena de um pobre homem esmolando da caridade pública para sobreviver, quase enlouquecidos pela longa

³ IGHBa. Jornal O Alabama. Edição de 29 de abril de 1870.

campanha e abandonados pelo governo que lhes pediu demonstrações de patriotismo no início da Guerra contra o Paraguai.

O estudo sobre a participação da Bahia na Guerra do Paraguai e dos “Involuntarios da Pátria”, que desta província partiram, e resultado de uma pesquisa onde a ampliação das fontes documentais permitiram preencher as lacunas existentes sobre a construção do conflito na Bahia, assim como um desafio a leitura de novos documentos que permitiram o aprofundamento sobre a mobilização de tropas, ultrapassando os limites de um oferecimento patriótico para inferir como a Bahia fez a campanha.

O resultado da pesquisa está dividida em quatro capítulos. O primeiro tem como finalidade identificar e historiar a produção sobre a Guerra do Paraguai, elaborada por pesquisadores baianos que escreveram sobre o conflito depois de terem participado diretamente da guerra ou investigarem, nos arquivos, documentos sobre a campanha e a participação da Bahia, muitos dos quais estiveram ligados ao Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. O segundo destaca a participação voluntária dos baianos, – homens e mulheres – a mobilização da tropas na Bahia, os preparativos, a participação com doações de particulares, cujo objetivo era o de se isentarem de marchar para a Campanha. E, finalmente, o embarque das tropas para a Côte e dali para o Paraguai. No terceiro capítulo, discutimos as estratégias adotadas pelo governo e pelas autoridades para aumentar o contingente de soldados com destino para a guerra. Dessa forma, buscamos investigar o recrutamento no interior da província, a participação das mulheres, filhos e maridos e suas estratégias para furtar-se ao recrutamento assim como a política de ampliação do contingente, incluindo, agora, a participação escrava seja como substitutos, oferecidos por particulares ou mesmo como fugitivos ingressos nas fileiras do Exército, que, dessa maneira, subtraíam-se da estrutura escravista do século XIX.

No último capítulo, abordamos o retorno dos Corpos de Voluntários. Com o fim da guerra era preciso recompor suas vidas assim como para o Império era preciso desmobilizar as tropas que regressavam para suas respectivas províncias. Assim, a condição em que ficaram reduzidos muitos dos soldados e suas famílias depois do conflito torna-se o tema central da investigação deste capítulo e a reafirmação da existência dos Involuntarios da Pátria na Guerra do Paraguai.

CAPÍTULO I

REPRESENTAÇÕES SOBRE A GUERRA DO PARAGUAI

Ao longo do século XIX, o Brasil enfrentou disputas externas e de delimitações de suas fronteiras na região do Prata e, apesar dos conflitos militares entre o Brasil e as nações limítrofes serem fundamentais na compreensão da formação nacional e territorial do país, pouca atenção tem se dado a Guerra com o Paraguai ocorrida entre os anos de 1865 e 1870. Podemos, ainda, afirmar que essa guerra constituiu-se em um dos fatores na construção da identidade nacional no final do século XIX, superando a proclamação da independência e, posteriormente, da república. A independência do Brasil, mobilizou uma pequena parte de suas províncias, notoriamente Rio de Janeiro, Pará e a Bahia, responsáveis pela afirmação da independência política ocorrida entre 1822 e 1823

Os movimentos revoltosos, ocorridos no período regencial, muitas vezes, caracterizaram-se como rebeliões de caráter separatista. O sentimento de nação, disfarçado em patriotismo, somente foi possível quando a guerra produziu um inimigo concreto nas fronteiras e mobilizou as províncias em direção de um objetivo comum: o da garantia da integridade territorial e a ofensa cometida pelos vizinhos.

Encontraram-se nesse conflito homens vindos das mais longínquas regiões do país, provenientes de classes distintas, somando-se aos escravos e libertos, os quais, viveriam demorados cinco anos, possibilitando o convívio de diferentes brasis por força do dever de cumprir uma obrigação comum.¹

No decurso do século XIX, vários foram os atritos travados entre o Império brasileiro e as Repúblicas vizinhas do Prata, formadas pelas repúblicas argentina, uruguaia e paraguaia. A política Imperial na região platina buscava manter a segurança e a tranquilidade na fronteira da província do Rio Grande, pois, assim, garantiria a livre navegação dos rios da Prata, Paraná, Uruguai e Paraguai, rota de comunicação com o interior do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina e importante acesso para a distante província do Mato Grosso. Evitando, também, a ameaça constante do renascimento de um

poderoso império, aos moldes do antigo Vice-Reinado do Prata, formado pelo Uruguai, Bolívia, Paraguai, sob liderança da Argentina, impedindo em suas fronteiras a formação de Estados fortes e oposicionistas a política do Brasil.

Depois de alcançada a independência política, ocorrida em 1828, o Uruguai, enfrentou um período de guerra civil liderada por duas facções políticas. O partido Blanco, comandado por Manuel Oribe, representante dos interesses pecuaristas e das elites do interior, e o Partido Colorado, representante dos comerciantes de Montevideu, sob a liderança de Frutuoso Rivera, este último, apoiado em suas pretensões pelo Brasil, enquanto o primeiro contava com a ajuda do presidente argentino Juan Manuel Rosas.

Os constantes incidentes, com as forças de Oribe, que atacavam as fazendas de súditos brasileiros no Uruguai, muitas vezes atravessando as fronteiras para alcançar as estâncias gaúchas, levaram à intervenção militar brasileira contra Oribe, que foi derrotado em 1851. Esta campanha foi sucedida por um novo conflito, dessa vez, contra o ditador argentino Rosas, que desde a década de 1830 impusera uma ditadura na Argentina. Semelhante ao que ocorrera no Uruguai, duas correntes políticas disputavam o controle político, opondo-se, de um lado, os federalistas, defensores das províncias do interior do país, que lutava por maior autonomia e descentralização e, do outro, os Unitários, defensores da centralização com a hegemonia dos comerciantes da região do porto de Buenos Aires.

Rosas, defensor das ideias federalistas, derrubou o governo de Buenos Aires e estabeleceu um longo governo ditatorial, adotando uma rígida política centralizadora em torno da Província de Buenos Aires, o que praticamente consolidou na Argentina sua condição de importante nação no Prata, procurando, também, estender sua política ao Uruguai, onde pretendeu controlar a navegação dos rios e a própria independência daquele país, o que ameaçava e contrariava os interesses do Brasil. Contra Rosas, o governo imperial passou a ajudar os seus adversários, liderados por Justo José de Urquiza, governador da província de Entre Rios, o que interviria com forças militares em novembro de 1851, depois da derrota de Oribe no Uruguai. Dessa guerra, que durou poucos meses na Batalha de Monte Caseros, Rosas saiu derrotado e abandonou o país.

¹ Ver: CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem. A elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1981; *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987; *Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 1996.

Longe, ainda, estava de ser alcançada uma paz duradoura naquela região. Depois da intervenção brasileira contra Oribe, reacendia a luta entre Blancos e Colorados, levando novas agitações ao Rio Grande do Sul: gado roubado, estâncias invadidas, dessa vez sob a liderança de Atanasio Aguirre que levou os Blancos de volta ao poder em 1864, apoiado por Francisco Solano López, presidente do Paraguai. A indiferença de Aguirre, ante as reclamações do Império, que exigia reparos com o pagamento de indenizações e o fim dos ataques aos fazendeiros, levou ao rompimento das relações com o Brasil e a Banda Oriental. Solano López tentou atuar como negociador desses conflitos entre os dois países, mas seria repellido pela diplomacia brasileira. No final de 1864, a marinha imperial bloqueou Montevidéu e o Exército invadiu o Uruguai, depondo Aguirre e levando ao poder Venâncio Flores, líder do partido Colorado.

Eram essas as condições históricas oriundas ainda do Primeiro Reinado e expressa na disputa colonial entre Portugal e Espanha e que, somando-se finalmente às condições econômicas representadas pela economia pastoril na região sul do Império, fez aquela região limítrofe caracterizar-se por disputas acerbadas entre o Império brasileiro e os outros países que compunham a região do Prata.

Os episódios transformaram-se em guerras nas fronteiras e, mesmo com a atuação diplomática na região, não seria possível estabelecer acordos sem derramamento de sangue, o que resultou em conflitos de grandes proporções, alcançando a Guerra do Paraguai a denominação do mais sangrento conflito já travado na América do Sul.

A historiografia sobre a Guerra do Paraguai trata da guerra em geral, das lutas, batalhas, disputas geopolíticas, dos heróis e esta nitidamente compreendida em três fases ao longo do século XX. A produção historiográfica tradicional brasileira sobre a Guerra do Paraguai, compreendida entre as décadas de 20 até início da década de 60 do século XX, é vastíssima e composta, em sua maior parte, por obras produzidas por militares e memórias daqueles que estiveram ligados diretamente ao conflito. Era preciso, naquele momento, reafirmar a força que exerceu o Exército na Guerra, exaltando o seu patriotismo e de seus heróis, enfrentando condições adversas e a própria negligência do Império que via essa instituição com desconfiança. A questão Militar e o Manifesto Republicano de 1870, surgem logo depois da Guerra, razões tradicionalmente apontadas pela historiografia da fase referida como responsáveis pelo declínio do Império e a proclamação da República.

A Guerra do Paraguai exigiu um Exército moderno e forte, o que contrariava os interesses políticos locais. A Guarda Nacional, criada durante a Regência, era o braço forte na condução dos interesses da elite escravista nas diversas províncias.² Afirma Fernando Novais.

“Não se monta impunemente, contudo, uma força armada moderna. Depois de tê-la formado, não se pode mais descartá-la. O que fazer com ela? A partir daí é que se instala a Questão Militar, que iria progressivamente se aprofundando. E, como não se pode desmontar a força armada, acaba-se por desmontar a própria Monarquia.”³

A imagem de um Exército maltrapilho e moribundo, do recrutamento forçado, de pouco soldo pago a tropa deveria ser substituído pela de um Exército disciplinado e capaz de interferir na vida política do país, quando os interesses nacionais fossem postos em discussão. Prevalecem aí as teses que resultaram na construção histórica de uma guerra cuja vitória foi atribuída exclusivamente à atuação do Exército, considerado único responsável pela República que substituiu o Império, inaugurando uma nova fase da vida política do Brasil. Predominam nessas obras relatos sobre a guerra e suas inúmeras batalhas. Referindo-se a Batalha de Tuiuti, afirmou Pedrosa.

“Simulando um ataque contra a ala direita dos aliados, os paraguaios investiram contra o centro e a esquerda, procurando envolver este flanco, o choque foi terrível, pois a cavalaria de Lopez era terrível (...) depois de cinco horas de combate, o inimigo retirou-se, deixando 6 000 mortos no campo de batalha, além de 7.000 feridos.”⁴

Um novo perfil historiográfico configurou-se com o despertar do fim da década de 60 aos anos 80, quando aparecem novas teses e interpretações para a compreensão da Guerra do Paraguai; teses, até então, sem nenhuma presença na historiografia. Nessa segunda fase, cujo contexto foi marcado pelos governos militares espalhados na América Latina, o tema foi revisitado, produzindo-se uma nova visão da guerra, impulsionado pelas circunstâncias históricas e políticas, o que refletiu aspectos dissonantes daqueles produzidos no pós-guerra. Aparece nas obras desse período, o Paraguai como vítima do

² CASTRO, Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831-1850*. São Paulo: Nacional, 1977.

³ NOVAIS, Fernando. “O significado da Guerra do Paraguai na história do Brasil.” In: MARQUES, Maria Eduarda Castro M. (org.) *A Guerra do Paraguai 130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 1995. p. 80.

⁴ PEDROSO, Tabajara. *História do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 1956. p. 216

imperialismo inglês, transformando-se a Inglaterra no quarto aliado da Triplice Aliança, estimulado pelos interesses que caracterizaram o período. Entretanto, nessa fase, também surgiram obras de reafirmação das teses semelhantes do pós-guerra, defendidas por Queiroz Duarte, onde novamente destacou a importância do Exército no desfecho da guerra. Escreveu este autor:

“Não é, propriamente, um histórico da guerra de 1865-1870, o maior, o mais arduo e o mais longo episódio de todos os tempos de nossa História Militar; não obstante, o leitor dela tomara minucioso conhecimento, através dos feitos daqueles magníficos Corpos de Voluntários, tão sacrificados e tão homéricos na defesa da pátria.”⁵

Revelou-se apenas como inovação em sua obra, a junção dos principais Batalhões de Voluntários, que participaram da guerra, oriundos de diversas províncias do Império, cujo objetivo deu um caráter nacional àquele conflito.

Finalmente, desde o final da década de 1970, a guerra pouca atenção despertou nos pesquisadores, mas os livros e artigos, produzidos sobre ela, propõem novos temas e interpretações, passando a ser objeto de estudo – a guerra e a questão da integração nacional, as transformações sociais derivadas da guerra, a cidadania e a própria guerra.⁶

Interessa-nos, aqui, no primeiro momento, compreender como a guerra foi pensada e discutida por historiadores baianos que participaram do conflito ou estiveram associados ao Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, o que escreveram e como interpretaram as razões do conflito, o desenvolvimento da guerra, assim como as consequências do episódio para a Bahia.

A historiografia nacional permitiu que o tema Guerra do Paraguai fosse recorrente ao longo dos últimos 136 anos. Na Bahia, que participou ativamente do conflito, enviando o segundo maior contingente de soldados para o sul do Império, resume-se a uma produção histórica e historiográfica que compreendeu o período pós guerra, encerrando-se nos anos 50 do século passado. Muito provavelmente o desaparecimento do tema Guerra do Paraguai, na Bahia, esteja relacionado a dois fatores que se completam, apesar de ainda não

⁵ DUARTE, Paulo Queiroz. Os voluntários da pátria na Guerra do Paraguai. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981, v. 1, p. 7.

⁶ Ver Abente (1987), Reber (1988), Salles (1990), Pastore (1994), Menezes (1994), Costa (1996), Sousa (1996).

se explicarem em sua totalidade. O declínio da produção histórica do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia levou ao esquecimento de temas relacionados à política, identificado como reduto do positivismo e de uma história factual, ao passo que, nesse mesmo momento, a Universidade Federal da Bahia⁷, configurava-se como importante instituição e, fomentando pesquisas, agora comprometidas com as novas abordagens, interpretações e fontes que caracterizaram a historiografia mundial, produzindo temas relacionados à história social e cultural, ampliando-se as teses estudadas referentes à escravidão, doenças, demografia e outros, embora os responsáveis pela criação da universidade estejam todos eles ligados ao IGHBa, as novas gerações tinham, diante de si, o desafio de estudar um enorme leque de temas adormecidos em nossos arquivos ou revisitados mediante novas abordagens.

Em artigo publicado na Revista do IGHBa, Silio Boccanera Júnior, afirmava que

“A história da Campanha do Paraguai deve interessar a todo o brasileiro, particularmente a todo baiano, na parte que nela representou, gloriosamente, esta província, cujo nome, por seu valor e denôdo, e patriotismo, desde as lutas da Independência, refulge nas cintilantes páginas da História Pátria, enchendo-nos de supremas honras, do mais legítimo orgulho.”⁸

A guerra de independência na Bahia, em 1823, transformou a província em importante defensora da ruptura com Portugal. Para consolidar a independência era preciso expulsar as tropas portuguesas que ocupavam a capital da província, uma das bases da reação das Côrtes pela recolonização do Brasil. Entretanto forças patrióticas baianas, apoiadas por senhores de engenho do Recôncavo e pela frota liderada por Cochrane, forçaram a retirada final dos portugueses em 2 de julho de 1823. Dai, então, quaisquer atitudes nacionalistas, como as exigidas nos conflitos no sul do Império, tornaram pertinente a convocação da província da Bahia, lembrando sempre e ressaltando o papel dos heróis que, em 1823, impediram a continuidade do domínio português. A importância de participar da Guerra de Independência levou prestígio e status a quem dela tivesse participado, de modo que, quando da convocação para os conflitos na região do Prata,

⁷ Em 1976 deu-se a fundação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na UFBa.

⁸ BOCCANERA JR., Silio. A Bahia na Guerra do Paraguai. In Revista do IGHBa. Salvador: Typ Americana de I. P. da Costa, 1945. V. 72, p. 149.

muitos desses indivíduos, já com patente de oficial, se apresentaram comandando batalhões de voluntários na guerra travada ao sul do Império.

Lemos de Brito⁹, diferente da historiografia tradicional brasileira que, frequentemente, aponta para a origem do conflito a figura de Solano Lopez, descrevendo-o como um monstro sanguinário e megalomaniaco que acreditava ser possível, com o poder das armas, construir um Império no Rio da Prata, trabalhou com documentos e consultou as críticas, por vezes, já elaboradas sobre o conflito, atribuindo outra razão para a contenda. Para ele o problema estava relacionado diretamente à existência da República que:

“ali, a propriedade não tem a segurança devida, porque as próprias instituições oscilam continuamente na ponta das baionetas; os governos melhor intencionados resvalem para a ditadura; o estado de sitio; a lei marcial; a suspensão das garantias individuais.”¹⁰

Assim, a guerra é aquela travada entre a civilização e a barbárie, representada respectivamente pela monarquia e a república, capazes de produzirem alterações no cenário político e social da região em conflito¹¹. Contribuiu, ainda, a situação dos tratados referentes às fronteiras, que sempre foram recusados pelo Paraguai, e a atuação do corpo diplomático, que, por vezes, negociou as questões do interesse do Império no Prata. Para Lemos de Brito foi infrutífera a presença diplomática na região:

“a ação de nossos ministros limitou-se a protelar a intervenção, agindo em tom moderador, enviando notas conciliadoras que nunca foram acatadas (...) Nenhuma destas reclamações foi escutada, em Cerro, Lago, Cordovez e Taquarambó, 139 brasileiros caíram assassinados.”¹²

Dessa forma, às razões enumeradas pela versão tradicional, a qual destaca o ataque paraguaio ao Brasil, somam-se as outras defendidas por Lemos de Brito que atribuiu um conjunto de fatores para o desencadear do conflito

Para as obras que compreendem a fase inicial dessa historiografia são outros os conceitos sobre a atuação da diplomacia na guerra, muitas das quais expressam as idéias de que a diplomacia esgotara a sua intervenção no Prata. Era preciso caracterizar os países

⁹ BRITO, José Gabriel Lemos. Guerra do Paraguai: narrativa histórica dos prisioneiros do vapor *Marquez de Olinda*. Pref. De Arlindo Fragozo. Bahia: Lith-Typ. Enc. Reis. 1907.

¹⁰ Idem. *Ibidem*, p. 3.

¹¹ Ver ALAMBERT, Francisco. “Civilização e Barbárie, História e Cultura.” In: MARQUES, Maria Eduarda Castro (org.). *A Guerra do Paraguai 130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. p. 83-96.

¹² BRITO, op. cit., p. 5.

beligerantes e demonstrar as forças destacadas. E, sobre o Paraguai, afirmou Lemos de Brito:

“Adquirira a mais poderosa artilharia da América do Sul, organizara um exército de perto de 100.000 homens, dois terços dos quais bem armados e bem municiados; reformara a esquadra; encomendara novos encouraçados a Inglaterra; fortificara a Capital, Humaitá, Curupaiti, Itapiru.”¹³

Transcrevendo do Jornal da Bahia, quando nem mesmo a notícia do aprisionamento do navio Marques de Olinda chegara à província, dizia o mesmo autor:

“Os negócios do Rio da Prata vão mal, espera-se uma grande guerra, em que tomam parte – O Brasil, a Confederação Argentina com 15.000 homens – cada e Flores com 5.000; e do outro lado – Urquiza e o Paraguai com 22 a 25.000 homens entre si.”¹⁴

Era, então, a guerra inevitável, pois Argentina e Brasil, pela primeira vez, estavam do mesmo lado, apesar da diferença na proporção dos Exércitos oferecidos para a guerra. Solano López, por sua vez, manifestou contar com a possível adesão das províncias do interior da Argentina em apoiar o Paraguai em suas pretensões. Quanto ao Exército brasileiro afirmava Lemos de Brito que:

“até o dia 6 do corrente estava o Exército sem barracas. As armas Minié que recebemos são de tal qualidade que experimentadas com cartuchame improvisado, tem rebentado grande numero, pelo cano, outros pelo ouvido.”¹⁵

De fato, o Império contava com um débil Exército antes da guerra, o que pode ser explicado pela estrutura militar herdada da guerra de independência, cuja força regular não despertava atração à população para as suas fileiras, sofrendo discriminação ao longo de sua história. Não devemos confundir tal situação com a inexistência de uma força destinada e de fácil mobilização em caso de guerra na fronteira, pois a Guarda Nacional podia substituir, inicialmente, e, com relativa facilidade, as tropas do Exército.

E ponto comum entre os autores, posteriores a guerra, que em suas obras busquem comparar o poderoso Exército paraguaio com o dos aliados debilitados e sem condições materiais para sustentação de uma guerra. Porém poucas são as pesquisas que

¹³ Idem. Ibidem. p. 10

¹⁴ Idem. Ibidem. p. 80

¹⁵ Idem. Ibidem. p. 12

elucidam o poder do Paraguai na contenda, assim como a dos aliados, produzindo, muitas vezes, dúvidas sobre a mobilização para a guerra.

Os números são desiguais em virtude da própria composição das forças contrárias que atuaram na guerra. As populações do Brasil, Argentina e Uruguai, respectivamente, eram de aproximadamente 10 milhões de habitantes, sendo cerca de 1,5 milhões de escravos, 1,5 milhões e 300 mil habitantes, unidos contra o Paraguai com uma população próxima dos 400 mil habitantes. Quanto às forças militares, parece existir um maior equilíbrio entre os inimigos. Para o Paraguai, entre 28 e 57 mil homens, contando ainda com uma reserva entre 20 e 28 mil, mobilizando, no decorrer da guerra, entre 70 a 80 mil soldados, enquanto na Argentina os números apresentados são entre 10 a 15 mil; Uruguai, de 5 mil, e o maior contingente dos aliados sob a responsabilidade do Brasil, compondo um Exército de 20 mil homens, mobilizando durante a guerra cerca de 130 a 150 mil soldados¹⁶

A longa duração do conflito não pode ser atribuída à superioridade bélica do Paraguai e, sim, à existência de fatores poucos explorados por essa tradicional historiografia que se limitou em apontar a preparação do Paraguai para a guerra.

No dia 1º de maio de 1865, reuniram-se em Buenos Aires, Bartolomeu Mitre, presidente da Confederação Argentina, Venâncio Flores, do Uruguai e Francisco Otaviano de Almeida Rosa, representante do Império brasileiro, com o objetivo de firmarem o chamado Tratado da Triplice Aliança. Este tratado teve como finalidade firmar o compromisso entre os países aliados de fazer uma guerra contra o governo de Solano Lopez, sem prejuízo da população paraguaia. Firmaram, no compromisso, que nenhum dos aliados depararia as armas, antes da queda do ditador, e tampouco poderia adotar posições em separado.

Para os historiadores baianos, nenhuma atenção foi dispensada à compreensão do papel da Triplice Aliança, para sustentação da Campanha contra o Paraguai, com exceção de Lemos de Brito que em seu livro afirmava:

“O Tratado da Triplice Aliança foi um erro, já porque não nos trouxe o menor resultado prático, já porque afastou de nós a simpatia universal, por se achar o

¹⁶ Ver BETHELL, Leslie. “A Guerra do Paraguai: História e Historiografia.” In: (org.) MARQUES, Maria Eduarda Castro M. (org.) A Guerra do Paraguai: 130 anos depois. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 1995.

Império como dissemos, combatendo uma pequena república ao lado de duas outras repúblicas.”¹⁷

Ainda sobre o Tratado, Lemos de Brito considerava-o injusto aos interesses do Brasil, comentava:

“Teremos, pois, que o Brasil, um ano depois da guerra, levantado 70.290 homens! E a Argentina da qual Mitre dissera que levantaria 50.000 soldados, o que fez nesse largo espaço de tempo?”¹⁸

Era, assim, a Republica argentina responsabilizada pelo prolongamento da guerra, pois, se o artigo 2º rezava que os aliados deviam concorrer com todos os meios de guerra de que pudessem dispor em terra ou nos rios,

“é sabido que a Argentina fugiu à fiel observância desta cláusula em que repousam todos os meios. Em terra a sua esteia foi a debandada vergonhosa de Bosualdo, a fuga dos 100.000 homens de Urquiza.”¹⁹

Encerrava, Brito, afirmando que o Tratado da Triplice Aliança fora injusto para o Brasil e apenas beneficiou a Argentina, pois

“enriqueceu-se às nossas custas; progrediu muito e muito devido ao extraordinario movimento que, durante cinco anos, agitou as águas do Prata e vivificou seu organismo amnesico.”²⁰

Por que Lemos de Brito fora o único dos baianos a criticar o Tratado da Triplice Aliança? Certamente por razões políticas. Sua posição de liberal era oposta àqueles que desempenharam a função de embaixadores ou plenipotenciários como eram chamados. Associados ao partido conservador e velhos defensores da monarquia, era preciso destituí-los do caráter importante que representavam aqueles homens para condená-los ao esquecimento. Os republicanos recém chegados ao poder precisavam contar a sua própria versão sobre história da guerra.

As pretensões do ditador paraguaio foram detidas pelos heróis, que comandaram a Guerra do Paraguai, ilustres homens, movidos por “sentimentos patrióticos” e de “espírito” nacionalista, embora desconhecedores da arte da guerra, entretanto, não importava, pois o espírito “abnegado” e dedicado à defesa dos “brios” ofendidos falava

¹⁷ BRITTO, op. cit., p. 21

¹⁸ Idem. Ibidem. p. 23

¹⁹ Idem. Ibidem. p. 22

mais alto. Esta é a tese defendida pela tradicional historiografia da guerra. Heróis como o general Duque de Caxias, (Luís Alves de Lima e Silva), o general Marquês de Hevel, (Manoel Luís Osório), ou o almirante Marquês de Tamandaré, (Joaquim Marques Lisboa), seriam transformados em símbolos nacionais, defensores dos interesses imperiais e da integração do Brasil. Com eles e a própria guerra, abriram-se as portas ao militarismo no país e, muitos dos comandantes, que se destacaram na Campanha do Paraguai, transformaram-se em líderes políticos representantes dos interesses militares que, apoiando os movimentos republicanos, nos anos de 1870, surgidos com maior vigor em todo o Brasil, seriam responsáveis pela proclamação da República em 1889.

Contudo não foram apenas estas as teses defendidas nos anos 60 aos 80 do século XX, quando brasileiros, argentinos e paraguaios, governados por regimes militares, que caracterizaram os governos da América do Sul, criticavam e apontavam a má conduta dos heróis nacionais, saídos da Guerra contra o Paraguai, assim como transformando a figura de Francisco Solano López em um líder quase socialista, lutando para criar uma nação independente do imperialismo com que sofria a América Latina da principal potência capitalista, a Inglaterra. Essas teses buscavam atingir as instituições responsáveis pelas ditaduras naqueles países pois, sob o controle da censura, tinham na história da Guerra do Paraguai a possibilidade de questionar a atuação desses heróis e de seus planos no centenário da guerra.

Os rumos do conflito da guerra seguiram outro caminho com a nomeação do Duque de Caxias para o comando das tropas do Brasil, a partir de outubro de 1866, resultado da pressão do Partido Conservador que, na oposição, responsabilizava os liberais pelas vacilações durante o conflito. Defendiam-se os liberais:

“Mandamos para a guerra um general, que era chefe do partido conservador; provamos com isso que sabemos colocar as questões nacionais acima das paixões políticas. A opinião pública apontou esse homem: nos obedecemos a essa voz que é a base e sustentáculo dos governos livres, e lhe demos o comando do exército. Foi um ato de patriotismo.”²¹

No início de 1868, o Duque já ocupava o comando das forças aliadas. O General Mitre, que até então conduziu os destinos da guerra, foi obrigado a regressar a

²⁰ Idem. *Ibidem*, p. 17

²¹ DIAS, Sátiro de Oliveira. O Duque de Caxias e a Guerra do Paraguai. Bahia: Typ. Diário, 1870. p. 8

Buenos Aires para enfrentar os conflitos existentes em sua política interna, entre os quais a oposição crescente das províncias à continuidade de remessa de soldados para a região do conflito. Assim, estava determinado a participação praticamente isolada do Brasil na guerra e começavam as divergências sobre Caxias e sua chefia no comando do Exército em operações no Paraguai.

Dessa maneira, não só a historiografia revisionista produziria duras críticas ao Duque de Caxias, chefe supremo do Exército brasileiro nos campos da guerra,²² movidos por razões políticas, expressas nas rivalidades entre liberais e conservadores, mas também, foi o Duque, ainda no curso do conflito, denunciado pelos seus rivais políticos em função do comportamento apático deste no comando das forças aliadas. Contudo a disposição em evidenciar o Exército como instituição republicana e o Duque de Caxias como representante dessa nova instituição, que vinha sobrepor o Império, prevaleceu como tese nacional. Estas teses foram diversas vezes defendidas e reafirmadas por aqueles que escreveram a história da Guerra do Paraguai e da própria República. Apesar da contradição de trazer consigo um símbolo de nobreza, expressa no título de duque, que o mesmo sustentava, e que não desapareceu ao longo do período republicano.

Na Bahia, Sátiro de Oliveira Dias, adversário político de Caxias, escreveu no *Jornal da Bahia*, assinando com o pseudônimo de “O Gaúcho” e, daquele órgão de imprensa, dirigiu ao Duque duras críticas em seus artigos, depois compilado e transformado em livro, no ano de 1870, intitulado “O Duque de Caxias e a Guerra do Paraguai”, obra em que figura Caxias como principal responsável na condução da guerra e dos erros cometidos nos campos de batalhas.²³

Sátiro de Oliveira Dias nasceu, no dia 12 de janeiro de 1844, na cidade de Inhambupe, como estudante fez o curso de Humanidades no Ginásio Baiano; matriculando-se, em 1863, na Escola de Medicina da Bahia. Aos 20 anos de idade, seguiu para a Guerra contra o Paraguai, como Voluntário da Pátria, onde serviu no Corpo de Saúde do Exército, somente retornando em 1869 com o posto de 1º cirurgião, matriculando-se e, finalmente, concluindo seu curso, em 1870, um homem do Partido Liberal e, conseqüentemente, crítico

²² A defesa da tese da existência do “Quarto Aliado”, referindo-se aos interesses inglês na Guerra contra o Paraguai foi defendida dentre outros por Pomer (1968), Chavesatto (1979), Fornos Peñalba (1979)

²³ DIAS, Sátiro de Oliveira. *O Duque de Caxias e a Guerra do Paraguai*. Bahia: Typ Diário, 1870

da ação dos Conservadores, que assumiriam a condução da guerra em 1867, quanto à atuação do Duque destaca:

“Na campanha do Paraguai nunca o duque teve ocasião de mostrar grande tino militar, nunca brilhou por algum desses planos ou concessões maravilhosas, que executadas com felicidade são as carta-patentes, pelas quais a história reconhece os grandes gênios da guerra.”²⁴

Júlio José Chiavenatto escreveu sobre a Guerra do Paraguai e procurou descrever Caxias como um criminoso capaz de cometer os piores crimes de guerra, credenciando a ele o aparecimento de cadáveres coléricos nas águas do rio Paraná, com o objetivo de levar o contágio às populações paraguaias ribeirinhas.²⁵ Enquanto Sátiro Dias, que participou da guerra, limitou-se em apresentá-lo como incapaz de exercer a função de general, porque

“cometeu erros gravíssimos, que foi irresoluto, tímido e excessivamente moroso; e que pesa sobre sua cabeça encanecida todo o sacrifício de sangue e dinheiro que fez o Brasil na Campanha das Cordilheiras.”²⁶

E com a mesma abordagem anotou Lemos de Brito, referindo-se à atuação de Caxias:

“Se o Marques de Caxias seguisse no encalço do inimigo a mesma forma de atordoa-lo que, mais tarde, usaria o senhor Conde D’Eu, não o deixaria descansar, nem reorganizar-se, nem entrincheirar-se batendo-o aqui, ali, em toda parte, por certo que a 30 de dezembro de 1868 estaria finda a guerra.”²⁷

A redução das operações militares, no segundo ano de guerra, pôde ser justificada nos seus nove primeiros meses, devido as convulsões que geraram a guerra na Argentina e o surto de cólera-morbus que acometeu as tropas aliadas, condenando-os à imobilidade até 20 de julho de 1867. A guerra na Argentina foi impopular e muitos argentinos ignoravam a existência de qualquer motivo para lutar contra o Paraguai e, nas províncias do interior argentino, próximas do país vizinho, a existência de populações guaranis, ligadas pelo idioma a república paraguaia, não aceitava lutar contra aquele país e

²⁴ Idem, *Ibidem*, p. 6

²⁵ Júlio José Chiavenatto é jornalista de formação e, em seus livros, não deixa claro os documentos utilizados para defesa de suas teses. É autor de *Genocídio Americano: A Guerra do Paraguai*, Rio de Janeiro: Brasiliense, 2ª ed., 1979 e *Os Voluntários da Pátria e outros mitos*, São Paulo: Global, 1983.

²⁶ DIAS, op. cit., p. 13

²⁷ BRITO, op. cit., p. 154

tampouco a favor do governo liderado pela província de Buenos Aires. “O General Mitre viu-se obrigado a retirar grande parte do exército argentino do front paraguaio para evitar o desmoronamento do front interno.”²⁸

Outro aspecto de destaque, na obra de Sátiro de Oliveira Dias trata-se das críticas contundentes ao papel da Imprensa na guerra. Este escrevendo no Jornal da Bahia, publicou seus comentários, cada vez mais severos, no decorrer do conflito, transformando o Jornal Diário de Notícias, em alvo de suas indagações, acusando-o de ser o veículo oficial sobre a guerra e dos interesses das elites da província da Bahia. Afirmava Sátiro Dias:

“Convem que se derrame luz sobre o quadro tenebroso em que estão debruçadas as questões importantes da grande luta nacional, e que cada um diga, com a mão na consciência, o que sabe, o que pensa, para que apareça a verdade da história.”²⁹

E quanto ao papel da Imprensa, anotava:

“geralmente desvirtuada pelas ordens do dia e pelas correspondências oficiais, iludiu ao povo, de modo que, chegada a hora do julgamento, o povo hesitava e muita vez errava, porque os únicos documentos que apareciam eram esses papéis dignos de pouca fé.”³⁰

Dessa maneira, as primeiras versões sobre a guerra foram apoiadas nos relatos militares e imprensa oficial. Passemos, a investigar a participação da Bahia nesta historiografia sobre o seu oferecimento material e humano para a Guerra do Paraguai.

A historiografia baiana, a tradição oral e o registro da imprensa constituíram-se nas principais fontes utilizadas pelos pesquisadores da guerra. As testemunhas oculares do conflito serviriam, assim, como capazes de elucidarem os pontos duvidosos, que ainda existiam para a escrita dessa história. Nas páginas da imprensa, os relatos referentes aos batalhões que partiram e as notícias, que constantemente chegavam do Prata, transformam-se na possibilidade de visualizar a guerra em seu cenário

Dionísio Evangelista de Castro Cerqueira nasceu em 2 de abril de 1847, em Curralinho, interior da Bahia, primogênito do casal Cerqueira Pinto, neto de veterano da guerra de independência da Bahia e filho de família importante da região da Cachoeira, transferiu-se com sua família para Salvador, onde concluiu as primeiras letras no antigo

²⁸ Sobre essas teses ver Leon Pomer. “A Guerra do Paraguai e a formação do estado argentino. in. Guerra do Paraguai 130 anos depois. Rio de Janeiro: Relume-Dumara. 1995.

²⁹ DIAS, op. cit., p. 1

Colégio 2 de Julho, seguindo, depois de concluir os preparatórios, para a Escola Central no Rio de Janeiro, a fim de matricular-se no curso de engenharia.

Quando começou a Guerra do Paraguai, nos seus dezessete anos, Dionísio Cerqueira assentou praça, dizendo não poder resistir “à força mágica” que o impelia para os campos da guerra, naturalmente desejoso da aventura que aguardava aos jovens da sua idade. Em 1910, depois de quarenta anos, foi publicada a 1ª edição de sua obra intitulada: “Reminiscências da Campanha do Paraguai”, que ganhou mais três edições (1948, 1958 e 1980), tornando-se, junto à *Retirada da Laguna*³¹, de Taunay, importante obra para a compreensão da guerra em seus longos cinco anos.³²

Narrando episódios pitorescos, dramáticos dias de campanha, os feitos heróicos, destacando a atuação dos grandes comandantes, parece ao primeiro instante não se diferenciar das demais obras produzidas, naquele período. Porém, lentamente, revela-se um precursor inconsciente da chamada história social no Brasil, passando as suas observações aos homens comuns que faziam a campanha, sertanejos, homens de todas as classes, mulheres, estrangeiros e escravos que também participaram da contenda.

Suas anotações compreendem o cotidiano no acampamento, nos hospitais de sangue, nas barracas e trincheiras, narrando em contos e crônicas ou romanceando em suas páginas, a atuação do Exército brasileiro nos campos do Paraguai, utilizando-se de lembranças pessoais, fatos, opiniões, das anedotas e canções, para dar forma a uma guerra até então conhecida somente por suas referências militares oficiais, expressas nas Ordens do Dia do Exército em operações no Paraguai.

Participando da campanha do começo ao fim, anotou em seu diário o cotidiano da Campanha e do que viu nas fronteiras do Brasil, por onde andou, assim como observou a fragilidade que se debatia nos espíritos daqueles homens, arrancados de suas terras e que lutavam em nome de sua pátria sem, ao menos, compreender o significado daquela guerra. Escreveu sobre o que viu e, para os seus conterrâneos baianos, reservou páginas para nelas ressaltar a bravura e intrepidez com que estes enfrentavam aqueles dias de dificuldades cotidianas

³⁰ Idem. *Ibidem*, p. 2

³¹ TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle Taunay, Visconde de. *A Retirada da Laguna*. Trad. de Salvador de Mendonça. Rio de Janeiro: Typ. Americana, 1874. 10 ed., Melhoramentos: 1936

³² CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscência da Campanha do Paraguai, 1865-1870*. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército, 1980.

Interessa-nos, sobretudo, essas observações referentes à Bahia e aos baianos que fizeram a campanha em sua companhia e que, escrevendo sobre esses soldados, fornecem-nos pistas sobre suas atuações na Guerra contra o Paraguai. Em suas admoestações, reconstituiu o cenário do conflito, em seu cotidiano, dando lugar à compreensão do universo de que participaram as tropas de voluntários, recrutas e guardas nacionais saídos da Bahia. Invocando o patriotismo, dizia o General Dionísio Cerqueira:

“O ardor da Bahia nunca arrefeceu, entretanto, e foi preciso, para cessar a grande leva, que o governo lhe dissesse: Não precisamos mais de voluntários. A Bahia foi, entre as irmãs, a que deu para a guerra maior número de voluntários.”³³

A Guerra, em seu primeiro ano, produziu um expressivo oferecimento voluntário, dos filhos e herdeiros da independência na Bahia. Tratava-se dos primeiros impulsionados pela aventura e pelo patriotismo, que ofereciam sua contribuição de sangue para a Província e, conseqüentemente, ao Império do Brasil.

Porém, com o prolongamento do conflito e os clarões, que se abriam nas tropas, vitimados pela exaustiva marcha em uma região inóspita, condenados pelas doenças que aumentavam, com as chuvas, ainda mais as baixas nas fileiras do Exército ou o estado precário que se encontravam os indivíduos que a suas províncias retornavam, feridos em combates e muitos mutilados, foram suficientes para diminuir o ânimo do povo baiano. Já no segundo ano de guerra, o governo provincial passou a utilizar do recrutamento forçado e da designação obrigatória da Guarda Nacional e seguindo essa prática até o final da contenda.

A participação da Província na campanha também provinha da representação que esta tinha no cenário do Governo Imperial:

“Do seio da representação Bahiana os dois ministros que mais atividade desenvolveram na repressão do vandalismo de Lopez: Francisco Xavier Pinto Lima, na pasta da Marinha(...) e Ângelo Moniz da Silva Ferraz, na pasta da guerra.”³⁴

Ângelo Moniz da Silva Ferraz nasceu na cidade de Valença, em 1812, formou-se em 1834 no curso de Direito, em Olinda, e depois exerceu, na cidade de Jacobina, os cargo de promotor e juiz de direito. Eleito deputado provincial e geral em 1842, oito anos

³³ CERQUEIRA, op cit., p. 151

³⁴ QUERINO, Manuel. A Bahia de O'utora. Bahia. Livraria Econômica, 1822

depois, em 1857, já era senador do Império. Ocupou o cargo de presidente no Rio Grande em 1857 e de Ministro da Fazenda, em 1858; quando estourou a Guerra do Paraguai, em 1865, era Ministro da Guerra.

Nesse período, quase sempre o objetivo da produção histórica da guerra era o de recordar:

“a memória patriótica da estremecida terra dos nossos verdes anos, pois aqui, até o presente, tem sido, talvez, criminosamente esquecida pelos historiadores que mais largamente referiram os gloriosos feitos, o valor, o heroísmo na desafronta dos bríos nacionais.”³⁵

E conclui: “aludo à espontaneidade do povo baiano, acudindo ao chamamento da pátria.”³⁶

Formaram-se, então, batalhões por todas as partes da província e parecendo negligenciar as dificuldades na constituição desses batalhões, os representantes dessa historiografia limitaram-se em apresentar seus comandantes como sujeitos dedicados à causa da Pátria:

“o Major da Guarda Nacional João Evangelista de Castro Tanajura, moço rico, organizou formoso corpo de gente escolhida no sertão, vestiu-o, alimentou-o e transportou-o até a capital, onde foi aquartelado a fim de seguir para o Sul.”³⁷

O acesso à Guarda Nacional, sob o comando de chefes locais, limitando seu preenchimento aos cidadãos possuidores de uma renda anual, dificultava ou até mesmo impedia a participação de homens provenientes de camadas sociais mais baixas da sociedade em seu quadro.

A mobilização de aproximadamente 18.000 homens, na Bahia, não foi inteiramente composta por voluntários, tornando-se necessário, muitas vezes, apelar para o recrutamento forçado com o objetivo de completar os vazios deixados pelas vítimas da guerra. Afirmava Manoel Querino:

“Começou o recrutamento desordenado, com seus tons de barbaridade. Os homens vadios foram procurados como feras; parecia que a Bahia tomara a peito fornecer o pessoal necessário as funções da guerra. Varejavam-se casas, arrancavam-se rapazes ocultos nos armários e outros móveis domésticos.”³⁸

³⁵ QUERINO, op. cit. p. 151.

³⁶ Idem. Ibidem. p. 151.

³⁷ CERQUEIRA, op. cit., p. 56.

³⁸ QUERINO, op. cit., p. 166.

E, apontando a responsabilidade, continuava.

“os comandantes superiores tornavam-se simplesmente soberanos, a vaidade e o ódio colocavam acima de tudo; pretendiam reviver o antigo poderio dos capitães-mores de ordenanças.”³⁹

Apesar da observância, o recrutamento de forma arbitrária e sem a obediência das leis não pareceu interessar aos historiadores baianos da guerra. As formas empregadas no recrutamento, quem estava sujeito ou, até mesmo, os meios de negociação utilizados pelos baianos para escaparem ao alistamento desenfreado e violento, é quase invisível na literatura dos primeiros 50 anos depois da guerra. Assim como pouca atenção foi dispensada ao papel do interior da província, com exceção de Santo Amaro da Purificação, de onde mais chegavam as legiões de soldados para seguirem ao sul do Império.⁴⁰ Dessa forma, encontramos dificuldades na compreensão da participação da província em sua totalidade e as ações adotadas que, certamente, variaram de lugar para lugar, ganhando dinâmicas distintas no encaminhamento das soluções dadas para a guerra.

Atribuir aos Comandantes a inteira responsabilidade na condução do recrutamento era não perceber a força que move as sociedades e as mudanças ocorridas na política ao longo dos cinco anos que perdurou o conflito. Quanto aos mecanismos utilizados, como a garantia aos que buscavam esquivar-se do recrutamento, são os mesmos tradicionalmente citados pela historiografia, quando é objeto de análise. Desde a formação das tropas, no período colonial, não houve novas estratégias para fugir ao recrutamento forçado:

“o cidadão que não se prestava ao serviço da guarda nacional, apresentava um substituto (...) Também o indivíduo recrutado ou designado para o exército podia obter escusa, dando um homem por si, a quem pagava certa quantia, previamente ajustada.”⁴¹

Dessa forma, a participação da Bahia era apresentada como o sustentáculo de uma guerra na qual oferecia ao país sua demonstração de patriotismo. Entretanto, referindo-

³⁹ Idem. Ibidem. p. 166

⁴⁰ A participação da cidade de Santo Amaro na Guerra contra o Paraguai deve ser atribuída ao importante papel que desempenhou no processo de independência da Bahia e por constituir-se em importante região produtora de açúcar ao longo do século XIX.

⁴¹ QUERINO. Ibidem. p. 166

se aos batalhões saídos da província e estacionados no Sul, afirmava Dionísio Cerqueira, serem estes também motivo de zombarias pelos homens do Sul:

“mandai, Mãe de Deus, mais alguns dias de Minuano para acabar com tudo que é Baiano. Baiano, para aquela gente simples e boa, era o brasileiro que não nascera na sua província.”¹²

A exaltação do voluntarismo pátrio, uma maneira de amenizar as formas de recrutamento, pode ser facilmente encontrada nas pesquisas desses historiadores. Entretanto constitui-se em dificuldade a identificação de quem são estes voluntários que, em 7 de janeiro de 1865, com a publicação do Decreto Imperial, criando os corpos de “Voluntários da Pátria”, compareceram para integrar os batalhões. Pouco informam os historiadores sobre a procedência social destes homens, de suas atividades, de sua cor, sua condição de libertos ou escravos e a posição que ocupavam nas hierarquias sociais da Bahia da segunda metade do século XIX.

Sobre o Exército brasileiro faltavam-lhe os recursos necessários para a garantia de sua existência como armas, equipamentos, meio de transporte, alimentação, faltava até mesmo uma reserva. Para os batalhões de voluntários, guardas nacionais e recrutados, não foi diferente. A mobilização da sociedade era de fundamental importância para o sucesso daquela campanha, na visão dos historiadores, que primeiro interpretaram o conflito.

Escreveu Boccanera:

“Abriram-se subscrições públicas em jornais e no comércio, empregados públicos e do comércio dispunham de parte de seus ordenados, voluntários cediam a gratificação, a que tinham direito, de seus vencimentos; proprietários agrícolas garantiam terras aos que quisessem alistar-se como voluntários.”¹³

Assim, ao patriotismo, que primeiramente voltou-se para o oferecimento pessoal à guerra, somaram-se, também, os gestos filantrópicos praticados por aqueles que não puderam seguir para o Sul do país:

“O Dr. José Moreira, proprietário em Santo Amaro, pôs a disposição do Governo Imperial a quantia de 20.000\$000 para as despesas do Estado, sendo de preferência, aplicados a fundação do projeto Asilo de Voluntários da Pátria.”¹⁴

¹² CERQUEIRA, op. cit., p. 72.

¹³ BOCCANERA JR., op. cit., p. 161.

¹⁴ Idem. Ibidem, p. 163.

A campanha seguiu com a mobilização de uma sociedade escravista, que também enviou seus escravos aos sacrifícios da guerra. Porém este somente associado ao altruísmo da Bahia e daqueles que os ofereciam, como o procedimento do Convento do Desterro que deu :

“ao Governo Imperial o único dos escravos que possuía aquele convento, de nome Lourenço, de 20 anos de idade, para marchar para o Sul, com destino ao Exército em operações, oferecendo-lhe para isso gratuitamente a carta de liberdade.”⁴⁵

Descrevendo um dos batalhões vindos da Bahia, causou espanto naqueles que faziam a campanha a presença de negros bem trajados e reconhecidos pela sua disciplina e bravura. Afirmou Dionísio Cerqueira:

“Havia entre os voluntários um corpo, de uniforme estranho: - “ largas bonbachas vermelhas presas por polainas que chegavam a curva da perna, jaqueta azul, aberta, com bordados de trança amarela, guarda-peito do mesmo pano, o pescoço limpo sem colarinho nem gravata e um fez na cabeça. Eram todos negros. Tratava-se da Companhia de Zuavos da Bahia.”⁴⁶

Embora escravos tenham desempenhado relevante papel na guerra e desenvolvido estratégias de negociação para subtrair-se à escravidão, quase e imperceptível a presença destes e de libertos na historiografia produzida pelo IGHBa e poucas linhas foram a eles dedicadas pelos autores baianos, o que demonstra a falta de interesse pelo tema da escravidão. Assim, para a historiografia oficial dos primeiros anos posteriores à guerra, atribuiu-se ao voluntarismo do povo brasileiro, que deveria defender o país, o sucesso da campanha.

Somente na fase revisionista sobre a guerra, os temas escravidão e guerra apareceriam, embora ainda longe de se constituir importante argumento na compreensão do papel desempenhado por negros e libertos. Júlio Chiavenatto apontava para as contradições existentes dentro do Exército e afirmava: “a guerra do Paraguai foi até uma espécie de ‘arianização’ do Brasil.”⁴⁷ E, segundo suas fontes, baseadas em cálculos europeus, afirmava

⁴⁵ Idem, *Ibidem*, p. 168.

⁴⁶ CERQUEIRA, op. cit., p. 104.

⁴⁷ CHIAVENATTO, Júlio. *Genocídio Americano: A Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1979 p. 117.

ser a proporção de 1 branco para 45 negros a composição das forças militares brasileiras. Continuava o mesmo autor:

“em 1872, o Império do Brasil não terá dezoito por cento de negros na sua população: enquanto a população de brancos cresceu sessenta e quatro por cento, a de negros baixou sessenta por cento!”⁴⁸

Trata-se de uma análise, cuja fundamentação não pode ser garantida pelas estatísticas do período. O primeiro grande censo realizado data de 1872 e, principalmente, devido aos registros sobre os números de soldados na guerra não apresentarem, de forma clara, a distinção entre escravos, libertos e voluntários incorporados nas fileiras do mesmo Exército, o que pode ser explicado pelo fato de somente serem considerados defensores da pátria cidadãos livres, daí a exclusão de outros elementos que compunham a sociedade.

Na direção contrária àquela seguida por Chiavenatto, despontam, na década de 90 do século XX, novas interpretações quanto ao papel desempenhado por escravos na guerra. Nesse momento, destacam-se os trabalhos de Ricardo Salles e Jorge Prata. O primeiro, analisando a formação do Exército nacional, atribui relevante importância ao papel do escravo na guerra, observando a proporção e o “peso social” dessa participação. Em suas análises, aponta como marco, para a diminuição da população escrava no Brasil, “a extinção efetiva do tráfico de escravos e não a Guerra do Paraguai”, como afirmou Chiavenatto.⁴⁹

A venda de escravos para a guerra, assim, não representava um bom negócio, pois, cada vez mais, tornou-se o cativo uma mercadoria cara e ainda necessária como mão-de-obra, embora seja evidente a participação desses sujeitos no conflito, na condição de libertos, substitutos e escravos. Para Ricardo Salles, a contradição que produzira a guerra, tornou-se paradoxo nos anos que se seguem ao fim do conflito, pois o regresso ao Brasil desses homens, depois da defesa da pátria, legitimava “o abandono da condição de servil,” o que faria surgir e intensificar os debates sobre a escravidão no país. E conclui:

“A participação de escravos e negros nas fileiras do exército na luta contra o Paraguai foi um dos elementos concretos que deflagraram essa crise, e, como tal, teve presença constante na temática e no ideário do abolicionismo.”⁵⁰

⁴⁸ CHIAVENATTO, *ibidem* p. 118.

⁴⁹ SALLES, Ricardo. *A Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 68.

⁵⁰ SALLES, *ibidem* p. 76.

Para Jorge Prata, nos momentos em que se exigiu maior número de contingentes para a guerra, a convocação de escravos, resultou na diminuição de mão-de-obra. Os escravos forros eram, para este autor, aqueles que compunham os corpos de Voluntários da Pátria. Afirmou:

“alguns deles quem sabe apregados à esperança de se verem livres do jugo do escravismo, mesmo que isto lhes custasse a vida – não raro, perdida na luta contra adversários que não eram os seus.”⁵¹

Tratava-se de uma guerra onde as doenças, mais que o patriotismo, ceifavam vidas. Era uma guerra de glória e louvor e, com exceção, mais uma vez, de Dionísio Cerqueira, a tragédia se fazia presente para os baianos, fora de sua província, recordando sempre daqueles que estiveram ao seu lado e que, vindos da Bahia, são mais que simples camaradas de campanha, eram seus comprovicianos. Dizia:

“Na passagem do S. Lourenço, se bem me recordo, tivemos o desgosto de perder um camarada muito estimado – o 2º Tenente Dionísio Elisiário Pereira, baiano, e membro de uma família distinta pelo Talento. Vitimou-o uma febre maligna e lá ficou para sempre o esperançoso moço, cuja morada derradeira ficou assinalada por uma cruz de madeira tosca.”⁵²

Finalmente, quanto às repercussões da Guerra do Paraguai, para a província da Bahia, estas permanecem ausentes em sua análise, aparecendo poucos elementos argumentativos para demonstrar os efeitos da guerra na sociedade baiana. Entretanto, para Braz do Amaral, estas seriam desastrosas:

“a glória militar é efêmera em toda a parte e aqui a glória da Bahia ainda o foi mais, porque o grande esforço dos baianos comprometeu o futuro da Bahia, deixando-a na miséria e no luto.”⁵³

Continuava Braz do Amaral:

“como foi desastrosa a retirada de perto de 40 mil braços validos do amanho da terra e como foi enorme o nosso infortúnio, com a deplorável vaidade de fazer a Bahia figurar como a província que mais generosamente se dedicava pelo Brasil.”⁵⁴

⁵¹ SOUSA, Jorge Prata de. *Escravidão ou Morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Mauar Adesa, 1996. p. 1.

⁵² CERQUEIRA, op. cit., p. 106.

⁵³ AMARAL, Hermenegildo Braz do. *História da Bahia, do Império a República*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1923. p. 250.

⁵⁴ Idem. *Ibidem*, p. 250

Os efeitos devem certamente ser procurados e analisados, ainda mesmo, durante a guerra, pois, em cinco anos, uma desorganização temporária atingiria setores da economia como o de gêneros de subsistência. O recrutamento fazia com que pequenos produtores abandonassem suas roças e plantações, fazendo diminuir a oferta de produtos nas feiras livres em diversas partes da província.

As consequências, para os homens que fizeram a guerra, seriam mais desastrosas, pois, para o Governo Imperial, a produção de um Exército mobilizado, representava um perigo eminente à política do Império. Começava a política de desmobilização das tropas e, para atingir seus objetivos, o Governo adotaria diversas medidas. Citando o Jornal A Tarde, dizia Boccanera:

“Enquanto uns em virtude de leis especiais, conseguiram a recompensa dos serviços prestados por ocasião da Guerra do Paraguai, outros, que não são poucos, brasileiros, também, quicã heróis ignorados, vivem aí esquecidos, vencendo soldos tão ridículos que nem lhes dão para o sustento”⁵⁵

Percebemos, assim, que a historiografia produzida sobre a guerra na Bahia, construiu o conflito, indicando, inicialmente, o patriotismo como expressão máxima do voluntarismo baiano, porém encerram-se estas mesmas pesquisas, registrando que o empenho demasiado da Bahia foi funesto em suas consequências

Uma guerra que necessitou mobilizar um contingente composto por mão-de-obra ativa, que precisou, depois, mandar também escravos para o preenchimento dos clarões deixados nas fileiras do Exército, que recorreu à sociedade no auxílio da guerra, certamente produziu transformações econômicas e sociais, mesmo que estas fossem em caráter temporário. Contudo, se foram temporárias as mudanças sentidas na sua economia, todavia seriam profundas aquelas sentidas na política, pois, 19 anos mais tarde, resultaria na derrubada da Monarquia brasileira, por militares e republicanos, muitos provenientes de um Exército que saiu fortalecido depois da guerra. Na Bahia, um rápido exame sobre aqueles indivíduos, responsáveis pela proclamação da República na província, é suficiente para

⁵⁵ BOCCANERA JR., op. cit., p. 158

percebermos que muitos tinham, em comum, o fato de, em sua juventude, terem participado da Guerra do Paraguai.⁵⁶

Diante das abordagens sustentadas e discutidas por esses autores e, frente às novas preocupações históricas, fontes tradicionais e complementares, pretendo, nos próximos capítulos, apresentar as possíveis repercussões e representações que a Guerra do Paraguai teve na Bahia

⁵⁶ Para aprofundamento, ver ARAÚJO, Dilton Oliveira de. *Republicanism and middle class in Salvador (1870-1889)*. Salvador, UFBa, 1992.

CAPÍTULO II

OS VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA

Era a Bahia uma província com aproximadamente um milhão de habitantes, encontrando-se na um contingente de 130 mil moradores distribuídos pelas freguesias que formavam a capital. Débil em sua forma de solucionar velhos problemas, como aquele enfrentado pela atividade açucareira, demonstrava, a província, surto de progresso com as mudanças ocorridas na urbanização de sua maior e mais importante cidade. No início de 1862, em Salvador, inaugurava-se o serviço de iluminação pública a gás carbônico, implantado, inicialmente, na faixa litorânea entre a Rua do Noviciado ao Cais Dourado, ficando à promessa quanto a iluminação da faixada do teatro. Durante toda a década de 1870 prosseguiria a evolução da cidade com o aterro da Barroquinha e a conclusão, em 1864, das obras na alfândega, permitindo o atracamento de navios de 15 pés em seu porto. Abria-se, também, estradas como a de ligação da Soledade às Quintas facilitando as comunicações das freguesias. Em pouco tempo os elevadores hidráulicos para transporte de passageiros e cargas contornariam um problema oriundo, ainda, da colônia ligando a cidade alta e a cidade baixa.

Apesar de toda efervescência que transformava a face da capital, não ingressou, a província, na atividade industrial capaz de transformar o perfil agrícola e comercial que sempre lhe caracterizou. Pelas ruas de Salvador escravos, libertos, mendigos e vagabundos, marginalizados viviam da mendicância ou de pequenas atividades comerciais que lhes garantiam a sobrevivência.

No interior da província não era distinta a situação. Ao lado dos tropeiros que circulavam com suas mulas, locomotivas encurtavam as distâncias sem, todavia, provocar mudanças na cultura rural da província. A chuva em demasia ou as longas estiagem resultava em secas frequentes que se estendiam da zona de Feira de Santana até o distante Itapicuru, aumentando o número dos desvalidos, empobrecendo cada vez mais a província.

O Brasil não conheceu, no curso do século XIX, uma paz duradoura em suas fronteiras. Dois incidentes de natureza diferentes, entretanto simultâneos, abalariam as relações entre a legação britânica no Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros. Em janeiro de 1861, em virtude do naufrágio de um navio inglês, de nome Prince of Wales, e o

desaparecimento de sua carga no litoral sul do país, pilhada, como declarou a legação britânica e como ficou estabelecido no inquérito instaurado pelas autoridades brasileiras, de crime de roubo das mercadorias, o Ministro inglês, William Christie, exigiu de imediato que um agente britânico tomasse parte nas investigações a serem realizadas e reclamou indenização. O outro episódio ocorreu, quando três oficiais da Marinha britânica, da fragata de nome Fort, em total estado de embriaguez, foram presos por desacato à autoridade policial, nas ruas do Rio de Janeiro. Reclamados pelo seu vice-almirante, chefe da divisão naval, foram postos em liberdade sem que mesmo um processo fosse aberto para investigar o ocorrido. Mais uma vez o Ministro Christie, pediu satisfação pela ofensa por que passaram seus compatriotas, exigindo a demissão do alferes responsável pela prisão, assim como severo castigo ao sentinela e censura ao chefe de polícia da Corte, acontecimentos que motivaram o Brasil e a Inglaterra ao rompimento de suas relações políticas e diplomáticas. Este incidente ficou conhecido como a Questão Christie e teve repercussão em toda a América e a Europa.¹

A província da Bahia, participante dos negócios do Imperio, manifestou seu apoio imediato ao governo imperial contra a atitude arbitrária da Inglaterra e, em 22 de janeiro daquele ano, enviou ao ministro Marquês de Olinda mensagem dos representantes da Câmara de Salvador

“Sr. os habitantes do Municipio da Capital da Bahia, assim como seus irmãos comprovincianos, e todo o Brasil, sem duvida altamente confiado no reconhecido patriotismo, Ilustração e prudência do Monarca cidadão, que felizmente preside aos destinos do Imperio, escudando-o resolutamente no eminente brasileiro com suas fortunas e vidas, esperam não desmentir a forma de seus maiores, que derramaram denodados generosamente o seu sangue pela liberdade e independência da pátria, preferindo uma morte gloriosa nos combates, pela honra e dignidade da Nação.”

Os mais supersticiosos, muito provavelmente, poderiam afirmar tratar-se de um mal agouro ou presságio de novos conflitos que envolveriam a província. Certamente, prenúncio realçado pela sucessão de novos episódios, que se somaram àqueles vividos pelo Imperio. De meras especulações e credices populares, transformaram-se mais fortes e presentes, quando, na Baía de Todos os Santos, em 7 de outubro 1864, fora aprisionado o

¹ William Christie foi o embaixador britânico no Brasil que exigiu do governo brasileiro, em 1861, uma indenização quando naufragou o navio Prince of Wales no Rio Grande do Sul.

² Arquivo Municipal da cidade do Salvador. Livro de Registros de Cartas ao Imperador – Liv. 121 – p. 84

navio Flórida, proveniente da região sul dos EUA e aqui estacionado pelo navio Wassuchets da marinha armada da região norte daquele país. Encontrava-se, naquele momento, os EUA dividido em dois governos e em guerra entre os partidos do abolicionismo e os escravistas, guerra conhecida como de Secessão,³

O Brasil demonstrou descontentamento com aquela atitude, considerada arbitrária, que causou a morte de 50 tripulantes do navio Flórida sob proteção, em águas brasileiras, pois, desde o início da Guerra de Secessão, o Império havia declarado a sua posição de neutralidade diante do conflito. Foi um ataque rápido e funesto, em questões de horas estava consumado a afronta aos baianos, que, cheios de sentimentos nacionalistas, protestaram contra os americanos e, mesmo a presença da Corveta D. Januária, do transporte de guerra Paraense, pertencentes à esquadra imperial e estacionados no porto da cidade, não foram capazes de intimidá-lo em sua ação, assim como não teve a esquadra local condições de desferir represálias contra aqueles que violavam as águas brasileiras. Desapareceu no horizonte o “Flórida”, rebocado pelo seu inimigo e vencedor. Era também a demonstração de que a Armada e a defesa do Brasil encontravam-se totalmente vulneráveis a qualquer ataque estrangeiro.

As ações diplomáticas e beligerantes tornaram-se mais vivas e a eminência de uma guerra estava mais presente quando, em setembro de 1864, o Brasil invadiu a República uruguaia, determinando reparações aos seus súditos ali residentes e, cobrando indenizações a todos que se sentissem ultrajados em seu brio. O interesse do Império na República uruguaia orbitava em torno dos negócios de ordem econômica. A região fronteira entre a província do Rio Grande do Sul e a região setentrional do Uruguai tornou-se uma excelente área para criação de gado que, cada vez mais, avançava em direção ao território uruguaio. A expansão da pecuária brasileira, na primeira metade do século XIX, conduziu à situação em que cerca de 30% dos territórios uriguaio estavam nas mãos de proprietários brasileiros. Estes possuíam 428 estâncias e já assentaram aproximadamente 50.000 brasileiros no território vizinho, transformando essa região em rota para o contrabando de gado oriental que servia as charquadas do Rio Grande do Sul.⁴

³ A Guerra de Secessão foi uma violenta guerra civil ocorrida nos EUA (1861-1865) entre os estados do sul e os do norte.

⁴ BANDEIRA, MONIZ. O expansionismo brasileiro. Rio de Janeiro: Philobiblio, 1995. BARRAN, José Pedro. Apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudillesco (1839-1875). Montevideo, Ediciones Banda

Os súditos da monarquia brasileira sempre se recusaram em aceitar a jurisdição daquele país. No governo do presidente uruguaio Bernardo Prudencio Berro (1860-1864), várias medidas foram adotadas, com o objetivo de nacionalizar a fronteira e obrigar os estancieiros rio-grandenses a cumprirem as leis uruguaias, a exemplo do decreto em que os contratos entre peões e patrões não poderiam exceder seis anos e que, para a entrada de um trabalhador proveniente do Brasil, este deveria apresentar sua “carta de liberdade” e ser instruído sobre a abolição da escravidão naquele país, o que de fato pode ser compreendida como uma atitude de pôr fim à escravidão praticada pelos gaúchos, mantida em suas terras.

Decisões do governo uruguaio, como aquelas que aumentavam os impostos sobre as propriedades e as que dificultavam a saída do gado em pé para o Rio Grande do Sul, eram compreendidas como prejudiciais aos interesses brasileiros, embora os grandes estancieiros fossem também ricos e grandes proprietários no Rio Grande do Sul. A pressão crescia para que o governo imperial adotasse medidas quanto à difícil situação por que passavam seus súditos no Uruguai.

Quando o presidente Aguirre, do Partido Blanco, assumiu o governo na república vizinha, em 1864, passou, definitivamente, a ser visto com reservas pelos governos do Brasil e da Argentina. Pressionado pela província do Rio Grande do Sul, o Império deveria intervir na política uruguaia a seu favor. O Brasil, com o apoio do presidente argentino Mitre, pois o Partido Blanco era aliado de Rosas, antigo inimigo da república Argentina, sob a alegação de que o presidente uruguaio não aceitara resolver, pelas vias diplomáticas, a questão dos crimes ocorridos no Uruguai contra a vida e as propriedades dos brasileiros, através da Marinha e do Exército, em uma ação rápida e direta, invadiu o território uruguaio, conquistando Montevideú e auxiliando Flores, líder do Partido Colorado, na conquista do poder o qual, mais tarde, atendeu todas as reclamações dos invasores.

Às 12 horas do dia 30 de outubro de 1864, zarpava do porto de Buenos Aires, um paquete da Companhia de Navegação do Alto Paraguai, em sua costumeira rotina em direção do Rio Paraguai, conduzia, entre os passageiros, um magistrado do Brasil, o Coronel Frederico Carneiro de Campos, presidente da província do Mato Grosso, que seguia para Cuiabá. Seguia também a bordo, como tripulante do navio, o baiano Clião

Oriental, 1990. MOUTOUKIAS, Zacarias. POMMER, Léon. Os conflitos da bacia do Prata. São Paulo.

Arouca. Ao largo do porto, em espaço reservado somente aos navios de guerra, aguardava o almirante Tamandaré pelas ordens do Império, a fim de bloquear os portos do Uruguai, que há muito tinham suas relações abaladas com aquele país.

Navegando em direção oposta à foz do rio, ao passar lentamente em frente à esquadra, foi “o Marques de Olinda”, surpreendido com o estampido de 19 tiros que, assim, saudavam as autoridades presentes e a bandeira brasileira que tremulava em seu pavilhão. No céu limpo, o sol nas alturas queimavam a pele daqueles menos prevenidos, era pleno verão; um vento demasiado quente agitava a superfície da água, enquanto aquele pequeno e velho navio, com cerca de 200 toneladas de cargas, partia lançando aos céus límpida nuvem, acostumado a fazer o comércio de gêneros e o transporte de passageiros entre Montevideu, Buenos Aires e Cuiabá, tocando em cada porto ribeirinho para o desembarque e a embarque de mercadorias e novos viajantes.

A noite, o silêncio envolvia todo o rio, somente quebrado com os sons distantes de cães, provavelmente, vindos de alguma fazenda ribeirinha. Brilhava as estrelas e o luar que derramava sua prata nas matas e barrancos nas margens daquele caminho. Muitas vezes, fazia-se estreito o rio, por onde passava o vapor e, em sua sinuosidade, quase tocava os matagais de todas as formas.

Em sua velocidade de 8 milhas por hora, corria o vapor em direção a um território que, dentro de pouco tempo, se converteria em palco de sangrentas batalhas. Tocou em Rosário, Paraná e Corrientes, finalmente chegando, no dia 10 daquele mês, em Humaitá. A serenidade daquela viagem, diferente das anteriores, pareceu criar no espírito da tripulação, a sensação de que algo parecia incerto. Humaitá era imponente e majestosa. Uma fortaleza que percorria as margens do rio por cerca de 7 Km, espalhando 109 bocas de fogo em sua extensão, inigualável em todo o Prata. Apenas uma noite de viagem separava o vapor da cidade de Assunção, para depois seguir o seu curso normal. Depois do desembarque de alguns de seus passageiros, na Capital do Paraguai, seguiu para Corumbá, entretanto não cumpriria o dever de seu percurso. Na noite do dia 12, sorrateiramente aproximou-se do paquete o navio Tacuary e, com um disparo estrondoso, que se fez ouvir em todo o rio, avisava o aprisionamento e de toda a tripulação do velho vapor “Marquês de Olinda.”

Tratava-se do ultimato da república paraguaia ao Brasil. Protestava o presidente Francisco Solano López contra a intervenção brasileira no Uruguai, qualificando-a como arbitrária e expansionista:

“Os motivos da ruptura de nossas relações com o Império do Brasil e o estado pouco cordial em que ficaram com o gabinete argentino são os sangrentos acontecimentos que hoje enlutam a República Oriental do Uruguai e que ameaçam deslocar o equilíbrio do Rio da Prata. Estas, duas potências, garantia da independência daquele estado, são as que hoje o atacam.”⁵

Antes mesmo de chegar a notícia do aprisionamento do navio Marquês de Olinda, noticiava o Jornal da Bahia:

“os negócios do Rio da Prata vão mal, espera-se uma grande guerra, em que tomam parte – O Brasil, a Confederação Argentina, com 15.000 homens cada e Flores com 5.000; e do outro lado – Urquiza e o Paraguai com uns 22 a 25.000 homens entre si. Nessa quinzena que corre aguardam-se grandes novidades.”⁶

Desde a Questão Christie, criou-se no Brasil um clima de exaltação patriótica ou o que tentava produzir a imprensa, encarregada de fazer valer os interesses do Império na região e de seus súditos na defesa incondicional do inimigo.

Por muito tempo, na província da Bahia, o mar caracterizou-se como porta de entrada e principal via de comunicação com o resto do país. As notícias circulavam no porto e dali se espalhavam em todas as direções. O simples aproximar dos navios despertava no espírito do povo as primeiras sensações e inquietudes e, assim, seria durante todos os anos da guerra. Pelos paquetes, procedentes do Rio de Janeiro, fundeados no porto, chegavam as primeiras notícias do teatro da guerra e, com elas, as determinações do Governo Imperial frente às suas carências para enfrentar os desafios na defesa contra o inimigo vizinho.

Com as agitações, ocorridas nos últimos meses no sul do Brasil, e com a afronta norte-americana, já transformada em motivo de gozações aos governantes, diante de sua inércia perante o conflito, pareceu-se manifestarem no espírito da província renovadas posições de caráter patriótico. A Bahia foi dentre as províncias a que mais ofereceu

⁵ POMER, Leon. A Guerra do Paraguai - A Grande Guerra Rio-platense. Global Editora. p.p. 129-130.

⁶ Jornal da Bahia. Edição de 27 de novembro de 1864.

soldados para combater o inimigo. Era a efervescência de um espírito que lembrava seus heróis, muitos sobreviventes das lutas pela independência.

Contudo, tratava-se de entusiasmo passageiro, publicados em jornais que circulavam na província e, frequentemente, faziam menção à campanha bem sucedida de independência na Bahia, como forma de animar o caráter de seu povo que, muitas vezes, não se fazia de total voluntarismo o seu oferecimento às armas.⁷ Na prática, recorria-se ao recrutamento forçado das autoridades recrutadoras, herança dos tempos coloniais no Brasil. Antes mesmo da guerra, era o recrutamento utilizado para fins de completar o quadro dos Exércitos, estacionados na banda Oriental e em guerra contra o Uruguai.

Nessa situação encontrava-se Rita Maria da Conceição, residente na Freguesia e Vila de Tapera, viúva e onerada de família, levava uma vida pacata e próxima da miséria, quando teve seu filho de nome José dos Reis Portacio, recrutado e remetido pela Delegacia daquela Freguesia com destino ao serviço do Exército, em Salvador. Contava esta pobre mulher, como único meio de sustentar a si, a seis filhas donzelas e ainda um filho aleijado, o fruto do trabalho de seu filho dedicado.

Desesperada, procurou as providências legais e escreveu para o presidente da província, explicando sua condição de vida e o resultado que teria tal arbitrariedade cometida. Explicava que a retirada de seu filho, deixava sua família abandonada e em pouco tempo viveria a esmolar da caridade pública, quando não trocaria sua vida honesta pela desonra que, cedo ou tarde, bateria à sua porta como forma de aliviar suas fadigas. Certamente referindo-se às filhas donzelas e à prostituição como futuro próximo. Quanto à origem da prisão diz tratar-se de intrigas, porém não deixando claro que tipos de intrigas levaram ao recrutamento de seu filho.

O que desejava dona Rita Maria era apenas um prazo que lhe fosse possível provar a isenção à que tinha direito seu filho, apresentando as provas e documentos exigidos de conformidade com a lei. Recorreu, também, essa mãe, ao Padre Capelão Francisco de Paula Lobo, da Santana da Giboia, pois, para isenção, fazia-se necessário provar a sua condição de viúva, atestando o dito padre estar enterrado naquela capela, o marido da suplicante e também sua condição de mãe de oito filhos. Para a época, os registros eclesiásticos representavam as provas necessárias, para comprovação do estado de

casado, batismo e viuvez. Apresentou, ainda, anexo a seu pedido a comprovação, expedida pelo Juiz de Paz da Freguesia, Manoel da Rocha Galvão, confirmando as informações referentes à conduta de dona Rita.

Certamente, encontrava-se aquela senhora em igual situação a de outras famílias, que tiveram, no recrutamento forçado de seus pais, filhos e maridos, o início de tempos difíceis em suas vidas, situação, que iria aprofundar-se no início da guerra com o Paraguai, onde o recrutamento forçado foi empregado em maior escala.⁸

As ordens, vindas do Ministério da Guerra, eram o aviso de que necessitava o Império se mobilizar para guerra. Em 26 de dezembro de 1864, preveniu aquele ministério, ao presidente da província, para que toda a força de linha existente na Bahia estivesse pronta para marchar na primeira ordem a fim de se reunirem ao Exército em operação no sul do Império. Recomendava, também, a necessidade de mandar recolher os corpos destacados que se achassem em serviço fora da capital, devendo os mesmos serem substituídos pela Polícia ou Guarda Nacional.⁹

Governava a província da Bahia o desembargador Luiz Antônio Barbosa de Almeida, quando, no dia 13 de dezembro de 1864, o presidente paraguaio Francisco Solano López, invadiu a Província do Mato Grosso, declarando oficialmente a guerra contra o Império do Brasil.

No século XIX, a forma adotada pelo Império para manutenção da ordem pública, pelo interior do território brasileiro, resultava, quase sempre, em uma má preparação de seus soldados para uma guerra. A vida distante do Exército, modificava os hábitos dos militares e os laços de disciplinas, tornando-os despreparados pela carência de instrução necessária. Eram, então, imensas as dificuldades, começando pela reunião dos contingentes espalhados por localidades longínquas, que deveriam ser transportados para a capital até a necessidade de fornecer o devido treinamento a esses homens que, apesar de armados, não os faziam soldados de guerra.

Devemos lembrar que, também, constituía-se em grave problema e de difícil solução, a repugnância ao serviço do Exército, que, para muitos, devia apenas estar

⁸ Os jornais pesquisados que, frequentemente, utilizavam esse argumento nos primeiros meses da guerra foram o Jornal da Bahia, Diário de Notícias e O Alabama.

⁸ APEB. Seção Colonial e Provincial. Recrutamento. Maço 3490.

⁹ APEB. Seção Colonial e Provincial. Avisos recebidos do Ministério da Guerra. Maço 827.

reservado para a escória da população, afastando os cidadãos de suas fileiras.¹⁰ Muitos veteranos da guerra de independência emprestariam suas habilidades na instrução desses homens, vindos de diversas partes da província. Daí a explicação na demora na remessa de tropas solicitadas pelo governo central e um dos motivos para a prolongação da guerra, que deveria, então, serem os soldados fardadas, organizadas em batalhões, disciplinadas e transportadas para a Capital, somente então, seguindo para a capital do Império.

Era necessário empregar todos os meios ao alcance da província para, na difícil conjuntura em que se encontrava o Império, auxiliar na Campanha. No primeiro dia do ano de 1865, foi convocada, pelo presidente da província, uma reunião no palácio e, de imediato, formou-se um Conselho composto do Marechal de Campo, o Comandante das Armas, do Comandante Superior da Guarda Nacional do Município da Capital, do Chefe de Polícia, do Inspetor do Arsenal de Marinha, do Comandante do 2º Distrito Naval, cujo objetivo era adotar medidas capazes de auxiliar o Império na defesa de suas fronteiras. Entre as providências tomadas pelo Conselho e pelo presidente da província se destaca a suspensão do recrutamento na Capital, mandando, todavia, ativá-lo no interior da província, o que significava uma atitude compreensível, pois a Capital se encontrava exausta com o envio de tropas de linhas para o Uruguai, ocorridos nos últimos meses do ano de 1864 e desmoralizado o governo, pelo recrutamento desordenado que praticava, o que periodicamente causava inúmeras denúncias nas folhas da imprensa. Escreveu o Alabama:

“Consta que haverá recrutamento em grande escala por mar e por terra; dizem que embarcam o 8º de caçadores, o corpo fixo, o policial, a guarda nacional do serviço ativo e da reserva. É bem provável que venha a fazer a guarnição e o policiamento desta província o regimento das mulheres, ou o batalhão da Mata-cobra”¹¹

Contudo tratava-se de uma decisão estratégica, montada pelo governo, pois pretendiam dar recomeço ao recrutamento na Capital e, prevendo o início de novas agitações na cidade, assim como desejando que fosse menos violento o recrutamento, ficou

¹⁰ Na literatura referente às forças militares no Brasil, desde a Colônia, o Exército é apresentado como uma instituição sem credibilidade, utilizando, muitas vezes, os governos provinciais do recrutamento forçado para completar as fileiras, pois, nelas, o soldo percebido era irrisório, oferecendo diversas dificuldades a vida na caserna e afugentando a população de seus quadros

¹¹ Jornal O Alabama. Edição de 31 de dezembro de 1864.

acertado que o chefe de polícia, entendendo-se com as autoridades policiais e o comandante superior da guarda nacional e, estes, com os comandantes dos respectivos batalhões, forneceria um determinado número de recrutas.

O Governo também faria publicar uma proclamação no Jornal Diário da Bahia, convocando a participação do povo na defesa da pátria e dirigiria cartas a pessoas de

“consideração e influência de fora da Capital, convidando-as a que empregassem todos os esforços para que apresentem-se voluntários, não só a alistar-se nos corpos de linha, como também a formar batalhões provisórios que marchem para as fronteiras;”¹²

Naquelas circunstâncias, tornou-se impossível contar apenas com as forças regulares existentes do Exército. Para desagravar a honra provocada pelo Paraguai, era necessário criar mecanismos que impulsionassem, mediante o oferecimento voluntário, a adesão de soldados para a defesa da fronteira. Assim, pelo Decreto 3.371, de 7 de janeiro de 1865, D. Pedro II criou, extraordinariamente para o serviço de guerra, corpos com a denominação de Voluntários da Pátria, com legislação específica que pudesse não somente formar as forças de que necessitava o Império, como também, atrair com recompensas os homens que a esses batalhões ingressassem de forma voluntária.

Na Capital da província, já no início do ano de 1865, as forças de primeira linha foram requisitadas pelo Governo Imperial, ocorrendo o mesmo em diversas outras capitais, cujo objetivo era seguir, de imediato, para o Prata, permanecendo na cidade apenas o Esquadrão de Cavalaria. Na Bahia, o Corpo de Polícia sob o comando do Tenente Coronel Joaquim Maurício Ferreira, antecipando-se à criação do citado decreto imperial se ofereceu para seguir na campanha do sul. O Corpo de Polícia, criado por decreto imperial, de 17 de fevereiro de 1825, fora constituído para exercer a função de uma polícia com o objetivo de garantir a tranquilidade e segurança pública na cidade da Bahia. Era composto de um Estado Maior e duas Companhias de Infantaria.

Quando surgiu a notícia de que o Corpo de Polícia embarcaria para o sul, depois de ter seguido toda a tropa de linha, espalhavam-se, pelas ruas e vielas da cidade, boatos sobre a possível sublevação dos negros a qualquer momento, cujas consequências, alcançariam o resultado desejado, ao contrário do que ocorrera em 1835 com a revolta dos

¹² APEB Seção Colonial e Provincial. Correspondência para o Governo Imperial. Maço 706.

Malês.¹³ Já era comum assistir cenas de “insultos as senhoras” pelos africanos, assustando uma classe que já vivia amedrontada com a possibilidade de um ato de tal semelhança. Dizia o *Alabama* tratar-se de uma atitude cujo objetivo era desacreditar o governo, por este ter tomado uma medida de caráter liberal, isto é, a de emancipar totalmente os africanos livres. Continuava o *Jornal* afirmando que era uma: “Estratégia de alguns militares que se querem fazer necessários para ficar na Bahia.”¹⁴

Estratégia ou não, o tema é pertinente durante aquela fase de desorganização temporária das forças devido à guerra, constituindo-se, de fato, em preocupação do governo provincial. Quando requisitado, as forças do Esquadrão de Cavalaria, para que este embarcasse imediatamente para a Corte, em resposta foi apresentado pelo presidente da província, Baltazar de Araújo Bulcão, algumas ponderações:

“Com a saída para o sul do Império da força de linha existente nesta província, conta apenas a presidência para quaisquer emergência que possa haver unicamente com aquele corpo de linha capaz de reagir contra o levante de Africanos, os quais, V. Excia, sabe, aproveitam-se sempre de tais ocasiões para aterrar os ânimos dos habitantes.”¹⁵

O embarque daquela tropa ocorreria, no futuro próximo, era a ordem expressa vinda da Corte, portanto o argumento era injustificável para a demora na marcha daquelas forças. Em resposta ao presidente, referindo-se à suposta sublevação de africanos, o Ministro da Guerra, Angêlo Muniz Ferraz, diz ser

“infundada os receios que aí nutrem e que portanto todas as províncias, inclusive aquelas que possuem numerosa escravatura não tem feito objeção alguma em relação aquele assunto, nem tem hesitado na remessa das respectivas forças.”¹⁶

Em 23 de março de 1865, pelos Decretos n. 3409 e 3424, foram criados, na Capital da província, mais um batalhão de Artilharia de Guardas Nacionais com seis companhias e um de Infantaria da Guarda Nacional na Freguesia da Penha.

¹³ REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês* (1835). São Paulo. Brasiliense, 1986.

¹⁴ *Jornal O Alabama*. Edição de 20 de janeiro de 1865.

¹⁵ APEB. Seção Colonial e Provincial. Correspondência para o Governo Imperial. Maço 706.

¹⁶ APEB. Seção Colonial e Provincial. Avisos recebidos do Ministério da Guerra. Maço 828.

Do município de Santo Amaro saíram para a guerra cerca de 1.290 homens, em três batalhões distintos. O 5º batalhão de Voluntários da Pátria organizado, em março de 1865, pelo tenente-coronel Antônio Joaquim Alvares Pinto de Almeida, contando com 400 praças. Partiu, este batalhão, para a capital da província, em 24 de abril de 1865, assistindo ao seu embarque o presidente da província, Luiz Antônio Barbosa de Almeida, que, na ocasião, visitava as obras de construção das estradas Sinimbu e Pé Leve. Chegando à Capital ficou, o batalhão, aquartelado até o dia 1º de maio de 1865, quando embarcou junto com a Companhia de Zuavos Bahianos para o Rio de Janeiro.

Do mesmo município, também, partiu o 2º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional sob o comando do capitão Salvador de Oliveira Mendes, filho do Visconde de Itapicurú de Cima, nomeado, em seguida, para o posto de Qaurtel-mestre da 2ª Brigada do Corpo de Cavalaria nº 2, daquela guarda, composta de 434 homens. Finalmente, o município de Santo Amaro, enviou para a guerra o batalhão nº 24 da Guarda Nacional composto de 456 guardas e comandado pelo tenente Francisco Lourenço de Araújo, incorporando, ainda, ao batalhão, o padre Antônio Caldas de Argolo que se ofereceu para capelão. No dia 7 de outubro de 1865, partiu, de Santo Amaro, o navio “Jequitiaia”, levando a bordo 220 praças do batalhão nº 24. Antes da partida, na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Purificação, foi rezada missa solene, marchando depois a tropa pelas ruas da cidade em despedida aos familiares e amigos que deixavam. Traziam uma rica bandeira bordada e trabalhada com fios de ouro feita no Recolhimento dos Humildes.

Finalmente, depois dos preparativos e, ainda, diante das dúvidas que, frequentemente, surgiam quanto à fatalidade da guerra, embarcam as primeiras tropas com destino à Capital do Império. O dia 23 de janeiro de 1865 foi, sem dúvida, um dia especial e inesquecível para os moradores da cidade do Salvador, que assistiram ao desfilar dos seus soldados. Saindo da Moraria, por volta das três e meia da tarde, percorreram as ruas até o Arsenal, ponto de embarque, o Corpo de Caçadores, sob o comando do tenente coronel D. José Balthazar da Silveira, veterano da independência, seguido pelo batalhão do Corpo de Polícia, comandado pelo tenente coronel Joaquim Mauricio, ambos, trazendo ricas capelas oferecidas pela sociedade baiana, sendo freneticamente saudados por aqueles que se espremiavam nas ruas para acompanhar o desfile.

As casas estavam todas embandeiradas e as ruas juncadas de flores e arcos triunfais. Antes mesmo do desfile, no quartel da Mouraria, fora lida e entregue ao comandante do Corpo de Caçadores, a ordem do dia pelo Sr. Marechal comandante das armas, causando consternação geral e levando aos olhos daqueles homens, lágrimas pela antecipada saudade de seus entes queridos que se separavam, para somente reencontrá-los cinco anos depois, caso voltassem vivos. Para as inúmeras famílias daqueles soldados, restavam-lhes implorar aos céus a vitória para os seus, enquanto uma dor profunda lhes tocava a alma ao ter que separar-se daqueles que lhe eram caros.

Os destinos daqueles homens que, naquele dia, se encontravam para o embarque, tomariam caminhos distintos durante os anos da guerra, como veremos nas micro-biografias que se seguem. Filho de Bento José de Moura, nascido em 1833 na província da Bahia, de cor branca, o capitão Amaro José de Moura, depois de alistar-se em 1850 e ter tido sua baixa em dezembro de 1860, tornou a se alistar em outubro de 1864 para seguir no Corpo que ora embarcava. Tomou parte no sitio de Montevidéu, em 16 de abril de 1866, fez a passagem do Rio Paraná para adentrar o território inimigo, participando da batalha do dia 17 do mesmo mês. Na batalha de 24 de maio em Tuiuti e, em setembro, em Curupaiti, foi nomeado sucessivas vezes no curso da guerra, a cabo, 2º sargento, tenente, que participaria de diversas batalhas, sobrevivendo as desventuras de uma longa guerra, regressando, junto com o Corpo de Polícia, à província da Bahia em 11 de maio de 1870. O Capitão Irineu Gentil Gomes não teve a mesma sorte, pois, no Hospital do Exército em Daiman, 5 meses depois de deixar sua terra natal, sucumbiu vítima da cólera morbus que, assim como as balas inimigas, ceifou as vidas de combatentes.

Nomeado alferes em 12 de julho de 1853, o tenente Deocleciano José de Miranda Chaves, depois de promovido a este posto na véspera do embarque, tomou parte em combates de 16 e 17 de abril de 1866 e na batalha de 24 de maio do mesmo ano, foi condecorado com a ordem de cavaleiro de Cristo. Entretanto nas Ordens do Dia referentes a continuação da guerra, desaparece sem deixar pistas, não havendo registros sobre sua volta junto com o remanescente batalhão saído de sua província.

O Major Estevão Caitano da Cunha, antes de seguir para a guerra com a tropa que embarcava, tem uma longa lista de trabalho desempenhado. Fora, em 5 de março de 1853, promovido ao posto de capitão, em 9 de janeiro de 1859, nomeado Delegado de

Polícia de Comissão e; em 9 de outubro de 1860, exonerado dessa comissão e nomeado Delegado de Abrantes, sendo transferido em 5 de dezembro de 1861 para 5ª Companhia.

Em 1862, estando como Delegado de Mata de São João, a 11 de fevereiro foi exonerado desse cargo para ser nomeado para Maragogipe. A 11 de maio de 1863, nomeado Delegado de Polícia de Santo Antônio da Barra, ocupação que a 23 de abril seria exonerado de autoridade policial. Dois anos depois de partir da Bahia, morreu no dia 3 de novembro de 1867 em combate na batalha do Tuiuti.

Os senhores, presidente da província Luiz Antônio Barbosa de Almeida, o marechal comandante das armas Francisco Antônio de Sá Bittencourt, o chefe de polícia, o coronel comandante superior e demais autoridades tomaram o caminho da Palma, ao som das músicas, dos vivas, para alcançarem seus postos, antes mesmo da chegada das tropas, ali, se preparando para os discursos de despedidas.

No Guadalupe, em frente à casa do Sr. Coronel Carvalhal, encontravam-se, com seu histórico estandarte, os veteranos da Independência, aguardando a passagem e, certamente, lembrando-se das lutas que outrora participaram em defesa do Brasil.

Ao passar pela rua Direita do Palácio, a poetisa Maria Leopoldina Ribeiro Sanches, fez a sua filha recitar um poema aos presentes que, com o barulho das grinaldas que explodiam nos céus, pouco pode ser compreendido, aliás motivo de reclamação do povo em geral.

“Ide, pátria com a benção
Voluntário batalhão;
Vingai serras, montes, rios.
Para salvar a honra e os bríos.
Da nossa infante nação.
Mostrai a Lopes e Aguirre
Que, filhos de portugueses,
Deles bebemos lições
Que para nossos corações
São escudos são armezes.”¹⁷

No Arsenal da Marinha o Presidente Luiz Antônio Barbosa de Almeida pronunciou o seguinte discurso.

¹⁷ ARAÚJO. Oséas Moreira de. Notícia sobre a Polícia Militar da Bahia no século XIX p. 37

“assistindo ao vosso embarque, eu sinto hoje uma das mais gratas emoções de minha vida; sinto o nobre orgulho de ver que antigo berço de tantos varões preclaros não renegou às tradições gloriosas (...) Ide, pois, briosos expedicionários, e mostrai aos novos tiranos do Prata, como se quebra e pisa o pego infame da opressão e as hordas selvagens, estúpidas, de escravos, como se ama, como se defende a liberdade.”¹⁸

O discurso em defesa da participação de seus cidadãos na guerra sempre esteve assentado na idéia de ser a província da Bahia, aquela que mais auxiliou no processo de independência do Brasil e não poderia ser diferente na atual guerra que enfrentava. Dai, o oferecimento de seus filhos, impulsionados pelo patriotismo de 1823. Assim como as “hordas de selvagens”, denunciadas pelo discurso, remete-nos à discussão sustentada pela idéia de civilização, identificada com a monarquia e o selvagem com a república. Em 28 de julho de 1865, o presidente da província, Manoel Pinto de Sousa Dantas, conclamava, mais uma vez, o povo baiano para pegar em armas.

“Baianos – Novos e gloriosos sacrifícios são reclamados para sustentação da honra, soberania e integridade do Império Brasileiro. (...) Baianos, vós fostes os primeiros que voluntariamente vos apresentastes para vingar no campo da batalha a afronta descomunal, irrogada à nossa Pátria pelo selvagem governo do Paraguai.”¹⁹

Entretanto, no contingente que seguiu, inicialmente, composto em grande parte de voluntários, constituía-se em um grupo heterogêneo que, por razões diversas, fariam a mesma campanha. Dirigindo-se ao presidente da província, o Diretor do Arsenal de Guerra, informava que na manhã do embarque para a Corte do Batalhão de Caçadores, evadiram-se, do mesmo arsenal, os aprendizes menores. Aristides Bibiano de Farias, Cândido Ribeiro de Figueiredo e Manoel de Jesus Galvão, como os supostos nomes de Aristides Bibiano Pereira de Farias, Manoel José de Almeida e Antônio José Gonçalves. Certamente, atentos ao decreto de 4 de janeiro de 1865, que garantia vantagens aos Voluntários da Pátria. Porém, para a “moralidade daquele estabelecimento”, pedia o referido Diretor, que se expedissem as ordens necessárias para fazer voltar os menores.²⁰

Desertores capturados e presos por outros crimes, pertencentes ao Batalhão de Caçadores, que deixaram de acompanhar as tropas no último embarque, seguiram no vapor

¹⁸ ARAÚJO, Oséas Moreira de. Notícia sobre a Polícia Militar da Bahia no século XIX. p. 37

¹⁹ APEB. Biblioteca. Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia. Volume 3. p. 151

²⁰ APEB. Seção Colonial e provincial. Correspondência para o Governo Imperial. Maço 706

“Nage” conforme solicitação do Marechal Comandante das Armas da provincia, enviando-os aos Batalhões que os mesmos pertenciam.

Caía a noite e o povo espremido no porto da cidade assistia ao embarque das tropas no navio “Princesa Joinville”, levando para águas distantes 477 homens do Corpo de Policia e 561 do Batalhão de Caçadores da Bahia. Os jornais que circulavam na cidade do Salvador, no dia seguinte, trataram com entusiasmo em suas páginas, o embarque das tropas com destino à Guerra do Paraguai. Entretanto, refletindo a vida política da capital, em artigo publicado pelo Jornal Diário da Bahia, evidenciava-se, também, que a guerra era igualmente travada em solo firme entre liberais e conservadores, que, através da imprensa, acusavam-se mutuamente e expressavam suas opiniões sobre o conflito no Prata. Tais artigos permite-nos compreender como foi discutida a guerra por facções partidárias distintas.

Os mais importantes partidos do Imperio – o Conservador e o Liberal – oriundos da Regência, caracterizavam-se como grupos opostos, embora poucas diferenças ideológicas pudessem ser notadas entre eles e, de fato, formado por grupos muitos semelhantes, apenas separados pelas rivalidades de famílias e grupos locais.

Intitulado “Embarque do Corpo de Policia”, o Jornal Diário da Bahia, porta voz da facção conservadora, atacaria violentamente a posição adotada pelo seu rival, o Jornal da Bahia, este, sob o controle do Partido Liberal. Dizia o jornal, referindo-se ao seu opositor:

“Ele diz que a causa é grave, mas critica que a policia, que é permanente, que tem destino especial, vá medir-se com o inimigo, com quem não tem que ver; como se sendo a causa do império grave, não fosse a causa grave das provincias; como se sendo a causa grave para os soldados todos do império, não fosse causa grave para todos os soldados das provincias.”²¹

Fazia-se referência ao fato de não ser as tropas de linha do Norte, mesmo reunidas às demais do Império, suficientes para aumentar o Exército e, aproveitando-se das circunstâncias, atribuiu aos seus adversários uma atitude antipatriótica e de menosprezo pelos cidadãos que compunha o Corpo de Policia.

Porém, na sua continuada tentativa de embaraçar o jornal opositor, diante da opinião pública, deixa escapar a intenção daquele jornal, quando reproduz uma de suas

frases: “Semelhante sacrifício só têm os soldados prejuízos a colher!”, referindo-se ao fato de acreditar que, aos soldados, deveriam ser assegurados alguns princípios, tais como: o da garantia para seus familiares, dando-lhes “médicos e botica, empregos públicos a seus parentes e os conventos abertos para as filhas deles!!!” como ironizou o Diário, atitude esta compreendida pelos conservadores, como de extravagância do “programa que aquele jornal ensina aos soldados brasileiros,” associando a atitude do jornal conservador a mercenários no momento em que deveriam ser exaltados os atos de puro patriotismo.

E, em atitude aparentemente contraditória, continuava o Diário, destacando frases do Jornal da Bahia, que as transcrevia literalmente:

“tem se ouvido de muita gente a manifestação de receio de que as pomposas promessas feitas pelo governo, para obter voluntários não sejam cumpridas quando passar a necessidade: infelizmente não são daqui só estes receios; por toda parte se tem manifestado.”²²

Para logo em seguida, afirmar:

“Parecia tudo isto escrito por algum paraguaio, ou por brasileiro torpe assolado pelos piratas, para nos reduzir, nos acovardar o exército, nos render aos açoitadores dos nossos patricios.”²³

Naquele momento, vivenciado pela província, não cabia tal atitude considerada de traição como profecia. No final da guerra ocorreria exatamente o previsto pelos conservadores e, paradoxalmente, seriam eles os responsáveis pelo abandono dos mesmos homens que fizeram a Campanha, pois estavam no poder no final da guerra.

Tendo seguido para o sul as forças policiais, assumiu de imediato o Corpo Provisório de Polícia, já previsto na lei provincial de n. 961, de maio de 1856, quando da ausência das forças regulares, poderia ser criado esse contingente. Este ficou comandado pelo major Manuel Francisco de Salles, logo substituído pelo capitão Érico Franco, que também prestou auxílio na organização do Batalhão de Voluntários Pedro II, ficando a tropa composta pelos policiais que não seguiram do antigo Corpo de Polícia e praças engajadas posteriormente. Era preciso adotar medidas para por em funcionamento aquele

²¹ Jornal da Bahia. Edição de 24 de janeiro de 1865.

²² Jornal Diário da Bahia. Edição de 24 de janeiro de 1865.

²³ Jornal da Bahia. Edição de 24 de janeiro de 1865.

Corpo. Mandou a presidência pagar a quantia de Cr\$. 25:000 ao negociante Cândido Pereira de Castro “para fardamento e mais objetos de que necessitava o provisório corpo,” sendo “o armamento o mesmo fornecido ao efetivo em 1850”, embora, em péssimas condições de uso pela idade, ficando quase metade dos soldados desarmados, até ser providenciado na Côrte o conserto das mesmas.²⁴ Assim, procurava assegurar o controle, antes, desempenhado pelo corpo permanente.

Nas oficinas do Arsenal de Guerra, não havia artigos de armamentos e equipamentos que chegassem para o fornecimento dos Corpos de Exército, que sobre modo, havia aumentado naquela quadra. Com a expedição de tropas para o sul e com a determinação de que a Guarda Nacional passaria a fazer a guarnição da Capital, não era possível deixar de crescer a necessidade de artigos bélicos, os quais não podiam ser manufaturados no dito arsenal, pois o diminuto pessoal ali existente não dariam conta da tarefa. Por outro lado, não havia no mercado tais objetos para se comprar. Enquanto cresciam os pedidos diariamente que faziam os corpos aquartelados.²⁵ A idéia era de que foi necessário criar condições para auxiliar a guerra na provincia: contratar operários para as oficinas e, as ordens expedidas pelo ministério, de 19 de outubro de 1861 e de 16 de abril de 1862, proibiam expressamente a confecção de tais materiais, tornavam mais difíceis a preparação imediata dos batalhões.

Começou, então, a formação de batalhões em toda a provincia. Do quartel dos Voluntários da Pátria na cidade de Maragogipe, em 18 de fevereiro de 1865, em officio ao presidente da provincia Antônio Barbosa, o tenente Cornélio Borges de Barros expressou a sua dedicação à causa brasileira e agradecimento por ter sido encarregado do alistamento naquela cidade:

“para que a patriótica cidade de Maragogipe não fique a quem dos demais lugares da provincia, e, portanto, preste também o seu contingente para um fim tão grandioso, tão imediato a todos os Brasileiros; e, ainda mais, não olhando a pessoa encarregada do alistamento, e sim a causa sacrossanta dele, me parece, como disse, que de algum modo os desejos de V. Excia., serão satisfeitos.”²⁶

²⁴ Relatório com que passou o presidente da provincia da Bahia, Manoel Pinto de Sousa Dantas a administração ao Sr. Dr. Francisco Liberatto de Mattos em 15 de outubro de 1866. p. 15.

²⁵ APEB. Seção Colonial e Provincial. Correspondência para o Governo Imperial. Maço 706.

²⁶ APEB. Seção Colonial e provincial. Guerra do Paraguai. Maço 3668.

Um voluntarismo expressivo pareceu contagiar a todos levando, até mesmo, a concorrência entre os municípios, nos primeiros meses da mobilização, sobre quem mais contribuiria para a causa do Império. As autoridades competentes usariam de seu poder político, prestígio econômico e social para a arregimentação de soldados. Em resposta às circulares da presidência que acompanhava o decreto que criava os corpos de Voluntários da Pátria, pedia a colaboração de autoridades municipais no auxílio da guerra, a Câmara da Vila da Barra do Rio Grande, comunicava

“que mandou fazer por Edital, convite aos habitantes deste município, para quem em vista das gravissimas circunstâncias, em que se vê o pais invadido, e insultado em seus brios os mais sagrados, por ingratos orientais e selváticas hordas paraguaias, corram às armas, alistando-se como Voluntários da Pátria.”²⁷

Era preciso também mobilizar a sociedade em geral para que esta pudesse auxiliar materialmente a guerra e, no primeiro ano, aparecem as contribuições mais expressivas em forma de doações, as mais variadas, de particulares. O Dr. José Moreira, proprietário em Santo Amaro, colocou à disposição do Governo Imperial a quantia de 20 contos de réis para as despesas da guerra, preferencialmente a ser aplicado na fundação de um Asilo de Voluntários da Pátria. O capitão e Comendador José Joaquim Barreto, proprietário do Engenho S. Gonçalo do Poço, também em Santo Amaro, em 8 de março de 1865, ofereceu a quantia de nove contos de réis. Seu oferecimento por ofício, de 29 de março de 1865, foi agradecido pelo Imperador D. Pedro II. Em 17 de agosto do mesmo ano, ofertava o mesmo Comendador a quantia de 5:000\$000 réis. Em 11 de fevereiro de 1865, Joaquim Pereira Marinho, colocou à disposição do governo 12 moradas de suas casas na Rua das Pedreiras para nelas habitarem algumas famílias dos militares que partissem para o sul durante todo o tempo que durasse a guerra. Elizario Prudêncio da Lapa Pinto, subdelegado do 1º distrito de Santo Antônio na Capital, abriu uma subscrição em benefício das famílias dos Voluntários da Pátria que necessitassem de socorros durante a guerra e pediu ao governo para confeccionar 500 peças de fardamento por pessoas de seu distrito. Bernardo Jose de Noronha ofereceu não só 600 braças de terras para serem divididas pelos voluntários que marchassem da Freguesia dos Prazeres, como também comprometeu-se em

sustentar e vestir até 20 esposas, filhas, irmãos e netos dos ditos voluntários em seu engenho Coité.

Muitos foram os que ofereceram percentual de seus vencimentos a serem descontados, enquanto durasse a guerra. O escrivão da coletoria geral da Vila de Santa Rita do Rio Preto, Luis da Costa Porfírio, ofereceu para as urgências do Estado 20% de seus vencimentos. Da mesma forma Hermelino Militão do Rego, vacinador na Vila de Jacobina 10% de seu ordenado até findar-se a guerra.²⁸ Entretanto era o início da guerra e, com o passar do tempo, o voluntarismo assim como as doações sofreriam considerável diminuição, levando o governo a apelar para o recrutamento forçado e não cumprimento de diversas promessas feitas antes do embarque às tropas.

2. 1. Mulheres e Guerra

Pensando na participação de mulheres na história e o papel exercido por elas na Guerra do Paraguai, pretendo identificar a sua ação e importância na trajetória do conflito.²⁹ O discurso constituído por biógrafos e historiadores baianos nas obras correntes do final do século XIX e primeira metade do século XX, em torno da enfermeira Ana Nery, identificaram a condição feminina associada à fragilidade e à bondade, valores historicamente e culturalmente projetados, limitando e omitindo o papel feminino, negando a capacidade da mulher de negociar e fazer valer seus desejos. Assim, identificamos um discurso, assentado na fragilidade feminina, valorizando sua participação na Guerra como mãe dedicada aos filhos e a pátria. Nessa linha de raciocínio, Machado de Assis, em suas crônicas, atribuiu um papel específico para as mulheres contemporâneas da Guerra do

²⁷ APEB. Seção Colonial e Provincial. Câmara de Barra do Rio Grande. Maço 1259.

²⁸ APEB. Seção Colonial e Provincial. Maço 3675-1.

²⁹ Nos anos 70 do século XX a historiografia ampliou significativamente suas pesquisas e fontes, resultado das mudanças sociais, políticas e culturais no Ocidente, alcançando as ciências humanas. Temáticas e grupos sociais que por muito tempo permaneceram alheios ao interesse dos pesquisadores aparecem permitindo novos objetos. Dentre as novas abordagens e os novos objetos, a História das Mulheres iniciou um longo caminho, investigando, propondo problemas teóricos e de abordagens, inserindo a mulher na História, antes, lugar comum entre os homens. Na década de 90, no caminho da ampliação de novos trabalhos sobre a condição da mulher na história, ganham divulgação e reconhecimento as pesquisas realizadas no Brasil, onde o gênero passa a ter identidade própria, acompanhada de afirmação política e atenta para o papel reservado às mulheres em nossa história.

Paraguai. Lembremos, no entanto, tratar-se de uma obra ficcional e, escrevendo para um público eminentemente feminino, acabava por demonstrar um perfil característico atribuídas às mulheres no período estudado.

Machado de Assis em crônica publicada no *Jornal A Semana Ilustrada*, em 7 de fevereiro de 1865, representou o papel da mulher na Guerra, em resposta a uma pequena nota publicada no *Jornal do Comercio* sob o título “Patriotismo”, fazendo referência a D. Bárbara que, em Minas Gerais, dissera a seu filho: “Toma este escudo, volta com ele; ou volta sobre ele”. Nessa crônica Machado se mostra contrário à participação da mulher na Guerra, no campo de batalha, empunhando armas. Afirma ele:

“Não nascestes para a Guerra, isto é, para a guerra da pólvora e da espingarda. Nascestes para outra guerra, em que a mais inábil e a menos valente vale por dois Aquiles. De qualquer modo, ajudais os homens. Uma como mãe espartana, arma o filho e manda para a batalha; outras bordam uma bandeira e entregam aos soldados; outras costuram as fardas dos valentes; outras dilaceram as próprias saias para encher cartuchos; outras preparam os fios para os hospitais; outras juncam de flores o caminho dos bravos. Deixarão os soldados que lhes arranquem aquela bandeira? Entregarão as fardas que os vestem? Não tendes uma espada, tendes uma agulha, não comandais um regimento, formais coragens, não fazeis um assalto, fazeis uma oração; não distribuis medalhas, espalhai flores.”³⁰

O papel da mulher parece, a princípio, ser aquele sugerido por Machado de Assis em sua crônica. D. Rosa da Trindade Silva e D. Emilia do Sacramento, mãe e mulher do alferes da reserva Antônio Firmino da Silva Guimarães, que se ofereceram para costurar gratuitamente 100 camisas para o Exército ou Armada.³¹

Outra forma de colaboração foi o oferecimento de vagas em colégios para educar filhos de soldados voluntários para a guerra, como fizeram D. Maria Antônia de Freitas Souza, professora do Colégio Piedade, oferecendo-se para educar três meninas como alunas internas, filhas de oficiais que partem para guerra e Rosalina Joana de Carvalho Matta, oferecendo-se para admissão em seu colégio Nossa Senhora da Palma, nove alunos internos, inclusive uma menor que já existia no mesmo, filha do sargento Antônio Luiz Tavares.³²

³⁰ Ver Machado de Assis *Crônicas*, em *Obras Completas* (Rio de Janeiro/ São Paulo/ Porto Alegre, W.M. Jackson, 1957 p. 118.

³¹ APEB. Seção Colonial e Provincial. Registro de Donativos para a Guerra do Paraguai. Maço 3675-1.

³² APEB. Seção Colonial e Provincial. Registro de Donativos para a Guerra do Paraguai. Maço 3675-1

Outras contribuíram oferecendo percentual de seus salários. Maria José de Barros N. Aranha, professora pública da Vila de Caitité, ofereceu 5% de seus vencimentos, durante todo o período que durasse a guerra. As senhoras do engenho Campina Grande e a Senhora D. Angélica Lacerda, diante do conhecimento sobre as dificuldades em que se encontravam os hospitais nas fronteiras, enviaram duas caixas com fios e ataduras para serem entregues aos súdito francês Moneiro Anglès que foi servir nos hospitais do Exército.³³ Ofereceram, ainda, escravos na condição de partirem com sua carta de liberto, constituindo-se todos esses atos em mecanismos adotados por mulheres na contribuição à guerra.

Entretanto, também é possível identificar atribuições outras, cujo objetivo ultrapassaram a frágil condição feminina para enfrentar a dura jornada de uma Campanha. A guerra, para elas, foi travada em terras estrangeiras ou mesmo nas suas próprias províncias, seja nas formas encontradas para garantir a própria sobrevivência e de seus filhos, seja diante de uma burocracia, que, lhes exigiu o aprendizado da negociação e dissimulação com o objetivo de alcançar seus objetivos.

Em seu romance *Iaiá Garcia*, Machado de Assis apresenta Valéria, um dos seus personagens, como uma mulher defensora dos valores paternalistas de seu tempo. Valéria luta contra a intenção do filho em escolher uma esposa sem observar as “tradições de família”, “cabedais” e se expressa como uma mulher perpetuadora dos valores sociais, que prefere assistir seu único filho partir para Guerra do que vê-lo casado com uma moça de condições sociais “inferiores” à sua. Essa é a mulher que Machado de Assis, assim como outros escritores de seu tempo, apresentam para o século XIX. Impossibilitada pela condição feminina, não podendo desempenhar papel semelhante ao homem, frente ao inimigo agressor, a mulher assumiu como verdadeiro o discurso sobre sua condição.

Porém, paralelo à historiografia oficial da primeira metade do século XX e a própria literatura machadiana, e, consonante às novas preocupações historiográficas sobre a mulher, escolhi como personagem real, que difere das demais, anteriormente apresentadas, aquelas que ao se apresentarem para a Guerra, seguindo os Batalhões do Exército, ou negociando a liberdade dos seus entes recrutados construíram um outro papel para a mulher na história do Brasil.

³³ APEB. Seção Colonial e Provincial. Registro de Donativos para a Guerra do Paraguai. Maço 3675-1

Ana Justina Ferreira Nery, era irmã do Tenente Coronel Joaquim Mauricio Ferreira e, finalmente, com este zarpor no navio “Princesa de Joenville”, dando início aos primeiros passos de uma jornada arriscada que mudaria a sua vida. Levava consigo o título de “Primeira Enfermeira Militar Brasileira.”

Como pretendo, ao longo dessa investigação demonstrar a capacidade de negociação política, indicador do conhecimento dessa sociedade pelas mulheres, devo começar com os meus questionamentos. A condição de irmã do comandante é sinal pertinente dessa negociação. Às mulheres em outros momentos e, mesmo durante a Guerra do Paraguai, fora negado o seu ingresso nos batalhões militares, a exemplo do que ocorrera, no passado, com Maria Quitéria, que fugiria de casa e encontraria apoio apenas de sua irmã, para, vestida de homem, com roupas emprestadas do seu cunhado, se apresentar como mais um soldado, tendo, inclusive, cortado seus cabelos para não por em risco o seu plano.

Ana Nery certamente gozava da confiança de seu irmão e apresentara-se para a guerra vestida, em seu eterno preto, sinal de viuvez, porém sem necessitar recorrer aos expedientes masculinos como forma de garantir o seu intento. Ana Justina Ferreira Nery nasceu na cidade de Cachoeira, em 13 de dezembro de 1814, trazia consigo a herança militar deixada por seus ascendentes que ativamente participaram dos quadros militares do Império, certamente, condição favorável para a sua aceitação nas tropas que, mais tarde, embarcariam para a Guerra. Casou-se com o oficial da Armada Izidoro Antônio Nery, nascido em Portugal e que morrera como Capitão de Fragata no navio “Três de Maio”, que comandara no Maranhão. Desse casamento resultariam 3 filhos: Izidoro Antônio Nery, Antônio Pedro Nery e Justiniano de Castro Rabello.

Como viúva e, até os 50 anos de idade, vivera uma existência que não se diferenciava da de outras mulheres de sua época e de sua condição social, porém a viuvez não a transformara em peça descartada do jogo social. Na região de Cachoeira, podemos encontrar outras senhoras de engenho que, na condição de viúvas, assumiam a posição de administradoras, como foi o caso da Baronesa de Viana, na região de Santo Amaro. Segundo Stuart Schwartz:

“alguns dos mais ricos proprietários de escravos no Recôncavo eram mulheres, especialmente em Santo Amaro e São Francisco do Conde, onde em 1817, 10% das fazendas de cana e mais de 15% dos engenhos pertenciam a mulheres.”³⁴

5 Ver Stuart B. Schwartz, *Segredos Internos*. Companhia das Letras, 1995, p. 242

Eram as viúvas mulheres que ocupavam profissões variadas para garantir a sobrevivência e a preparação de seus filhos. Sozinhas, muito embora um novo casamento fosse possível de ser contratado no século XIX, eram negociantes, costureiras, quituteiras, donas de casas, vivendo da renda deixada pelos falecidos maridos, assim como viviam de seus próprios bens, administrando-os, principalmente, contra oportunistas que frequentemente apresentavam-se para ajudá-las.

Quando explodiu o conflito com a república do Paraguai, os irmãos e outros parentes de Ana Nery, apresentam-se ao Comando das Armas, dispostos a defender a nação. Depois do embarque de seus aparentados, restava apenas um filho, aluno do sexto ano de medicina que logo, também, se ofereceu para a guerra.

Já no início do conflito, na condição de profunda solidão que permeava seu espírito, Ana Nery decide então, seguir o mesmo destino dos seus. Contudo era necessário convencer a sociedade masculina de sua importância no auxílio ao Exército e, para isso, o discurso utilizado reflete o pensamento do seu tempo. Em carta ao Presidente da Província da Bahia, Manuel Pinto de Souza Dantas, Ana Nery revelava os motivos que a levaram à Guerra:

“Tendo já marchado para o Exército dois de meus filhos, além de um irmão e outros parentes, e havendo-se oferecido o que me restava nesta cidade, aluno do sexto ano de medicina para também seguir a sorte de seus irmãos e parentes na defesa do país, oferecendo seus serviços médicos, - como brasileira, não podendo resistir à separação dos objetos que me são caros e por tão longa distância, desejava acompanhá-los por toda a parte, mesmo no teatro da guerra, se isto me fosse permitido, mas opondo-se a este meu desejo, a minha posição e o meu sexo, não impedem, todavia estes motivos, que eu ofereça os meus serviços em qualquer dos hospitais do Rio Grande do Sul, onde se façam precisos, com que satisfarei ao mesmo tempo aos impulsos de mãe, e aos deveres de humanidade para com aqueles que ora sacrificam suas vidas para honra e brio nacionais e integridade do Império Digne-se V. Excia. de acolher benigno este meu espontâneo oferecimento, ditado tão somente pela voz do coração.”³⁵

É pertinente a análise desse documento para compreensão de como poderia alcançar aquela senhora os seus objetivos. Ana Nery denuncia-se como uma conhecedora

³⁵ Citado por SOUZA, Bernardo J. de. *Heroínas Bahianas*. Livraria José Olimpio Editora. 1936 p.p. 129-130.

da sociedade que integra e, dessa forma, apresenta-se como encarnação do próprio desejo daquela sociedade. Há de se pensar que valores de mãe dedicada e abnegada em proteger seus filhos são virtudes pregadas pela Igreja, importante aliada do Estado no século XIX. Assim, o amor à pátria e a dedicação de mãe deve ser associada à condição de viúva, que permaneceria na solidão e morrer entre os seus parece compor uma nitida condição a ser conquistada por toda a família baiana.

Em que outra atividade poderia oferecer seus préstimos, senão como enfermeira? Mãe de médicos, aos 50 anos, constitui-se motivo para a sua aceitação. Não empunhando armas e sim a condição de guardadora e zeladora das vidas de tantos filhos feridos na guerra. Quanto à sua afirmação de “servir em qualquer hospital do Rio Grande do Sul”, não pareceu que estava convencida de sua permanência naquela região, seguindo, na verdade, nos longos 5 anos de guerra, o Exército nas Campanhas de Curupaiti, Humaitá, Assunção, Aquidaban e Corrientes. Mostrava, assim, Ana Nery que, somente apropriando-se do discurso que definia a mulher e o seu papel naquele século, poderia ter suas pretensões atendidas. Era velha demais para seguir como praça e, se ainda jovem fosse, sabia que estava vedada qualquer participação de mulheres, por ordem expressa do Ministério dos Negócios da Guerra que, em 15 de setembro de 1865, recomendava expressamente ao governo da província que não aceitasse tais oferecimentos.³⁶

Não teve sorte a pobre mulher que, com dois filhos, um nos braços e outro atado em suas costas, acompanhou seu marido, quando em um lugarejo, distante uma légua e meia de S. Gonçalo dos Campos, fora recrutado por ter se pronunciado contrário nas eleições ao poder constituído. Chegando os esposos à cidade de Cachoeira, apresentaram as autoridades o direito que fazia de seu marido isento do recrutamento, sem, entretanto, obter êxito mesmo apresentando seus filhos que ficariam à mercê da miséria, caso lhes faltasse o provedor da família. De Cachoeira seguiu para a Capital, onde súplicas, rogos e lágrimas, para conseguir a soltura não foram suficientes, tendo que seguir, por diversas vezes, às portas do Palácio do Governo onde, frequentemente, encontravam-se outras mães, irmãs, filhas e esposas, requerendo a devolução de seus entes queridos, obtendo sempre promessas que não eram cumpridas. Chegou o dia de embarque e sua “esposa devotada” não o

³⁶ APEB. Seção Colonial e provincial. Avisos recebidos do Ministério da Guerra. Maço 827.

abandonou, preferindo seguir no infortúnio do que ficar condenada à miséria ou mesmo buscar na prostituição meio de vida para alimentar os filhos desamparados.

Todavia, se em sua própria província não conseguiu obter seus direitos, tornava-se ainda mais difícil, na Corte, “onde tudo é movido a dinheiro ou empenho”, encontrar o aparo que desejava desde a prisão efetuada em Cachoeira. Depois de acometida de “Bexiga” teve de acompanhar até a fronteira o seu marido, os quais viram na viagem morrer um dos filhos e, com o coração partido, vê-lo atirado no mar como de costume. Desembarcou em Montevideu e muito enferma foi levada a um Hospital, onde ficou abandonada, sem recomendação, em terra estranha, enquanto seu marido e a tropa seguiram o curso previsto pelos seus comandantes.

De volta para a Corte, peregrinou durante seis meses, pedindo passagem de volta para sua província natal e, “depois de tanto penar achou uma alma compassiva”, conseguindo aportar na cidade do Salvador e retirar-se dali, de imediato, para a povoação de seu nascimento, onde se deu ao trabalho da lavoura para sustentar a si e ao filho que lhe restou.

Como diversas famílias desamparadas talvez tenha procurado o Governo, na Capital, uma esmola, em vista do seu estado de miséria, como fez Maria Alexandrina de Abreu Contreiras, casada com Leonardo de Abreu Contreiras, cabo de esquadrão do 40º batalhão de Voluntários, que pedia uma ajuda mensal dos dinheiros recolhidos pela Tesouraria Provincial, destinados ao socorro às famílias dos voluntários que partiram para a guerra, devido ao seu estado de pobreza. Nesses requerimentos, o atestado emitido pelo Vigário da Freguesia era uma das provas anexadas como prova do estado em que se encontravam as suplicantes. Maria de Jesus, viúva de Luiz Ferreira França, apresentou junto ao seu requerimento o atestado do Vigário de Alagoinhas, Antônio M. da Silva, no qual comprovava ser mãe de oito filhos, “4 machos e 4 fêmeas”, sendo todos menores, a exceção de um de nome Vicente Ferreira, que fora preso no Coité, para seguir o destino da praça, achando-se com isso desvalida, sem ter quem a ajudasse na sustentação de tantos filhos.³⁷ Entretanto, diante das exigências de mais e mais documentos, reconhecimento de

³⁷ APEB. Seção Colonial e Provincial. Guerra do Paraguai. Maço 3669.

fírmãs, muitas preferiam voltar para sua terra, sem “ver ao menos a cara do presidente da província, porque sempre lhe diziam que não estava”.³⁸

O palco da guerra foi um desafio para todos, especialmente para a enfermeira Ana Nery, revelando-lhe uma triste imagem. A bexiga, o tifo e o sarampo foram as moléstias dominantes, seja em função da mudança de clima, seja pela falta de medidas higiênicas no acampamento que, somando-se aos feridos por bala e espada, constituíam-se nas vítimas que necessitavam dos serviços das enfermeiras. Afirma André Rebouças:

“O hospital de S. Francisco porque passamos era uma simples palhoça situado num terreno que havia sido alagado nas grandes chuvas que caíram pouco depois da chegada das tropas e no terreno cercado de colinas. O acampamento tinha um péssimo cheiro.”³⁹

Eram locais onde as dificuldades impunham a condição de conviver com a morte e a esperança de poder escapar mesmo que fosse uma possibilidade remota. Felizes dos soldados que tinham perto de si enfermeiros. No dia 29 de junho de 1865, estavam o 3º batalhão de voluntários da Bahia, o Corpo de Polícia e de Caçadores a 4 leguas adiante de Payssandú, em um acampamento com cerca de 16.000 homens, onde morria, frequentemente, muita gente. A maior parte dos soldados andavam descalços e quase nus. Os hospitais estavam reduzidos a barracas de algodão com cinco palmo de altura e seis de largura, onde mal cabiam dois doentes, tão pobres e desprotegidos, que até a neve por elas traspassava, amanhecendo muitos dos doentes cobertos dela. Não havia ambulância, somente alguns médicos. A bexiga e a diarreia provocavam a morte em grande escala. Era comum encontrar soldados que, enlouquecidos com febre, ficavam cobertos de gelo.⁴⁰

Landulfo Medrado nas anotações feitas em seu diário, escrevendo sobre os estados em que se encontravam os hospitais aliados, também referiu-se a Ana Nery:

“O hospital (o de Corrientes) é talvez o melhor que temos: aí serve de enfermeira uma senhora da Bahia, já velha, a quem os doentes chamam de Mãe, pela caridade e desvelo com que trata a todos.”⁴¹

E, quanto as dificuldades encontradas por ela no desempenho de sua atividade conclui:

³⁸ Jornal O Alabama. Edição de 29 de abril de 1870.

³⁹ FLORA, Ana e VERISSIMO, Inácio José. Diário e notas autobiográficas de André Rebouças. Texto escolhido e anotações. Bahia, Livraria José Olimpio editora, 1936, p. 70.

⁴⁰ Jornal O Alabama. Edição de 29 de junho de 1865.

⁴¹ SOUZA, op. cit., p. 133.

“Esta Senhora faz uma das mais belas páginas de elogio à província da Bahia e entretanto, o Governo, que facilita as despesas mais loucas, nem ao menos lhe paga o aluguel de uma casa decente em Corrientes.”⁴²

Em Assunção, a enfermeira, fundou e manteve com seus próprios recursos, em sua casa, com ajuda de seu filho Izidoro, médico, um corpo de saúde do Exército, continuando a sua missão. A fragilidade dos 50 anos que aparece como condição para exercer apenas ofício de natureza pacífica, não corresponde à sua trajetória durante a guerra, onde amargaria a triste sina de não ver cumprido o destino natural, quando os filhos enterrarem seus pais, perdendo seu filho no palco da Guerra

Na Historiografia da guerra e de toda a primeira metade do século XX, as mulheres são circunstancialmente apresentadas como heroínas, possuidoras de virtudes tão grandiosas, que levariam a cumprir seu papel, sem notar que, em auxílio aos feridos, tratara e depositara seus cuidados também aos inimigos. Como conciliar essa condição quase divina com a de mãe que perdera o que lhe tinha de mais precioso? Sem dúvida, morrera com Ana Nery um pouco desse patriotismo exagerado e tão exaltado por essa historiografia.

Todavia é possível encontrar, também, mulheres em outros papéis que não o só de mãe abnegada na guerra. Apresentando-se para arregimentar tropas com o objetivo de aumentar as forças brasileiras na fronteira do país, Adelaide E. de Laugensehartz Frões, nascida na Alemanha e casada com um brasileiro de posição “independente” por esse consórcio, naturalizou-se brasileira, mãe de um baiano e “filha de um homem de elevada posição social na Alemanha”, propunha em carta, dirigida ao presidente da província, a sua ida e a de seu marido à Europa com o fim de engajar gente, principalmente alemães os quais, se terminada a guerra, antes de sua chegada, poderiam ser utilizados como colonos. Afirmava em sua carta:

“Hã, nas 4 cidades livres da Alemanha, no grão ducado de Schleorig, Icalas, Acin, em Lenemberg, milhares de homens que entusiasmados pela voz de uma mulher, viriam em massa ao Brasil, sem falar das províncias alemãs que se não querem sujeitar ao julgo Austríaco, poderei trazer destas, se forem eles preferidos, porém me comprometo de preferência pelos meus compatriotas,

⁴² Ibid., p. 134.

cabeças ardentes, que uma mulher conduziria ao suplicio, quanto mais a uma pátria tão bela, como o nosso Brasil.”⁴³

Tratava-se de uma súdita alemã que, conhecedora da situação política que vivia sua pátria de origem, buscava proteger seus concidadãos, mesmo que fossem retirados para uma guerra, muito provavelmente, acreditando ela, ser a guerra uma questão de tempo. Todavia também procurava beneficiar-se com tal atitude, para a qual solicitou trinta contos de réis, valor “diminuto e inferior diante da fortuna de seu marido”, deixando como garantia suas propriedades e outros bens igualmente importantes. Dinheiro a ser empregado nas despesas de transporte e de residência durante a viagem e, caso não fosse suficiente, comprometia-se seu marido em emprestar o que faltasse. Adicionava, ainda, a seus pedidos, a soma de dinheiro que o governo concede aos voluntários naturais, metade paga logo que eles embarquem e a outra metade quando aqui chegados. Finalizava, cobrando pelo serviço prestado e pelo desempenho “patriótico” que, no fim da guerra, o governo conceda aos voluntários terras para que eles possam ganhar a sua subsistência, considerando-os como brasileiros naturalizados e no gozo de todos os direitos políticos.

Quanto à recompensa para seu marido, depois de oferecerem dois mil homens, satisfazia a condecoração da Ordem da Rosa e o título de Coronel da Guarda Nacional. Concluía, finalmente, afirmando que, caso fosse aceito o seu oferecimento, partiriam, no mais tardar, no mês de outubro por ser período de intenso inverno, “estação do frio, e da miséria, que facilitará a emigração.”⁴⁴

Eram mulheres que demonstram o movimento constante da história e, em suas proezas para garantir suas vontades, utilizavam de todos os expedientes capazes de assegurar-lhes seus desejos. O Jornal O Alabama noticiou o procedimento de uma certa viúva que, deixando seu marido, filhos criados e alguma coisa em testamento, achou um meio para deserdar os enteados, pois, assim, ficaria com a herança deixada pelo falecido: “Arranjou-se com alguém, seja lá quem for, e os tem mandado recrutar, de sorte que a geração de nove já está reduzida a três rapazes que tem ido para bordo.”⁴⁵

⁴³ APEB. Seção Colonial e Provincial. Guerra do Paraguai. Maço 3673.

⁴⁴ APEB. Seção Colonial e Provincial. Guerra do Paraguai. Maço 3673.

⁴⁵ Jornal O Alabama. Edição de 7 de outubro de 1865.

A guerra, a qual enfrentava Ana Nery nos campos do Paraguai, não era, todavia, diferente da guerra a que estavam reduzidas muitas outras, mulheres, na província da Bahia. Ana Maria Suplicia de Jesus, impelida pela necessidade, colocou a venda na loja 17, à Rua do Julião, a farda de seu marido José Alves da Costa, guarda nacional do 6º batalhão da cidade do Salvador, que tinha sido recrutado. Depois de implorar ao presidente da província, apresentando-lhes três filhos menores, a soltura de quem lhe mantinha, restou-lhe, apenas esse recurso, para matar a fome que, antes mesmo do embarque do dito seu marido, batia-lhe a porta.⁴⁶

Em fins de março de 1870, cansada e idosa, marcada pelo tempo ingrato e pelas intempéries que enfrentara na Guerra, Ana Nery deixou o território paraguaio, chegando, a 5 de junho de 1870, à província da Bahia, coberta de glória e o título de Mãe dos Brasileiros. Consigo trazia 4 meninas, filhas de soldados brasileiros mortos nos campos de Batalhas, buscando, com isso, preencher o vazio que ficara com a morte de seu filho.

Em sua volta para casa, seguiu o caminho dos vapores e o da possibilidade de um descanso há muito desejado, passou pelo Rio de Janeiro, onde homenagens foram prestadas por seus feitos na campanha. Eram os primeiros reconhecimentos fora da guerra prestados a Ana Nery. E aí também se revelaria o papel da mulher na história do Brasil e na da Guerra do Paraguai. Na Capital do Império, a mais significativa homenagem partiu de um grupo de mulheres baianas moradoras daquela cidade, que lhe ofereceram um álbum, guarnecido de madrepérola e prata acompanhado da seguinte mensagem:

“As senhoras baianas nesta corte não poderiam assistir indiferente à passagem de V. Excia. por aqui, no seu regresso à velha e heroica província. Entusiastas das virtudes e da caridade de V. Excia. para com os nossos concidadãos que no Paraguai pugnaram pela honra da nação, encarregaram-nos elas de oferecer a V. Excia. este pequeno sinal de seu alto apreço, distinta consideração e afetuosa estima.”⁴⁷

Era uma coroa em ouro de 18 quilates, com 35 centímetros de diâmetro que trazia escrito: “À heroína da caridade, as baianas agradecidas.” Registrou-se a presença apenas de mulheres na homenagem prestada e mais, mulheres que compunham uma elite na Corte, como podemos verificar nas assinaturas que se seguem à entrega do álbum:

⁴⁶ Jornal O Alabama. Edição de 30 de novembro de 1867

⁴⁷ SOUZA, op. cit., p. 135

Baronesa de Muritiba, Isabel Duque Estrada, Maria Senhorinha Madureira Acioli de Brito, Laurentina Adelaida de Moura Lima, Ana Ferreira Rebouças, dentre outras.

Um detalhe não escaparia à minha curiosidade: o significado daquela coroa, ricamente confeccionada. Seria a representação de uma rainha, atribuindo nobreza a pessoas comuns como Ana Nery, ou talvez, a condição de santa, como sofredora pelos deslizes praticados pela humanidade? Nessa mesma ocasião, foi encomendado pelas citadas senhoras a pintura de um quadro a óleo, em tamanho natural, ao célebre pintor de famosas batalhas da guerra e de outros capítulos de nossa história, Vitor Meireles, representando a cachoeirana de pé no campo de batalha, retrato que foi oferecido à província da Bahia.⁴⁸

Finalmente, o seu regresso era de todo. Estava em sua terra natal, trazendo saudades e lembranças de quando partira. O seu retorno foi um acontecimento mais festivo do que seu embarque, pois a cidade preparou as suas homenagens à grande heroína e conterrânea. Já no dia seguinte, a Filarmônica Minerva e a música do Corpo de Polícia, junto com senhoras de famílias ilustres da cidade, foram felicitar Ana Nery, que não descansara da difícil e fatigada viagem. Em sua casa, brindaram-lhe com uma rica coroa de louros cravejada de brilhantes. Dali seguindo, acompanhados por estudantes de medicina e pessoas que observavam, perplexos, aquela figura que guardava um ar de matriarca, para a Sociedade Recreativa, onde mais sinais de reverência foram demonstrado por poetas, representantes oficiais, intelectuais e jornalistas, finalizando tais manifestações com um baile oferecido para a “Mãe dos Brasileiros”. Eram reverências que pareciam não acabar. Já no dia 7 de junho, em sua residência, uma comissão nomeada pela Assembléia Provincial, continuou a render respeito. Naquela noite discursara o deputado Dr. Ramiro Afonso Monteiro:

“... Não foram somente seus filhos que, educados na paz, souberam mostra-se valentes guerreiros quando a Pátria pedia a sua dedicação: vós que pertenceis ao sexo a quem não é dado provar o seu valor nos combates, destes provas do vosso amor e dedicação, desprezando o sossego, o descanso e a própria vida em favor desses mesmos heróis que longe de suas famílias, careciam de um coração de mulher, transbordando de caridade evangélica, para lhes curar as feridas com os desvelos que só uma mãe sabe dispensar a seus filhos. (...) Enquanto vossos filhos e vossos irmãos se distinguiam pelo talento e pela arte,

⁴⁸ O retrato da enfermeira Ana Nery, encontra-se exposto na Câmara de Vereadores da cidade do Salvador. Quanto a Coroa nenhuma informação encontrei sobre o seu paradeiro.

pela pericia e coragem, vós sobressaíeis pela caridade e pelo amor, virtudes que resumem a glória da mulher.”⁴⁹

Virtudes masculinas separavam-se, tornando nitidas as diferenças daquelas atribuídas ao universo feminino. Coragem, pericia, arte e talento são as atribuições comumente apresentadas aos homens heroificados pelo Brasil, ficando para as mulheres a caridade e o amor como suas aptidões.

Compreendendo ser necessário dar voz às mulheres em seu tempo, depois de pronunciado o primeiro discurso, um outro, em seguida, parece-nos revelador de questões que, ocultas nos discursos masculinos, viriam com toda força e transparência traçar um perfil complementar àquele sustentado pela mentalidade do final do século XIX. Dona Ana Marques, senhora rica e de muito prestígio, pronunciou um discurso cheios de significados:

“Não é só a espada que conquista a glória! Não é só o soldado que recebe ovações. O Sexo a que pertencemos também as conquista e recebe, quando, como vós, faz abnegação de seus cômodos, para mitigar a dor da humanidade sofredora.”⁵⁰

Em defesa do papel desempenhado pela mulher, parece pertinente a aceitação da mentalidade de uma sociedade em transição. Mais ainda quando em seu discurso observamos uma tentativa de colocar no mesmo pedestal homens e mulheres, sem, no entanto, ferir o direito reservado ao universo masculino.

“Assim, pois, minha patricia, se as prerrogativas da força conquistaram para os Conde d’Eu, os Caxias, Hevel, Itaparica e tantas outras, um nome glorioso, os acentos do vosso coração, na prática da caridade, vos elevaram à altura daqueles heróis e vos dão direito às benções de nossa Pátria agradecida.”⁵¹

As homenagens estenderam-se por muito tempo e, decorridos três anos, o retrato da heroína cachoeirana, oferta das baianas moradoras do Rio de Janeiro, foi solenemente inaugurado, em 28 de setembro de 1873, no Paço Municipal da cidade do Salvador. Solenidade revestida de todas as formalidades oficiais, comparecendo vereadores, o vice-presidente da província, o Chefe de Polícia, o Comandante Superior da Guarda Nacional, jornalistas e muitas famílias baianas.

⁴⁹ SOUZA, op. cit., p. 140.

⁵⁰ SOUZA, op. cit., p. 138.

⁵¹ SOUZA, op. cit., p. 139.

Em Corrientes, foi-lhe oferecido o diploma de sócia da Sociedade Filantrópica de Socorros e, em Assunção, o de socia instaladora da Sociedade de Beneficência Portuguesa. O próprio Imperador receberia Ana Nery em seu palácio e concedendo-lhe uma pensão anual de 1:200\$ e as medalhas Humanitária de 2ª classe e de campanha com passador de ouro n.5.

As glórias destinadas à Enfermeira Baiana que se destacou na Campanha, escondia a dura realidade em que outras mulheres, viúvas, mães e órfãs encontravam-se depois de encerrado o conflito. Maria Cerqueira de S. Pedro perdeu na guerra seus dois filhos que a sustentavam, de nome Pedro Pereira Magalhães, Alferes do 31º regimento de Cavalaria Ligeira e José Pedro da Silva, sargento do Corpo de Polícia, e via-se obrigada a recorrer ao auxílio recolhido na Caixa Econômica, em 15 de julho de 1871, para as famílias dos voluntários que defenderam a pátria, sem sequer receber pensão ou outra qualquer indenização pela perda de seus filhos.

Às quatro e meia hora da tarde de 20 de maio de 1880 aos 66 anos de idade, faleceu Ana Justina Ferreira Nery, na cidade do Rio de Janeiro. Em jazigo perpétuo cedido pela Santa Casa de Misericórdia, foi sepultada no cemitério de S. Francisco Xavier.

Estava, então, equivocado Machado de Assis em sua crônica ao atribuir um outro papel que não o da guerra às mulheres? Ana Nery nascera para a guerra e trouxera seu filho sobre o escudo espartano como fora proposto por D. Barbara, dando, assim, a prova de que a mulher, em seu cotidiano, escreve sua história, inventa suas estratégias, dissimula, negocia e expressa seus desejos. Mesmo sendo poucos os vestígios, deixados por elas mesmas, sobre suas trajetórias, nos fazem pensar na participação da mulher na Guerra do Paraguai.

CAPÍTULO III

OS INVOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA

Na discussão desse capítulo, procuro evidenciar que, nas fileiras da Guarda Nacional e dos Voluntários da Pátria, muitos homens foram recrutados à força e seguiram de forma involuntária para o Paraguai, como também em condições diversas àquelas prometidas pelos Decretos e, na prática, em desacordo com as leis de isenção. Entretanto, devo, também, destacar as formas encontradas por esses mesmos homens para escapar do recrutamento, desenvolvendo estratégias que os impediam de partir como contingente, seja na Guarda Nacional ou nos batalhões de Voluntários da Pátria. Todavia pretendemos evidenciar o poder que possuíam as autoridades do interior em fazerem valer suas determinações, demonstrando a dinâmica que caracterizava a sociedade baiana da segunda metade do século XIX. Por último, destaco a participação de escravos e libertos nas fileiras do Exército, demonstrando seu poder de negociação e compreensão dos mecanismos utilizados para furtar-se ao cativeiro a que estavam reduzidos.

3.1. Os primeiros momentos

O envio do Corpo de Polícia, dos Esquadrões de Infantaria, Cavalaria e das Tropas de 1ª Linha requisitados, na Bahia e nas demais províncias do Império, não foram suficientes para combater o Exército do Paraguai em suas fronteiras. O Império teve de recorrer à criação de forças complementares ao Exército e à Armada para enfrentar a República inimiga a qual, nos últimos anos, preparava-se para uma possível guerra e, para, no caso de ser invadida, tomar o cuidado de construir ao longo do rio Paraguai, fortalezas que impossibilitassem a invasão de seu território.¹

O despreparo para a guerra no Brasil era de homens-soldados e de materiais de toda espécie, que pudessem auxiliar na sustentação de uma guerra. Diante das dificuldades,

¹ O efetivo paraguaio era de 80.000 homens, um terço composto pela cavalaria e o restante formado pela infantaria e artilharia. A esquadra compunha-se, inicialmente, de 14, e depois de 21 vapores metade dos quais apropriados para a navegação marítima. Sobre o preparo militar paraguaio ver: SCHNEIDER, L. *A Guerra da Triplíce Aliança*. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1875.

o governo Imperial encontrou como solução o envio para as fronteiras do sul, dos contingentes da Guarda Nacional, dos Voluntários da Pátria e do recrutamento forçado. A primeira tratava-se de uma corporação existente desde o período da Regência e disperso por todo o território brasileiro; o segundo, criado especificamente para a guerra que ora enfrentava o Brasil e, por último, o recrutamento o qual sempre recorreu o Império para completar os quadros de suas forças militares.

Diante da dificuldade em empreender o Exército nacional uma Guerra contra o Paraguai, restava, então, apelar para o povo através da criação de batalhões denominados “Voluntários da Pátria”, criados por Decreto Imperial número 3.371 cujo objetivo era atuar na guerra contra a República paraguaia, fazendo aumentar as forças militares existentes do Império. No dia 7 de janeiro de 1865, o Decreto Imperial estava pronto e, nos dias seguintes, foi publicado em toda a Corte e demais províncias do Império em jornais de todas as Capitais. Poderiam compor os Corpos todo cidadão entre 18 e 50 anos de idade que aceitassem as condições do decreto que, para atrair voluntários, oferecia 300 réis por dia, assim como o soldo a que tinham direito os voluntários do Exército, de 165 réis; para as famílias dos soldados que morressem em combate, uma pensão de meio soldo; gratificação de 300\$000 para aqueles que fizessem toda a Campanha; por último, 22.500 braças de terras em colônias militares ou agrícolas.²

No dia 10 de janeiro de 1865, escreveu o Ministro dos Negócios da Guerra para o presidente da província na Bahia e, junto, remeteu cópia do Decreto publicado, no dia 8 daquele mês no Diário Oficial, no qual declarava:

“convém, que V. Excia dirija proclamações aos povos dessa província, hesitando o seu entusiasmo patriótico, devendo outrossim V. Excia fazer seguir imediatamente para esta Corte os individuos, que se forem alistando para o sacrificio que o pais deles exige na presente conjuntura.”³

A Guarda Nacional, criada em 1831, ainda no período da Regência, sob a autoridade do governo civil era uma corporação permanente composta por civis e militares, formada, a principio, com o objetivo de substituir as extintas forças de milícias, ordenanças e guardas municipais dessa forma, atribuindo à empresa de policiamento de um Estado e, em ultimo caso, quando solicitado, auxiliar o Exército em questões externas. Cabia-lhe,

² APEB. Seção Colonial e Provincial. Guerra do Paraguai. Maço 3673.

³ APEB. Seção Colonial e Provincial. Avisos Recebidos do Ministério da Guerra. Maço 827

portanto, defender a Constituição, a independência, a integridade do Império, as leis e a tranquilidade pública, além de ajudar o Exército nas fronteiras e costas.⁴

Instituída em todos os municípios do Império, por Lei nº 602, de 19 de setembro de 1850, quando foi reorganizada, a Guarda Nacional estava subordinada aos juizes de paz, presidente da provincia e ministério da justiça. Em suas fileiras todos “os bons cidadãos” entre 18 e 50 anos e que possuissem uma renda de duzentos mil réis anuais estavam aptos para servir. Todavia estavam isentos:

“os que por moléstias incuráveis, se achassem inabilitados para qualquer serviço; os senadores do Império, os ministros, os Conselheiros de Estado e os Presidentes de Provincias; os oficiais e praças efetivos do Exército e Armada, dos Corpos de Policia pagos, e da Imperial Guarda de Arqueiros; os clérigos de ordens sacras e os religiosos de todas as ordens; os magistrados perpétuos, os carcereiros e seus ajudantes e, finalmente, os individuos matriculados nas Capitania dos Portos.”⁵

Suas fileiras eram formadas pela Infantaria e Artilharia compostas por uma companhia de 100 a 140 homens, sob o comando de um capitão e, quando juntavam-se os números de quatro companhias, constituía-se um batalhão, agora, comandado por um tenente-coronel. Quanto à Cavalaria, era o esquadrão, formado por três companhias com 140 a 200 homens cada e a reunião de dois ou três esquadrões compunha um Corpo. Cabia à tropa a eleição de oficiais subalternos e ao governo central a nomeação do comandante superior e demais oficiais depois de apontados seus nomes pelos presidentes de provincias.

Na circunstância da guerra, que enfrentava o Brasil, poucos dias após a criação dos Corpos de Voluntários da Pátria, o Império chamava, também, para o serviço de corpos destacados, conforme a Lei nº 3383, de 21 de janeiro de 1865, e baseados nos artigos 117 e 118 da lei n. 602, de setembro de 1850, a “14 796 guardas nacionais, não só para defesa das praças, fronteira e costas do Império, como para o serviço de guerra no Estado do Paraguai.” Uma vez designados, deviam estes guardas nacionais ser organizados em batalhões, seções de batalhões e companhias avulsas, para, enfim, seguirem para as fronteiras do sul. Os presidentes nas provincias estavam encarregados de nomear ou escolher dentro da propria Guarda Nacional os oficiais que haveriam de servir nos Corpos.

⁴ CASTRO, Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo. Cia Editora Nacional. 1977.

De imediato fora marcado o número que cabia dar cada provincia (Anexo I). A mobilização da Guarda Nacional consistia em sua organização por classe, sendo estas divididas em solteiros, casados e casados com filhos. Formando cada um, separadamente, companhias ou batalhões conforme as circunstâncias, o que significava ter gente pronta a qualquer hora para marchar. Assim, o guarda nacional do batalhão dos solteiros não tinha mais o direito sobre si, pertencendo ao governo de corpo e alma.

“consequentemente ninguém mais quererá se arriscar a tratar negócio com um homem, que hoje esta aqui e amanha não. Ninguém se fiará em um homem, que não pode cumprir sua palavra, porque o governo, quando menos o espere, a atirárá para onde quiser.”⁶

Procurava, assim, refletir, o jornal O Alabama o mal que acarretou sobre o cidadão guarda nacional a mobilização daquele força.

A provincia da Bahia ficou encarregada de enviar para o serviço o número de 2 440 guardas nacionais, constituindo-se no maior contingente marcado pelo Império todavia, no total, as autoridades da Bahia designariam 5.312 guardas nacionais. Número distribuido, em seguida, pelos municipios da provincia onde se encontravam organizadas as forças militares (Anexo II, II-1).

É necessário ressaltar que, mesmo possuindo distinta legislação, os batalhões da Guarda Nacional puderam ser transformados em batalhões de Voluntários da Pátria, pois as disposições do artigo 3º do Decreto 3.371, de 7 de janeiro de 1865, estabeleciam que:

“os guardas nacionais, praças de pré, que se apresentassem, serão alistados na primeira linha, com as mesmas vantagens do artigo 2º, passando nos postos que tiverem nos Corpos da mesma Guarda, a que pertencem.”⁷

Assim, estendia, a todos que voluntariamente se apresentassem para a guerra, as vantagens concedidas aos voluntários da pátria. Dai, uma semelhança entre os dois grupos, os dos guardas nacionais e de voluntários, apesar de, todavia, poderem ser, muitas vezes, diferenciados.

Os caminhos a seguir, na formação de batalhões de voluntários e para designação de guardas nacionais, foram diversos, encontrando nas distantes partes da

⁵ DUARTE, Paulo de Queiroz. Os voluntários da pátria na Guerra do Paraguai. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército ed., 1981. V. 1 p. 178

⁶ IGHBa. Jornal O Alabama. edição de 30 de agosto de 1865

provincia entusiasmo de uns, empolgados com as notícias da guerra e das vantagens estabelecidas pelo governo e cautela de outros, que, avisados do procedimento arbitrário que as autoridades se valiam para cumprir as exigências do governo central, provocavam mudanças no cotidiano do povo e de suas cidades.

Enquanto verifica-se uma suspensão temporária na Capital do recrutamento para a guerra, este era ativado no interior em obediência às recomendações do Ministro da Guerra, que pedia ao presidente a remessa:

“do maior número de recrutas que nessa provincia pudessem apurar, pôr meio de engajamento, ou do recrutamento, de preferência nas populações do centro da mesma provincia, que se dão a industria pastoril, e sabem montar a cavalo.”⁸

Recomendação que se explica pelo fato da guerra nas fronteiras da provincia do Rio Grande do Sul ser travada, em sua maior parte, por batalhões de Cavalaria, facilitado pela grande quantidade existente de cavalos naquela região.

Em 13 de agosto de 1865, Manoel Pinto de Souza Dantas ofereceu informações ao Ministério da Guerra, de como procedeu quanto as primeiras ordens determinadas para as atividades de alistamento no interior da Provincia:

“Tenho igualmente convidado diversos cidadãos para de acordo com as autoridades das localidades onde preponderam pôr sua posição e simpatias, promoverem o alistamento de maior número de voluntários. Estes cidadãos são, o Dr. Antônio Mariano Bomfim no alto sertão, ao Major Francisco Antônio de Athaide na Chapada Diamantina e suas imediações e o Dr. Salustiano Ferreira Souto nas Comarcas do litoral da Provincia.”⁹

A Câmara Municipal da Vila de Caetité, em nome de seus representantes, e, em resposta às determinações do governo da provincia em 7 de março de 1865, informava que: “as principais autoridades daquele lugar fez cumprir a determinações de V. Excia.” O que significava ter feito, de imediato, publicidade ao decreto número 3.371 como pediu o governo provincial as câmaras municipais e, concluía:

“Esta Câmara, representada pôr seu Presidente e mais alguns membros, que presentes se achavam, acompanhada da música, corneta e inúmeras pessoas, percorreu todas as ruas desta Vila, fazendo em cada uma de suas quinas,

⁷ APEB. Seção Colonial e Provincial. Guerra do Paraguai. Maço 3673.

⁸ APEB. Seção Colonial e Provincial. Avisos Recebidos do Ministério da Guerra. Maço 828.

⁹ APEB. Seção Colonial e Provincial. Correspondência para o Governo Imperial - Registro Maço 706

repartir-se a integra daquele decreto; o que se finalizava sempre pelo som harmoniosos de acordes instrumentais.”¹⁰

Vinte dias depois da Câmara se pronunciar, do Quartel do Comando Superior da Guarda Nacional da mesma cidade de Caetité, o comandante Exupério Pinheiro Cangussu fez publicar, por intermédio dos respectivos comandantes dos batalhões, mais uma das proclamação enviadas pelo presidente da provincia, as quais podiam ser encontradas afixadas nas portas da Matriz, nas paredes da delegacia da Vila, em armazéns e outros estabelecimentos onde circulavam populares. Esta, agora, destinava-se aos guardas nacionais.

“O Brado da Guerra contra nossa pátria acaba de soar, cujo eco veloz, percorrendo todos os ângulos do Imperio, tem chegado a nosso ouvidos! Não seremos nós que, indiferentes, observemos impassiveis os tratos e decapitações que os nossos gratuitos inimigos e ingratos vizinhos do rio da Prata tem feito exercer contra nossos irmãos, que infelizmente lhes caem nas sangrentas garras, menoscabando e desprezando com esse procedimento a dignidade de nossa honra nacional. A vista desta emergência, e confiando-me em vosso reconhecido patriotismo, eu vos convido para que, voluntariamente, coadjuvado no momento que tiver de dar suas forças contra esses selvagens do Prata, que tanto se distinguem na malvadez. Eu a vossa frente amostrarei convosco todos os perigos inerentes a guerra, e não terei o dessabor de ver contra uma leva forçada, quando assim o governo ordenar e julgar conveniente.”¹¹

Com o objetivo de engajar pessoal para o Exército no centro da provincia, Francisco Antônio de Athaide, atendendo ao convite do Governo Provincial, seguiu pessoalmente para as comarcas do Rio de Contas, Caetité, Macaubas, Monte Alto e Urubu, em 31 de junho de 1865. Seis meses depois, de volta à cidade do Salvador, apresentou seu relatório ao presidente Manoel Pinto de Souza Dantas, com o resultado de sua missão naquelas localidades desde sua partida, tendo encontrado “cooperação das autoridades locais e de distintos cidadãos.”¹² Com a mesma finalidade, Antônio Mariani do Bomfim, seguiu para a região do S. Francisco e outros lugares do interior para promover a vinda de cidadãos que necessitavam do pais para aumentar seu Exército. Chegando na cidade de Lençóis, depois de entregar os officios às autoridades da localidade e as cartas dirigidas pelo

¹⁰ APEB. Seção Colonial e Provincial. Câmara Caitite. Maço 1276.

¹¹ APEB. Seção Colonial e Provincial. Guarda Nacional. Maço 3608.

¹² APEB. Seção Colonial e Provincial. Guerra do Paraguai. Maço 3668.

presidente a diversos proprietários de terras e comerciantes, fez uma reunião das principais pessoas do lugar,

“para tratar dos meios a empregar, e que com mais facilidade e prontidão dessem o resultado desejado: julgar-se conveniente que eu e uma comissão encarregada de fazer o alistamento de voluntários e os aquartelasse.”¹³

A dita comissão foi composta pelos senhores: Dr. Antonio de Souza e Silva, os majores Ulberico de Magalhães Macedo, Cândido José da Silva Leão, Antônio Lopes da Silva, Comendador Severiano Ferraz Moureira e Felisberto Augusto de Sá, todos, proprietários de terras na região, obtendo como resultado o envio de 60 voluntários.

Aquela era a primeira contribuição, pois, antes da chegada do encarregado pela presidência, o recrutamento já havia sido ativado para formação de batalhões destinados à Guerra contra o Paraguai. Escrevendo da delegacia de Lençóis, o delegado Antônio Silva, em fevereiro de 1865, respondeu ao governo provincial, informando ter dado todas as providências a seu alcance, a fim de alistar o maior número possível de voluntários para a campanha do Sul. Entretanto no mesmo ofício ponderava:

“sendo todos os individuos que se apresentam como voluntários pobres e sem os preciosos recursos para pôr si fazerem a viagem daqui a Capital, tenho-me achado na impossibilidade de envia-los todos a V. S., visto não querer a coletoria adiantar-lhes a diária indispensável não só para a viagem como para o tempo durante o qual esta delegacia consiga reunir um número suficiente, que possa descer comandado pôr uma pessoa de confiança.”¹⁴

Todavia não teve dificuldades em atender ao apelo do governo os cidadãos Gualter Martins e João Batista que, imbuídos dos “mais sagrados deveres”, expressaram ao presidente da provincia o desejo de “organizar uma Companhia de Voluntários com 100 homens.” Pediam, assim, licença para o aquartelamento e a

“recomendação as autoridades locais que por todos os meios ao alcance delas fizessem recuar as pessoas que desanimam o povo de se alistarem, dizendo-lhe, entre outras coisas, que somente os voluntários reunidos pôr ordem do governo tinham garantias.”¹⁵

E, quanto aos custos com os ditos voluntários, concluíam em seu ofício.

¹³ APEB. Seção Colonial e Provincial. Guerra do Paraguai. Maço 3671

¹⁴ APEB. Seção Colonial e Provincial. Correspondência Recebidas de Delegados. Maço 6200

¹⁵ APEB. Seção Colonial e Provincial. Guerra do Paraguai. Maço 3668.

“asseguramos a V. Excia que o nosso dito irmão (Ramiro Mizo). marchará com os Voluntários, que juntarmos puder, livres de qualquer despesas até embarcarem para essa Capital, sendo, portanto, a nossa oferta livre de despesas pelos cofres públicos, e somente a nossa conta: apenas exigimos as garantias que S. M. Imperial houve pôr bem decretar em favor dos voluntários.”¹⁶

Sobre esses voluntários, no dia 25 de maio de 1865, afirmava o Jornal Alabama, ter visto duzentos e tantos ou mais chegarem no porto da cidade onde desembarcaram e, naquele mesmo dia, seguirem para ver missa na Catedral, deixando de ir ao Bomfim por não estar pronta a música.

Uma vez marcado o número de recrutados que cabia aos diversos batalhões da Guarda Nacional da Capital e do Interior da provincia, a total responsabilidade no cumprimento dessa determinação recaia, sobretudo, sobre os respectivos comandantes, os quais deviam, também, sofrer as punições recomendadas pelo Ministério da Guerra e executada pelos presidentes das provincias. Dai a necessidade de atender de imediato às exigências em que, muitas vezes, transformavam a simples designação em recrutamento dos guardas nacionais e o seu alistamento nas fileiras dos batalhões de voluntarios.

Em officio dirigido ao comando da Guarda Nacional de Feira de Santana, o presidente da provincia solicitava informação acerca do procedimento dos tenentes coronéis comandantes dos Corpos, que se têm mostrado solícitos em apresentar os contingentes de praças, que lhes competem dar, mas também sobre aqueles que, por ventura, deixarem de fazê-lo, seja por negligência ou outra qualquer razão.¹⁷ Esse procedimento nos permite compreender a dinâmica que fazia funcionar a participação da Guarda Nacional, embora não possa ser posta como uma forma universal. Entretanto fica evidente o procedimento dado para a incorporação desses soldados. Quando determinado que, ao municipio de Feira de Santana, estava marcado o contingente de 188 praças, foram dirigidos officios aos comandantes dos Corpos, comunicando-lhes o número marcado de praça que a cada um competia dar e para que a designação seguisse o regulamento, devendo fazer a cassação de toda e qualquer licença em vigor, bem como as isenções que poderiam ser dadas. O Comandante Superior respondeu ao governo da provincia:

“E certo, que não obstante esses esforços, não tem sido ainda apresentado pelos comandantes dos corpos todo o contingente, a que estão obrigados, mais fazendo

¹⁶ APEB. Seção Colonial e Provincial. Guerra do Paraguai. Maço 3668

¹⁷ APEB. Seção Colonial e Provincial. Guarda Nacional. Maço 3603.

justiça, devo informar a V. Excia, que eles, para o completarem, tem expedido pessoalmente com os oficiais das companhias, os quais tem encontrado grandes dificuldades em fazer aquartelar os guardas designados para o contingente pelo motivo, geralmente conhecido, de haverem estes abandonados suas residências e ocupações, e se ocultando nos matos.”¹⁸

A determinação em fazer cumprir as ordens do governo provincial a todo custo pelos comandantes superiores comprova que nas fileiras dos guardas designados encontravam-se os involuntários da pátria. Do quartel do comando superior na cidade de Santo Amaro, em 11 de setembro de 1865 o Barão de Sergimirim solicitava ao presidente da provincia autorização

“para remeter para o deposito desta capital as praças do batalhão de seu comando que sem terem isenções legais se negaram acompanhar o batalhão para a fronteira do Imperio onde se luta contra o Paraguai, e outros praças recebidos de outros corpos como contingente da guerra que se acham recolhidos na prisão para se não envadirem, e não havendo lugar seguro onde possam ser conservados, essas praças.”¹⁹

Foram muitas as formas encontradas para furtar-se à designação determinada pelos comandantes superiores e comandantes de batalhões, além das previstas em leis. Outras foram postas em práticas pelas autoridades policiais que gozavam de prestígios, muitos destes designados pelo governo para ocuparem cargos em diversas partes da provincia. Em correspondência com o comandante superior da Cidade de Cachoeira, o tenente coronel Carolino da Silva Tosta, dizia ter o subdelegado da Freguesia de S. Félix, utilizado de seu poder, nomeando para o cargo de Inspetor de Quarteirão, guardas do serviço ativo, “quando o artigo 43 do regulamento n. 120 de 31 de janeiro de 1842, parte 2ª determina que sejam estes empregados da Policia tirados dos Guardas da reserva, salvo o caso de não haver no lugar pessoas idôneas.”²⁰

Assim, os laços de compromissos mútuos entre pessoas de um mesmo grupo social ou de favores estabelecidos com os subordinados poderiam facilmente ser utilizados por delegados para isentar guardas designados. Acusado de ter nomeado guardas designados do batalhão nº 38, para o cargo de Inspetores de Quarteirões, pelo comando

¹⁸ APEB. Seção Colonial e Provincial. Guarda Nacional. Maço 3603.

¹⁹ APEB. Seção Colonial e Provincial. Guarda Nacional. Maço 3603.

²⁰ APEB. Seção Colonial e Provincial. Guarda Nacional. Maço 3605

superior de Tapera, o delegado daquele Termo, em resposta ao Chefe de Polícia da província, diz ser inexato aquela informação e que

“os poucos inspetores, que esta delegacia tem nomeado, são homens casados, chefes de família, que estão isentos da designação de contingente; e, se há alguns guardas nacionais, esta delegacia ignora, pela misteriosa qualificação, que só existe para o comando superior, no intuito de exercer arbitrios, recrutando a seu bel prazer individuos não qualificados, como acaba de praticar com um menor de 14 anos de nome João e com um cidadão Manoel Renovato, que se acham presos no seu especial quartel.”²¹

Em sua justificativa, depois de apresentar quem são os sujeitos nomeados para aqueles cargos, afirmou contra o comandante superior:

“da representação do comando superior só torna-se uma consequência – é a que deixa ver que ele procura desculpar-se pôr este meio dos erros e abusos, que há cometido, e não menos o propósito em que esta do não prestar o contingente, não se dirigindo ao comando do batalhão, para designar os guardas, que são idôneos para o Exército, nem de harmonizado com a policia, recurso indispensavel para a pronta execução das ordens, que lhes foram transmitidas.”²²

O comandante superior, naquela circunstância, lançou mão dessa acusação para desviar de si a responsabilidade que a ele competia cumprir, mas sua estratégia não surtiu o efeito esperado, embora fosse do conhecimento das autoridades policiais a utilização daquele mecanismo praticado para aquele fim.²³

Quando, em 7 de dezembro de 1865, ordenou em ofício o presidente da província a remessa do contingente, que coube dar o comando superior de Alagoinhas, em resposta, obteve como justificativa para a demora a interinidade das autoridades daquele municipio nos cargos policiais responsáveis por essa missão. Afirmava o comandante:

“O chefe do estado maior esta, desde muito tempo, fora do serviço da Guarda Nacional à pretexto de vereador, o tenente coronel do batalhão 75 esta na suplência do juiz municipal; o tenente coronel do batalhão 74 tem estado fora do comando do corpo, desde o mês de agosto; o capitão comandante interino do batalhão 75 esta exercendo o lugar de subdelegado da policia, estando o comando dos corpos em mãos de oficiais de companhias e residentes a grandes distâncias do quartel do comando superior.”²⁴

²¹ APEB. Seção Colonial e Provincial. Guarda Nacional. Maço 3606.

²² APEB. Seção Colonial e Provincial. Guarda Nacional. Maço 3606.

²³ APEB. Seção Colonial e Provincial. Guarda Nacional. Maço 3606.

²⁴ APEB. Seção Colonial e Provincial. Guarda Nacional. Maço 3608.

Dessa forma, justificava o referido comandante o não cumprimento de seus deveres, amenizando a sua responsabilidade, todavia sua declaração nos permite compreender como o poder policial era manipulado e dominado pela elite local e, embora se encontrassem subordinados ao poder central, muitas vezes, lhes permitiam atender apenas as ordens do governo de acordo com os interesses de seus membros.

Entretanto, as necessidades da Guerra não eram apenas de soldados, eram também de médicos e enfermeiros. Mandava o Ministro da Guerra contratar, devido às necessidades, para o serviço sanitário do Exército em campanha, médicos operadores e também estudantes de Medicina, dos últimos anos de matriculas ou estudos, nas seguintes bases de contratos

“devem ser as mais econômicas possíveis e dependerão da perícia dos contratados, não excedendo em geral os vencimentos, salvo para algum operador proeminente de seiscentos mil réis mensais, sem outra vantagem, além de um mês dos mesmos vencimentos, como ajuda de custo e, passagem gratuita, e a graduação de Capitão de Comissão, salvo igualmente para algum operador hábil que poderá ter a de Major.”²⁵

Para os estudantes marcava um soldo de duzentos mil réis mensais, sendo cem mil réis de ordenado e cem mil de gratificação, abonado pelo respectivo exército, tendo a graduação de Alferes de Comissão do Corpo de Saúde, ajuda de custos de trezentos mil réis e mais passagem gratuita. Encerrava o ofício, demonstrando a necessidade desses profissionais, não marcando “o número dos médicos e estudantes por que carecemos de 20 ou mais. Cumpre, portanto, que venham os que puderem vir. Enfermeiros são precisos até 30.”²⁶

Eram, sem dúvida, as vítimas das balas inimigas que começavam a produzir efeitos devastadores nas tropas aliadas, porém, mais que os inimigos, eram os efeitos das doenças que gracejavam nos acampamentos, muitas vezes, levadas da Corte ou trazidas das longínquas províncias do Império. Recomendava o Ministério dos Negócios da Guerra em 12 de junho de 1865 que

“faça vacinar todas as praças dos Corpos de Linha e outros, bem como os recrutas que ainda não o tem sido, e que de aí houverem de partir com qualquer destino, porquanto a falta dessa providência determinada no artigo 14 faz Instruções anexas ao Decreto número 2 171 do 1º de maio de 1858 tem

²⁵ APEB. Seção Colonial e Provincial. Avisos Recebidos do Ministério da Guerra. Maço 829.

²⁶ APEB. Seção Colonial e Provincial. Avisos Recebidos do Ministério da Guerra. Maço 829

produzido o desenvolvimento da epidemia de bexigas nos Corpos que para esta Corte tem vindo ultimamente e nos que daqui seguido para o Sul.”²⁷

O acionamento do recrutamento forçado e o engajamento de novas levas de voluntários, sempre em função das alterações e da própria condução dos negócios da guerra, encontrava a província, muitas vezes, despreparada, iniciando-se, mais uma vez, as práticas que desgastavam a ação das autoridades políticas, assim como reativava as disputas locais entre essas mesmas autoridades, levando à oposição parte da população, provocando a falta de gêneros alimentícios e alterando o cotidiano das cidades e de diversos pontos da província.

Quando, por despacho do comandante superior da Guarda Nacional da Bahia, foi o comandante da comarca de Itapicuru, obrigado a prestar informações referentes ao guarda nacional, Domingos Pereira Bispo, por ser este reclamado pelo comando superior da Guarda Nacional do Município de Inhambupe como guarda daquele lugar, respondeu o comandante, em 30 de novembro de 1866 que

“a mais de dois anos que este guarda nacional reside neste município empregado no ofício de oleiro, trabalhando em diversos lugares do Termo, sem que jamais tenha ido no município do Inhambupe prestar serviço como guarda nacional dali.”²⁸

Observando a lei, em seu artigo 46 do decreto de 1136 de 12 de março de 1853, que manda que se chame a alistar-se à praça da Guarda Nacional quem estiver residindo em algum lugar por mais de 30 dias, tendo ou não guia de seu comandante. Foi o que fez o informante ao prender o citado guarda e enviá-lo para a Capital. A solicitação reclamada pelo comandante era, sem dúvida, em circunstâncias de ter sido o dito Domingos seu rendeiro ou agregado, como informou no ofício, entretanto havia se retirado daquele lugar há, aproximadamente, dois anos por “se ver perseguido por furtos de animais” assim como “consta-me ser ele casado, com cuja mulher não vive, há muitos anos, amancebado com uma cabocla em companhia da qual foi preso.”²⁹

Revelava o mesmo comandante de Itapicuru ser grande o poder que exercia a autoridade daquele Município sobre os membros daquela sociedade e em sua região, pois

²⁷ APEB, Seção Colonial e Provincial, Avisos Recebidos do Ministério da Guerra, Maço 827

²⁸ APEB, Seção Colonial e Provincial, Guarda Nacional, Maço 3613.

²⁹ APEB, Seção Colonial e Provincial, Guarda Nacional, Maço 3613

diz não ser verdadeiro o atestado apresentado pelo soldado, pois confessara o mesmo vigário de que “não conhecia e nem sabia quem era esse indivíduo” e que “a estância de pessoas de sua amizade, a quem não desejava desgostar, tinha dado o mencionado atestado.”³⁰ O poder local entre os senhores e seus agregados sempre caracterizaram as formas de domínios no interior da província e, certamente, em outras regiões do Brasil.

3.2. Recrudesce o recrutamento

A falta de soldados-voluntários era também resultado das péssimas condições em que se encontravam aqueles que, uma vez, de volta às suas províncias não tiveram as promessas firmadas, antes do embarque, cumpridas. Era visível a presença de ex-soldados nas ruas esmolando para sua sobrevivência. Noticiava o Jornal O Alabama, em sua edição de 12 de novembro de 1867:

“- Vê aquele infeliz? – Perfeitamente. – É o Voluntário da Pátria Romão de Aquino Gomes, ferido com duas balas no ataque de 24 de maio. – E que agora, impossibilitado de trabalhar, esmola o pão da caridade, para si e seus filhinhos? – É verdade. – Vergonha a ti pátria ingrata! Que matas a fome teus melhores e mais dedicados filhos, enquanto cobres de galas as harpias insaciáveis do tesouro, aos parasitas do suor do povo. – O desventurado que ali vê, depois de ferido, foi conduzido com seus companheiros de infortúnio a Corte, onde receberam a visita do Imperador, que lhes fez mil promessas, e que parece foram todas esquecidas ao transpor S. M. a soleira do hospital.”³¹ Romão de Aquino, soldado do batalhão de Voluntários da Pátria de fato foi vítima da batalha de 24 de maio de 1866, onde foi baleado na perna direita, resultando ficar ele aleijado e por não ter podido obter uma pensão do governo, via-se obrigado a recorrer a caridade pública. Em ofício remetido a presidência da Província, em 17 de setembro de 1868, um ano depois de publicada a denúncia na imprensa, pedia ao presidente um par de muletas assim como, uma camisa, uma calça e uma blusa, visto que a única roupa que dispunha estava inutilizada. Informando, ao presidente, dizia o Comandante das Armas, que o governo já mandara fornecer as praças baleadas muletas, entretanto, quanto as peças de fardamento, dizia não haver disposição alguma que mande fornecer as praças que tiveram baixa do serviço do Exército.”³²

³⁰ APEB. Seção Colonial e Provincial. Guarda Nacional. Maço 3613

³¹ IGHBa. Jornal O Alabama. Edição de 12 de novembro de 1867.

³² APEB. Seção Colonial e Provincial. Quartel do Comando das Armas. Maço 3419

Antônio Manuel Caetano, sargento do 40 de Voluntários, voltou do sul, apenas para vir morrer aqui 3 horas depois de desembarque: o ex-voluntário não trouxe vintém, porque o governo não lhe pagou o soldo, dizia o *Alabama* do dia 19 de dezembro de 1866.

“faça idéia as cólicas que sofreu a mãe do mesmo, pobre mulher, para enterrá-lo. Aconselhada pôr alguém, foi ao governo pedir uma esmola, lá mandaram-na esperar, porque S. Excia estava ocupado: a mulher esperou de 9 até uma e meia da tarde.”

Pelas páginas da imprensa surgiam denúncias contra o estado lastimável em que se encontravam os soldados de regresso, esquecidos pelo governo imperial, pelas autoridades provinciais e pela sociedade em geral:

“Dar-lhes a esmola que resignados vos pedem! Os altos poderes do estado esqueceram-se de seus compromissos, mas esses poderes, só pôr si, não constitui a Nação: a Nação é o povo, e o povo brasileiro é essencialmente nobre e generoso para ver com indiferença tanta ingratidão quanta crueldade! Deixai, pois passar incólume a turba de mendigos, e no seu trajeto doloroso e afetivo dar-lhe uma esmola pelo amor de Deus!”³³

Eram homens que nas batalhas haviam deixados seus braços e pernas e nas ruas da cidade do Salvador abundavam, desfilingando em suas muletas de pau, em trajes esfarrapados, sem medalha alguma que lhes distinguissem como heróis nacionais, depois de terem cumprido seu dever de soldados. Eram homens cujos olhos lhes foram roubados pela bala inimiga e que agora sobreviviam da caridade pública. Essas cenas comuns nas ruas e, tão tristemente contadas em rodas de amigos, em navios que seguiam para o sul da província, levadas nos trens que partiam dessa capital em direção ao interior, pela gente, que, a cavalo, traziam alimentos para serem comercializados nas cidades, pelos andarilhos que, oportunamente, aproveitavam para negar tais boatos ou, ainda, torná-los incrivelmente aterradores. Em pouco tempo, nos quatro cantos da província, sabiam seus habitantes das tristes condições em que se encontravam tais soldados e era mais que natural, desviarem-se, o quanto fosse possível, da mira dos recrutadores e das próprias promessas feitas pelo governo.

Em janeiro de 1867, em correspondência confidencial, informava o Ministério do Exército sobre os últimos acontecimentos na região do Prata, pressionando as

³³ IGHBA. *Jornal O Alabama*. Edição de 13 de dezembro de 1866

autoridades provinciais para o envio de mais soldados em função das circunstâncias. Naquele ano, uma revolução na Confederação Argentina rebentou com grande intensidade e, pela dimensão verificada que se foi tomando, de um momento para outro, tornou-se um movimento nacional, o que levou o general Mitre, acompanhado de grande parte do exercito argentino, a retirar-se da guerra contra o Paraguai, com o objetivo de sufocar o movimento liderado por Mendoza, depois de passar o comando do Exército aliado ao marquês de Caxias. Assim, o Exército e a Esquadra Imperial achando-se sós em frente do inimigo comum, que, mesmo com seus recursos escasseados oferecia ainda tenaz resistência, auxiliados, principalmente, pelas condições especiais de seu território. Dessa forma, argumentava o Ministro:

“Urge, pois, enviar aos nossos generais, esforços, que compensem a falta dos praças que se retiraram, ou tenham de retirar-se, e os habilitem para prosseguir com vigor nas operações decisivas que se vão empreender. É um sacrificio mais que o Governo Imperial reclama do inesgotável patriotismo brasileiro a bem da honra nacional. Na Guarda nacional, no alistamento de Voluntários, na aquisição de libertos, e no recrutamento, a que mandará proceder com todo o rigor logo que se finde o prazo de sua suspensão”³⁴

A referência, quanto ao prazo de suspensão, tratava-se da quadra eleitoral, pois, durante as eleições, devia ser suspenso o recrutamento. Passados cerca de 3 anos, parecia estar a guerra em seus primeiros dias, pois, quanto à sua real necessidade, por decreto de 14 de março desse mesmo ano, o Governo Imperial marcava o número de mais 8.000 guardas nacionais a Corte, às Capitais das províncias e municípios circunvizinhos, para a Guerra.³⁵

Os anos de 1866 e 1867 foram, sem dúvidas, os de maiores dificuldades na obtenção de novas praças e, também, foram os anos decisivos para a Guerra do Paraguai. Assim, as novas exigências do Império foram cumpridas, aumentando o número de praças, muitas vezes, sem obediência às leis. Ana Rita de Lacerda, africana liberta, sabendo das ordens do governo provincial para que as autoridades policiais não recrutassem os guardas nacionais, recorreu ao presidente da provincia, dizendo ter seu filho Júlio Leopoldino Lacerda, da 6ª companhia do 7º batalhão da Guarda Nacional, recrutado pelo subdelegado do 1º distrito da Freguesia de Santo Antônio, não obstante estar o seu dito filho respondendo a um processo de crime de ofensa física, assim como ser este filho seu unico

³⁴ APEB. Seção Colonial e Provincial. Avisos Recebidos do Ministério da Guerra. Maço 830.

³⁵ APEB. Seção Colonial e Provincial. Avisos Recebidos do Ministério da Guerra. Maço 830

arrimo, que “na avançada idade em que está não tem outro recurso, e tem além disso três filhos menores em companhia.”³⁶ Em resposta a essa solicitação, o subdelegado do distrito de Santo Amaro, sete dias depois, explicava o motivo da prisão de Júlio Leopoldino de Lacerda:

“por ocasião de ser preso no momento em que feria com uma garrafada o português Justino Ricardo Bittencourt, visto como constava-me, pôr mim dizer o seu próprio procurador, Olimpio Cândido de Aguiar, que esse individuo carecia de meios de subsistência, não trabalhava pelo ofício de sapateiro, que aprendera, e se pregava no serviço do mesmo Aguiar como criado para ter o sustento.”³⁷

Perpetua Maria de Jesus, de idade avançada implorou, ao presidente da província, a soltura de seu filho, Joaquim Lucas de Araújo, recrutado e preso no Forte de São Pedro, por ser de menor de 13 anos, apresentando atestado do vigário Francisco Lino de Santana, em que atestava ser de fato sua paroquiana, maior de idade, surda, pobre e desamparada, tendo apenas um único filho que lhe servia de arrimo e que possuía a suplicante boa conduta. Apresentou, também, certidão de batismo de seu filho Lucas, onde comprovava ter o mesmo nascido no mês de maio de 1851, filho de Perpetua e tendo como padrinho Porfirio Muniz e Virginia. Mesmo munida dos documentos solicitados que garantia a isenção de seu filho, no entanto, em seu parecer, dizia, o presidente da província que a suplicante não provava o que alegava em seu ofício.³⁸ Eram poucas as palavras utilizadas no despacho, muitas vezes, rabiscados no mesmo documento, não permitindo identificar a razão para não garantir a isenção dos requerentes ou feitas por seus familiares.

Na cidade de Camamú, Rosendo Francisco Bom Pasto, também recrutado, alegou ser isento do recrutamento, por ter em sua companhia e sustentar com o produto de seu trabalho sua mãe e uma irmã, que ele diz ser donzela. Pediu, então, ao Comandante Superior da cidade um prazo razoável, a fim de obter os documentos que são mister para provar a sua isenção, obtendo como resposta a negação a seu pedido, pois, estava o comandante apenas “atendo as ordens urgentes do governo” Porém lhes permitiam pedir suas escusas ao próprio presidente da província a quem estavam sendo remetidos. A comprovação para a dispensa era, normalmente, emitida pelo vigário, juiz de paz, inspetor

³⁶ APEB. Seção Colonial e Provincial. Guarda Nacional. Maço 3610.

³⁷ APEB. Seção Colonial e Provincial. Guarda Nacional. Maço 3610.

³⁸ APEB. Seção Colonial e Provincial. Recrutamento. Maço 3491.

de quartelão ou delegado da cidade, uma vez na Capital as dificuldades para comprovar as escusas tornavam-se mais difíceis de serem adquiridas.³⁹

Da Delegacia da cidade dos Lençóis, em 6 de agosto de 1866, seguiram para a Capital, a fim de serem entregues ao presidente da província, 17 recrutas, para terem o destino da guerra. Foram escoltados por paisanos, sobre o comando do alferes Tito José Vieira e não pelas praças da guarda nacional, como de costume, por compreender, o chefe de polícia, ser perigoso destinar guardas para aquela função, em face da existência de poucas praças de polícia, não só por contar a cadeia com grande número de criminosos de morte, como também devido à ordem e tranquilidade pública ameaçada frequentemente por criminosos.⁴⁰

Da lista dos 17 recrutas enviados, foi possível identificar alguns aspectos que caracterizavam aquelas praças. A idade média dos recrutados era de 27 anos, todos solteiros, o que pareceu ter os recrutadores obedecido ao regulamento que isentava os casados com filhos, como ocorreu com o recruta Sebastião José de Souza, libertado depois de provar o alegado. Eram cabras ou crioulos sem haver entre os ditos recrutas homens brancos, todos apresentando como profissão a atividade do garimpo e naturais da região da chapada, com exceção de dois praças provenientes do Recôncavo da Bahia. Esse perfil, ainda, pode ser corroborado com as observações que junto foram enviados pelo referido delegado, o qual afirmou que os mesmos não possuíam isenção de qualidade alguma, visto como são: “desordeiros, perturbadores do sossego público, dado a crimes e embriaguez, sem ofício, e nem ocupação alguma lícita, e que constantemente estão incomodando a polícia.”⁴¹

Dessa forma, foram essas as características que faziam, daqueles homens, soldados próprios para o Exército ou Armada. Eram as forças que, constituídas no interior da província ou na própria Capital, passaram a compor as tropas, cujo destino era a guerra contra o Paraguai em uma espécie de cruzada, objetivando fazer, na região, uma limpeza dos indivíduos que representavam uma ameaça constante às autoridades constituídas “e cuja ausência desta cidade é reclamada em nome da moralidade e paz pública.”⁴² Em seu

³⁹ APEB. Seção Colonial e Provincial. Recrutamento. Maço 3491.

⁴⁰ APEB. Seção Colonial e Provincial. Polícia – Delegados. Maço 6202.

⁴¹ APEB. Seção Colonial e Provincial. Polícia – Delegados. Maço 6202.

⁴² APEB. Seção Colonial e Provincial. Polícia – Delegados. Maço 6202.

ofício, o chefe de polícia também alertava para o perigo que representava a volta de alguns deles, quando não de todos por meio de soltura, pondo em perigo a vida de quem promoveu a prisão deles, especialmente dos agentes que auxiliaram a Delegacia no serviço do recrutamento.

O argumento de recrutar em nome da moralidade pública, muitas vezes, serviu como instrumento para o aumento dos contingentes necessários à guerra. Quando dirigiu João Batista do Sacramento seu pedido de soltura ao presidente da província, o subdelegado do 2º distrito de Santo Antônio prestou, em relatório, à presidência o motivo do recrutamento do suplicante. No dia 16 de agosto de 1865, uma crioula de nome Maria Eugênia, mãe de Leopoldina Maria do Bomfim, procurou a proteção da autoridade do subdelegado, dizendo que há dois anos sua filha de 13 anos apareceu grávida e que ela havia confessado ser João Batista do Sacramento, que trabalhava como jornaleiro em sua roça, o autor do defloramento. Este prometeu-lhe casamento, mas que não podia fazê-lo imediatamente por achar-se adoentado e desprovido de dinheiro. Dessa forma, adiou a dita crioula a procura do auxílio das autoridades. Entretanto, passados uns dias, dizendo estar com medo do recrutamento, refugiou-se Sacramento, em sua casa, por ela morar em lugar retirado e que, desde então, morava em sua companhia.⁴³

Verifica-se, nesses mesmos anos, uma maior resistência designação e recrutamento assim como no oferecimento de voluntários. No município de Nazaré, um acontecimento chamaria a atenção das autoridades. Informou o capitão Francisco de Andrade Bulhões ao seu superior o coronel César Pires de Miranda que, achando-se recolhido no quartel de sua residência o guarda Benedito Ferreira Leal, que devia fazer parte do contingente que sua companhia tem de prestar para a guerra, sob a vigilância de 5 praças, viram estes, que se aproximaram, um crescido numero de homens armados e a diferença daquele numero levou os praças a fecharem a porta, visto que desde logo suspeitaram que o designio do referido grupo era tomar, a força, o preso, portanto desde que se tratou da remessa dos contingentes, ostentavam os habitantes do lugar – denominado Cabeça de Boi – prepararem-se para a resistência em ocasião oportuna. Não se enganaram os mencionados guardas, a porta foi arrombada e tomando o preso, retirando-se os

⁴³ APEB. Seção Colonial e Provincial. Polícia. Maço 2959.

agressores, com o referido Benedito, disparando tiros em sua saída pelas ruas e gritando “que o Paraguai é o Cabeça de Boi.”⁴⁴

A ação violenta era praticada por pessoas, muitas das quais reconhecidas como guardas pelo subdelegado em exercício, Antônio Ferreira Camurugi, entre os quais encontravam-se dois irmãos do resgatado de nome Bonifácio Moreira Leal e Antônio Moreira Leal. Não parecia ser esta a primeira vez que o grupo atuou com essa finalidade, pois já havia o referido capitão do batalhão 45 informado, em ofício de 05 de setembro daquele ano, uma ação semelhante praticada pelos criminosos, cujos líderes foram identificados como sendo Januario Ferreira Leal e Manuel Herculano dos Santos.

Era uma atitude de vandalismo e provocação aberta de poder constituído, produzida por criminosos, ou mesmo guardas, decididos a não mais contribuírem com o envio de soldados. Outras ações de natureza diversa, visando o mesmo resultado, foram também postas em prática em outros pontos da província, executados por oficiais da Guarda Nacional. Em São Francisco do Conde, município do Recôncavo da Bahia, depois de feita a 3ª convocação de guardas nacionais de um mesmo batalhão, expirou o tempo marcado para o envio das praças designadas, sem, todavia, um só soldado ser apresentado pelos respectivos comandantes das companhias. Dizia o tenente Frutuoso Vicente Viana ao Barão do Rio de Contas que:

“antes de designar os diversos contingentes dos batalhões de meu comando, entendi conveniente reunir neste meu quartel, todos os oficiais comandantes de companhias do mesmo, afim de verbalmente pintar-lhe as dificuldades circunstanciais, com que arcava o país, a luta de honra, em que estavam empenhados, e o esforço de que todo o cidadão devia partir, afim de debelar-se um inimigo tão audaz.”⁴⁵

Nesta ocasião, sem guardar a conveniência precisa de ser um subordinado e sem atender aos ditames da disciplina, de viva voz, em face, declarou o capitão da 2ª companhia Jeronimo Muniz Fiúza Barreto, que este novo contingente não entregaria,

“fora o primeiro a levantar o alarme mandando avisar os designados, e há alguns, indo em própria pessoa avisar, para que se ocultassem, e em todos os círculos em que achava, usava da criminosa jactância de pôr forma alguma concorrer com a remessa de um tal contingente.”⁴⁶

⁴⁴ APEB. Seção Colonial e Provincial. Guarda Nacional. Maço 3613.

⁴⁵ APEB. Seção Colonial e Provincial. Guarda Nacional. Maço 3615.

⁴⁶ APEB. Seção Colonial e Provincial. Guarda Nacional. Maço 3615.

Informava, ainda, em seu ofício, ter sido uma atitude seguida pelos demais comandantes de companhias, apesar de não se manifestarem claramente quanto às suas ações. O tenente interino da 3ª companhia Alves da Cruz Rios mandou, como soldado, um guarda que, desde o primeiro contingente, se tinha isentado por ser doente, um outro por sua “pequenez em tamanho e fraca constituição, e um outro que por suas moléstias provadas e conhecidas, não podiam de certo servir para um tal fim.”⁴⁷

O tenente interino da 1ª companhia Olímpio Antônio de Sá Barreto, ajudou na evasão do guarda Servolo do Rego quando este se dirigia para a Capital, o capitão da 5ª companhia Pedro Rodrigues Bandeira,

“seguindo rumo mais amestrado, procurou apenas com dilações pedidas, ir ganhando tempo, que mais ou menos venha crucificar as medidas exigidas, ou pelo menos fazê-la perder a razão de ser na reclamada urgência.”⁴⁸

E, encerra sua exposição, dizendo serem preciso esses os “meios enérgicos que debelem as raízes de uma tal insubordinação, a ordem e a disciplina militares, além do cumprimento dos deveres em circunstâncias tão difíceis.”⁴⁹

Uma vez informado dos obstáculos que se impunham ao cumprimento das ordens, o comandante superior da Guarda Nacional do município de São Francisco do Conde, de sua residência no engenho Guaíba recomendava ao presidente da província,

“que imediatamente e sem perda de tempo, suspendesse do comando de companhias os ditos oficiais e fizesse assumir, os ditos comandos, oficiais imediatos em cada companhia até que, ao alto conhecimento de V. Excia. à sua justa apreciação, e reconhecido critério, houvesse V. Excia. de determinar suas ordens.”⁵⁰

Em consequência, o tenente da 1ª companhia Olímpio Antônio de Sá Barreto, fora substituído do comando pelo alferes João Rodrigues Bandeira, o capitão da 2ª companhia Jerônimo Muniz Fiúza Barreto pelo tenente Aristides Caio das Neves, o comandante tenente interino da 3ª companhia Joaquim Alves da Cruz Rios, pelo alferes Francisco Rodrigues Neves e o capitão Pedro Roiz Bandeira, pelo alferes Carlos Adolfo de Sá Barreto.⁵¹

⁴⁷ APEB. Seção Colonial e Provincial. Guarda Nacional. Maço 3615.

⁴⁸ APEB. Seção Colonial e Provincial. Guarda Nacional. Maço 3615.

⁴⁹ APEB. Seção Colonial e Provincial. Guarda Nacional. Maço 3615.

⁵⁰ APEB. Seção Colonial e Provincial. Guarda Nacional. Maço 3615.

3.3. Os custos e divergências

O alistamento de voluntários ou guardas nacionais não era suficiente para dar como encerrada a tarefa solicitada às comissões encarregadas de arregimentar soldados em diversas partes da província. Era preciso fardá-los, alimentá-los e transportá-los até a Capital, tarefa que se constituía em custos relativamente altos, muitas vezes somente custeados por oferecimento de particulares em suas respectivas cidades, vilas e freguesias.⁵²

Em documento referente às despesas feitas pela Comissão dos Lençóis com 62 voluntários engajados, dos quais desertaram 10 indivíduos, 32 foram dispensados em São Félix e mais 26 recrutados e mais a escolta que os acompanharam até a Capital, os gastos chegaram a 4 005\$580, assim distribuídos: com fardamento e roupa para os voluntários a quantia de 1:200/000. Despesas para sustento dos mesmos de 5 de setembro até 16 de outubro a quantia de 450/000; dinheiro a ½ voluntários na hora da partida 210/000, com o aluguel de 10 animais até São Félix a 30 centavos cada um, um total de 300/000; com gêneros alimentícios para os primeiros dias de viagem, trem de cozinha e barracas a quantia de 350/000; dinheiro para as despesas durante a viagem com os voluntários, recrutas, escoltas e mais cozinheira até a Capital, a quantia de 105/000; gratificação a 30 paisanos que foram escoltando os recrutas a 8 favo cada um o valor de 240/000; despesas com os agentes da Comissão empregados para o alistamento de voluntários 250/000 e mais aluguel de 6 animais para ida e volta a 50 favo cada um a quantia de 300/000.⁵³

Vencida essa etapa, quando da chegada dos batalhões na Capital, somavam-se outras despesas com materiais utilizados na preparação das tropas. Em ofício dirigido à presidência, informava o 2º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional e de Voluntários da Pátria necessitar: “500 camisas; 554 calças brancas; 350 borretes; 285 sapatos; 456 blusas; 200 bornais e 500 gravatas de couro;”⁵⁴

Entretanto, dessa vez, outros seriam os problemas enfrentados pela cidade de Lençóis para atender a solicitação do governo provincial. Estando ausente o comandante superior do município Antônio Gomes Calmon, o comissário do governo entendeu-se com o tenente coronel em exercício, estabelecendo, em acordo, a designação de 10 guardas

⁵¹ APEB. Seção Colonial e Provincial. Guarda Nacional. Maço 3615.

⁵² Mesmo em tempo de paz, cabia aos próprios guardas nacionais o fornecimento de seus uniformes, armas e munição sem onerar o Estado.

⁵³ APEB. Seção Colonial e Provincial. Guerra do Paraguai. Maço 3668.

nacionais por companhia, perfazendo o número total de 140 homens. Contudo, afirmava o comissário: “No dia seguinte depois deste acordo, chegou o referido Comandante Superior, e o resultado disso foi que não viesse de ali um só Guarda Nacional.”⁵⁵ O conflito entre a Comissão e o Comandante Superior estendeu-se por muito tempo e uma batalha de ofícios foi travada com a presidência da província, que evidencia as relações de poderes regionais como importante componente da sociedade baiana do século XIX.

Dirigindo-se ao presidente Manoel Pinto de Souza Dantas, a Comissão encarregada dos trabalhos de alistamento para a guerra resolveu levar as ocorrências que se iam dando naquela localidade, acusando as autoridades policiais e a Comissão de não desempenharem regularmente seus deveres, “porque até a tudo opõem-se o comandante superior, e quase toda a oficialidade da Guarda Nacional.”⁵⁶

Explicitando os atos do comandante da dita guarda, afirmavam:

“podendo marchar daqui um contingente de duzentos guardas nacionais pelo menos, e já tendo o comandante superior interino designado o numero de 168 na razão de 12 individuos pôr companhia ocorre que o comandante superior efetivo aqui chegando limitou esse número a 70, que procura preencher já com voluntários aquartelados, já com pessoas que incorreram em seu desagrado sem distinção de classe e finalmente com os próprios Inspetores de Quarteirão, deixando de parte centenas de individuos que se acham debaixo de sua proteção.”⁵⁷

O Comandante Superior da Guarda Nacional da cidade de Lençóis, dava a seguinte explicação para o desentendimento com os membros da Comissão instituída:

“Quando pôr ordem dessa presidência tive de reunir voluntários, lutei neste município com as maiores dificuldades criadas. Tendo V. Excia me ordenado para fazer marchar 70 praças dos corpos de meu comando, já com o intuito de alistamento de voluntarios que ainda como é notorio não consta de número algum, reclamando como tais os Guardas Nacionais designados pretendem entorpecer o cumprimento dessa ordem.”⁵⁸

De Lençóis partiu Francisco de Athaide para Andaraí, município de Santa Izabel, grande e importante povoação, onde mais uma vez reuniu autoridades civis e

⁵⁴ APEB. Seção Colonial e Provincial. Guerra do Paraguai. Maço 3668.

⁵⁵ APEB. Seção Colonial e Provincial. Guerra do Paraguai. Maço 3671.

⁵⁶ APEB. Seção Colonial e Provincial. Guarda Nacional. Maço 3603.

⁵⁷ APEB. Seção Colonial e Provincial. Guarda Nacional. Maço 3603.

⁵⁸ APEB. Seção Colonial e Provincial. Guarda Nacional. Maço 3603.

militares, constituindo uma nova Comissão composta pelo capitão Simpliciano Rabello Lima, Antônio Vieira de Azevedo Coutinho, Tenente Bernardino de Senna e Souza, Manoel da França Athaide Moscozo e Pedro Barbosa de Castro. No trabalho pertinente às comissões nomeadas pelo governo provincial, ficavam notórias as dificuldades encontradas para pôr em prática as determinações. Coube ao Capitão Simpliciano a tarefa: “de receber os voluntários, aquartelá-los, pagar-lhes as diárias”⁵⁹ e aos demais cidadãos presentes, “de bom grado se prestava fazê-lo, mandando aprontar grande porção de blusas e bonets a suas custas, que pretendia oferecer grátis aos mesmos.”⁶⁰

Todavia essa Comissão não conseguiria o fim desejado, porque estava encarregado de formar ali um batalhão o Comandante Superior José da Rocha Medrado, composto de guardas nacionais como também de Voluntários da Pátria, sendo todos os que apareciam remetidos para ele. O que demonstra ser a atuação dos comandantes superiores em seus respectivos municípios, de grande influência, levando Francisco de Athaide a concluir que

“antes que de ali partisse esta força, se espalhou a noticia de que o governo não precisava de mais soldados, e pôr isso entendeu aquela Comissão que não era mais preciso obtê-los.”⁶¹

Em seu trajeto seguiu Mariano Bomfim para a povoação de Chique-Chique, também importante Vila e do mesmo município onde, em função da suspensão de remessa de novos contingentes, não produziu nenhum resultado positivo, ocorrendo o mesmo em Santa Izabel, apenas formando, nos respectivos lugares, uma nova Comissão com o objetivo de remeter os voluntários que, por ventura, se apresentassem para o Termo do Andaraí.

Finalmente, partiu para a comarca do Rio São Francisco, a fim de promover no sertão da provincia o mesmo alistamento. Na Vila da Barra, encontrou o apoio do Juiz de direito Francisco Mariani, acreditando ser possível, além do numero marcado de 50 guardas nacionais para este município, o envio de, pelo menos, 100 homens, por acreditar haver muitos “dispostos em pegar em armas em defesa da pátria.”⁶²

⁵⁹ APEB. Seção Colonial e Provincial. Guerra do Paraguai. Maço 3671

⁶⁰ APEB. Seção Colonial e Provincial. Guerra do Paraguai. Maço 3671

⁶¹ APEB. Seção Colonial e Provincial. Guerra do Paraguai. Maço 3671.

⁶² APEB. Seção Colonial e Provincial. Guerra do Paraguai. Maço 3669.

Paralelo ao serviço prestado pelo Dr. Francisco Mariani do Bomfim, em ofício comunicava, o presidente da provincia ao comandante superior interino, que empregasse todos os esforços a fim de que, do seu Distrito se apresentasse o maior número possível de voluntários para as fileiras do Exército, lembrando, sempre, das vantagens oferecidas pelo decreto que criava os corpos de voluntários. No dia 8 de março, o 1º sargento da 5ª companhia João de Araújo Costa, de 22 anos de idade, solteiro e empregado da casa comercial Mariani e Barrense e com 200\$000 de renda, ofereceu-se para ser alistado como voluntário da pátria.⁶³

Era o voluntarismo, verificado nos primeiros meses, que contagiava aos aventureiros de pouca idade. Nos últimos meses do ano de 1865, uma outra realidade começava a caracterizar a região do S. Francisco. Antes de receber o ofício em que marcava o número de 8 guardas, com que devia o batalhão sobre seu comando concorrer para o serviço da guerra o comandante José Vicente de Oliveira, já enviava emissários para os quarteirões rurais do Distrito do seu batalhão, a fim de ameaçar em seu nome com a pena de recrutamento aos guardas nacionais que não lhe prestassem seus votos para as eleições na Vila da Barra do Rio Grande, além de marcar o número de 71 guardas para o serviço da guerra.⁶⁴

“não satisfeito com esta, mandou ainda recolher à cadeia, que lhe deu o sinônimo de deposito público, um guarda inválido, que foi preso nas margens do Rio Grande, por um de seus agentes eleitorais, a pretexto de ser este desertor”⁶⁵

Depois, ainda, foram presos indevidamente mais 2 guardas, um dos quais José Matias de Souza, que não tinha sido designado pelo referido tenente coronel, prisões executadas contra o preceito do artigo 24 do decreto 1354 de 6 de abril de 1854, que manda declarar o tipo de prisão e sem o conhecimento do respectivo comandante. As queixas contra o procedimento do comandante interino José Vicente de Oliveira eram muitas e os recrutados, quase sempre, vítimas de perseguições partidárias.

Costumavam ser diferente os encaminhamentos dados na obtenção de Voluntarios da Pátria em diversas partes da provincia, todavia sempre esteve nas mãos das

⁶³ APEB. Seção Colonial e Provincial. Guarda Nacional. Maço 3612

⁶⁴ APEB. Seção Colonial e Provincial. Guarda Nacional. Maço 3612.

⁶⁵ APEB. Seção Colonial e Provincial. Guarda Nacional. Maço 3612.

autoridades policiais, auxiliados por homens de prestígio dos municípios, a tarefa de conduzir os trabalhos.

Em Maracás, a convite do Dr. Juiz de Direito da Comarca, o cidadão Antônio da Silva Valença, reuniu-se, em 30 de março de 1865, na sala da Câmara Municipal, com demais autoridades presentes, presidente da Câmara, comandantes dos batalhões, Juiz de Paz, Delegado de Polícia, subdelegados, com o objetivo de decidir como contribuiria aquele município para a causa nacional. Apresentou-se, como proposta que o Comandante da Guarda Nacional, o Tenente Coronel José de Souza Botelho fizesse reunir o batalhão de seu comando, e proclamar aos mesmos, com o objetivo de influir em seus oficiais, a fim de obter-se o que desejava destes e deles para com os seus comandados, amigos e o povo, sendo, também, de imediato, suspenso o recrutamento, publicado em editais, por 60 dias. Ainda como decisão, o Juiz de Direito: “propunha que se abrisse uma subscrição a fim de auxiliar-se, no tanto o quanto fosse a cada um possível, o Governo do País em tais conjunturas.”⁶⁶

A Câmara de Alagoinhas também atendeu ao solicitado pelo presidente da província quanto ao envio de mais soldados e, como providência, “confeccionou logo uma proclamação em termos próprios a excitar o patriotismo de seus munícipes, e fazer com que eles intrépidos e voluntariamente corram as armas em desagravo dos insultos feitos ao País”⁶⁷ e depois de imprimir a proclamação foi devidamente publicada nos lugares mais públicos dos diferentes distritos daquele Termo.

Na cidade de Valença, Antônio Montenegro, responsável pelo engajamento de voluntários naquela cidade, dizia ser vítima da trama de alguns brasileiros “que, nas circunstâncias atuais do país, nutrem sentimentos mesquinhos, mesmo no que diz respeito à questão da honra, com que nos achamos empenhados.”⁶⁸ para dificultar o engajamento de cidadãos para a guerra. Acusava estas pessoas de

“espalhar naquela cidade, com o fim de arredar, que apareçam voluntários e me acompanhem, que dos 300\$000, que eles tem de receber, apenas lhe sejam entregue 280\$000, porque 20\$000 me seriam dados pelo governo como gratificação, e ainda mais, que eles estão iludidos porque logo que cheguem a

⁶⁶ APEB. Seção Colonial e Provincial. Chefe de Polícia. Maço 2959.

⁶⁷ APEB. Seção Colonial e Provincial. Câmara de Alagoinhas. Maço 1241.

⁶⁸ APEB. Seção Colonial e Provincial. Guerra do Paraguai. Maço 3669.

Capital e forem entregues ao governo este os mandara sentar praça, como recrutas.”⁶⁹

E como solução aquela situação pede ao governo para que desenganem não só aos ditos caluniadores, como algumas pessoas daquela cidade

“mandando dar a maior publicidade, se é exato, que tem de abater-se do que tem de receber os voluntários para mim ser dada aquela quantia, e mais se eu percebo pela comissão, de que me acho incumbido aquela ou outra qualquer gratificação de qualquer natureza que seja.”⁷⁰

É licito supor que, não sendo verdadeira aquela insinuação, este recurso podia estar sendo usado como justificativa ao pequeno número ali alistado por aquele comissário encarregado do alistamento. Em resposta àquela situação, o presidente da província simplesmente recomendava. “ativar ali o recrutamento, pôr intermedio do subdelegado João José Pecha Júnior que diariamente com V. S. se correspondera a respeito.”⁷¹

Registre-se a apropriação do dinheiro que devia ser entregue para aqueles que voluntariamente se engajassem em batalhões por encarregados de procederem o dito pagamento. Em 25 de maio de 1866, em ofício remetido ao presidente da província por Bartolomeu Marques de Souza, Feliciano Gomes de Oliveira, Manoel Evangelista e Emigdio de Oliveira, todos guardas nacionais do batalhão nº 96 do município de Chique Chique, dava notícia de fato ocorrido dessa natureza.

“Sendo os suplicantes remetidos para esta Capital em novembro do ano passado, como voluntários, e donde regressaram com baixa, acontece que desde que principiou o aquartelamento em agosto do referido ano, somente se lhes pagasse etapa, tendo tudo promessa de receber na Capital soldo e gratificação, visto como na referida Vila, não havia dinheiro para tal pagamento, e muito menos quem o quisesse pôr ventura adiantar, havendo somente os casados obtidos dificultosamente no dia da saída dez mil réis, para deixarem as suas famílias, e os solteiros que embarcaram para o Sul nada absolutamente, e pôr que chegando esta Capital os tais voluntários por recomendação de seu comandante, ficassem reclusos no quartel não souberam senão depois que alguns foi permitido sair pôr notícias que lhes deram o negociante Sr. Costa, que o Alferes João Batista Avelino, recebera da Tesouraria Geral, o soldo e gratificação, que competiam aos voluntários sob seu comando.”⁷²

⁶⁹ APEB. Seção Colonial e Provincial. Guerra do Paraguai. Maço 3669.

APEB. Seção Colonial e Provincial. Guerra do Paraguai. Maço 3669.

⁷¹ APEB. Seção Colonial e Provincial. Polícia. Correspondência com a Presidência da Província. Maço 6156.

De fato, o alferes Avelino havia recebido tal quantia, destinada aos voluntários. Em correspondência do comandante superior da Vila de Chique Chique ao presidente da província, em 24 de outubro de 1865, informava da necessidade de dispor de dinheiro para pagar as etapas, não só do contingente como, ainda, dos voluntários, tomando emprestado a quantia de 3 contos de réis ao comerciante Felix da Costa Torres.

Esta notícia foi confirmada pela Tesouraria Geral, em 25 de novembro e publicada no Diário nº 270 por despacho n. 273 de 29 de outubro e 2 de dezembro. A fim de terem o referido pagamento efetuado, souberam que, o seu comandante, encontrava-se ausente depois de ter recebido da Tesouraria Geral 1.585\$130, importância de soldo e gratificação dos suplicantes e de seus companheiros. Recorreu, então, ainda, ao Dr. Chefe de Polícia e General das Armas, o senhor Lopes que mandou chamá-lo, a fim de coagi-lo a pagar aos ditos suplicantes. Entretanto, não fora encontrado por já ter seguido para o distrito de sua residência, sem haver, como lhe cumpria, ajustado contas com seus comandados.

Aqueles voluntários partiram, em 20 de outubro de 1865, de Chique Chique, comandados pelo alferes Avelino, vencendo as maiores dificuldades e obstáculos depois de serem aquartelados pelo Dr. Juiz de Direito José Alfredo Machado quando, ali, chegou o encarregado, pelo presidente da província, do alistamento o Dr. Antônio Mariano Bomfim. O número inicialmente era de 58 praças, incluindo alguns que já haviam partido sob o comando do tenente Portella, comandante dos voluntários da Barra. A deserção, um dos problemas na formação dos contingentes, costumava levar um número considerado de praças a recorrer a esse expediente, mesmo sabendo que a punição costumava ser de extrema violência. O número de desertores aumentou quando mais seis, depois de prontos, fardados e pagos, fizeram o mesmo, marchando, ao final apenas 44 guardas.⁷³

Continuavam os suplicantes, em seu ofício, explicando ao presidente da província o ocorrido

“depois de passarem as maiores privações, vendendo a roupa com que vinham vestidos, e mendigando puderam chegar a Vila de Chique Chique, se dirigiram o Alferes Avelino, pedindo seu pagamento, foram desabrido e arrogantemente por ele recebido, ameaçados de processo e cadeia! Dizendo que a Tesouraria

⁷² APEB. Seção Colonial e Provincial. Guarda Nacional. Maço 3611.

⁷³ APEB. Seção Colonial e Provincial. Guarda Nacional. Maço 3610.

havia aplicado o soldo e gratificação aos alugueis de animais, em que alguns foram montados, e mais despesas que fez!!”⁷⁴

Depois da explicação inconsistente fornecida pelo Alferes, em resposta a uma correspondência do capitão Antônio Martins Santiago, publicada no diário de 16 de março de 1866, contra o dito Avelino, os suplicantes afirmaram sobre a extorsão que sofreram, sem ter provado quanto cada um recebeu do o citado Alferes. De imediato, Avelino registrou queixa contra o sargento Máximo José de Carvalho e o suplicante Bartolomeu, pelas respostas dadas ao dito capitão, sendo os queixosos,

“pelo delegado ilegalmente condenados em nove meses de prisão, e multa correspondente a metade do tempo, com manifesta violação e infração do artigo 6231 do regulamento de 31 de janeiro de 1842 que se confere, a penas alçada de 6 meses”⁷⁵

E quanto ao propósito do citado ofício pediam, os suplicantes, ao presidente

“que se mande sindicat o fato já geralmente sabido, mais ainda impune pela Tesouraria Geral e Comando das Armas, afim de que sejam não só pagos os suplicantes e seus companheiros, como depositada a parte que pertencer aos que marcharam para o sul, para que se seja entregue se voltarem, ou as suas famílias se falecerem, único meio de chegar-se os conhecimentos da verdade, pois pôr outra forma ficará ele sepultada nas trevas, como quase sempre aconteceu com os negócios que correm cá pelo Centro.”⁷⁶

Informando como se encontra o alistamento de voluntários na Vila de Mata de São João, em 27 de fevereiro de 1865, Hermenegildo Costa Rego também usou do expediente de se estar espalhando boatos com o objetivo de desanimar o povo. Afirmava o encarregado que circulava

“o povo não deve acreditar nas garantias do governo, que tem pôr costume prometer na precisão e faltar depois dela, de sorte que, até alguns que já tinham prometido marchar, hoje desenganam-me e declaram-me que só irão forçados”⁷⁷

Eram os primeiros meses de mobilização da Bahia para a guerra, provocando nos momentos em que mais precisou o Império de soldados, sobressalto em toda a população. Em noticia publicada, no Jornal da Bahia de nº 3498 e enviado para que a

⁷⁴ APEB. Seção Colonial e Provincial. Guarda Nacional. Maço 3611.

⁷⁵ APEB. Seção Colonial e Provincial. Guarda Nacional. Maço 3611

⁷⁶ APEB. Seção Colonial e Provincial. Guarda Nacional. Maço 3611.

⁷⁷ APEB. Seção Colonial e Provincial. Guerra do Paraguai. Maço 3669

presidência da província tomasse conhecimento, ficava explicitado a disposição dos agentes recrutadores e nomeados pelo governo na aquisição de voluntários no interior da província.

No dia 14 de maio de 1865, na Vila da Purificação, com o fim de

“completarem uma companhia de voluntários, que ali se esta organizando, sob o comando de Antônio Barbosa e contando com o apoio do Dr. Delegado e do comandante da Guarda Nacional, os subdelegados do distrito do Pedrão formaram uma tropa composta de recrutas e de réus de policia, comandada pôr alguns inspetores de quarteirões e deram um assalto no arraial daquele distrito, onde, aos domingos havia uma feira e ali amarraram uma porção de individuos solteiros, casados, aleijados, e enfim todos quantos não puderam correr, dos quais foram apurados somente 4, que encerrados em um quarto ou antes um chiqueiro, enquanto se preparava cordas, conseguiram evadir-se; e bem assim me informe se é certo andarem grupos para igual fim, emboscando pelas estradas e roças, perseguindo a todos que encontram, dispersando pôr esta forma o povo, que, assim perseguido, tem abandonado as casas e as lavouras e vive embrenhados pelo mato.”⁷⁸

Nas páginas dos jornais que circulavam na província e, principalmente, na cidade do Salvador, proclamações diversas eram feitas com o intuito de produzir uma resposta de patrióticos cidadãos. Em fevereiro de 1865, foi a vez do Sr. tenente coronel Domingos Mondim Pestana, recorrer a essa tribuna. No Alabama se pronunciou:

“Bahianos! Nem sempre o homem público pode viver num recolhimento a que se haja votado.

Um dia a pátria reclama seus serviços, e ele não lhe os pode num dever recusar. Encarregado pelo Exmo Sr. presidente da província para organizar e comandar um segundo batalhão – de Voluntários da Pátria – eu, sem medir a extensão de minhas forças físicas aos 60 anos de idade, sem atender a exiguidade de minha inteligência, asilando, porém, no meu coração os mesmos sentimentos ainda puros, de veterano da Independência aceitei o encargo.”⁷⁹

E, como veterano de guerra estendeu o seu convite a

“todos os Srs. Officiais reformados do Exército, meus antigos camaradas, das extintas milicias, da guarda nacional do serviço ativo e da reserva, inferiores e mais praças da mesma Guarda Nacional e todos os mais cidadãos, oferecendo-lhes as garantias do patriótico decreto.”⁸⁰

⁷⁸ APEB. Seção Colonial e Provincial. Policia: Correspondência Recebida da Presidência da Província. Maço 6156.

⁷⁹ IGHBA. Jornal O Alabama. Edição de 2 de fevereiro de 1865.

⁸⁰ IGHBA. O Alabama Edição de 2 de fevereiro de 1865.

Entretanto o que se via no cotidiano era um desvio das palavras doces e patrióticas anunciadas aos que se interessassem em formar aquela tropa e a persistência de todos os modos para formar os batalhões. Angela Maria da Encarnação, viúva de João Gualberto da Costa, mãe de sete filhos menores, tinha apenas o mais velho de 17 anos, de nome Eliseu Alberto da Costa, como o único que lhe prestava auxílio para sustentar seus irmãos, escreveu ao presidente da provincia dizendo:

“acontece que tendo ido seu filho a Alagoinhas, ali aterrado com o recrutamento preferiu vir como voluntário e se acha como praça no 2º Batalhão de Voluntários da Pátria, à esta circunstâncias vem pedir a V. Excia a baixa de seu referido filho Eliseu Alberto da Costa que é o único arrimo que tem nesse mundo.”⁸¹

Poderíamos até supor que assustado pela ameaça sofrida, o filho da suplicante se precipitou em alistar-se nas fileiras dos batalhões. Entretanto, quando Andreza Maria do Espirito Santo, casada com Jacinto do Nascimento, soldado de Voluntário da Pátria da Vila de Chique Chique e aquartelado no Forte de São Pedro, expõe a razão para que seu dito marido seja isentado do serviço diz: “sendo ele intimado que se ele não alistasse como voluntário que devia ser recrutado, ele como homem ignorante, foi alistado como voluntário” e encerrava sua suplica perguntando ao presidente da provincia o “que será da suplicante e de sua filha viúva e sobrinhos que tenho em meu poder?”⁸²

A ameaça das autoridades policiais de recrutar à força sempre foi frequentemente utilizada para fazer com que individuos tivessem como unica opção engajar-se nas fileiras dos Voluntários da Pátria, que lhes garantiam algumas vantagens ao contrário do puro e simples recrutamento que nenhuma recompensa alcançada. A pressão exercida por autoridades policiais acabava constituindo-se em uma das dificuldades em estabelecer quem era propriamente Voluntario da Pátria, pois a sua simples apresentação naqueles batalhões, de fato, não os faziam voluntários.

Clara Maria de Jesus, encontrava-se na mesma condição da suplicante Angela Maria, que também era viúva, com oito filhos, sendo sete menores, tendo o mais velho como arrimo, de nome Vicentino Ferreira, de quem dependia suas vidas. Este foi preso no

⁸¹ APEB. Seção Colonial e Provincial. Recrutamento. Maço 3493.

⁸² APEB. Seção Colonial e Provincial. Guerra do Paraguai. Maço 3669

distrito denominado Coité para Voluntário e se achava como praça no 2º batalhão de voluntários da Capital e também solicitava ao governo provincial

“a benevolência como administrador justo e reto como é, para que se compadecendo de tantas vidas desamparadas que só tem Deus e os esforços de um filho que mantém a sua mãe e a seus pobre irmãos, pôr quem rogo, se digne conceder-lhe baixa.”⁸³

Acompanhava o ofício de Clara Maria um atestado emitido pelo vigário de Alagoinhas, Antônio M. da Silva, de 5 de junho de 1865, confirmando a veracidade do que vinha expresso no ofício daquela mãe. Embora não tenha encontrado o resultado das solicitações feitas por Clara Maria e Angela Maria que, mesmo apresentando atestado de sua condição de pobreza pelo vigário, o deferimento expedido pelas autoridades competentes parece atender muito mais às informações dos comandantes e recrutadores, assim como das circunstâncias em que se encontravam as forças com destino à Corte do que propriamente das suplicas feitas por estas mulheres ditas desamparadas.

Vicente Francisco, guarda armado e fardado da 5ª Companhia do batalhão da Guarda Nacional, foi designado para fazer parte do contingente que devia dar aquele comando para a guerra do Sul. Solicitou a sua soltura e foi seu pedido indeferido mediante as informações prestadas pelo seu comandante, em 6 de setembro de 1865. Entre as razões apresentadas encontram-se: por ser “muito remisso para o serviço e de péssima conduta” assim como em “vista de sua excelente conformação e robustez para o serviço da campanha”⁸⁴ Entretanto eram vagos os argumentos utilizados por seu comandante e, mesmo tendo o referido guarda apresentado documentos que provavam o seu estado de casado com filhos, o que o fazia isento da designação, continuava irredutível seu comandante. Sobre os documentos apresentados afirmava:

“não me parecem suficientes para semelhante prova, que aliás deveria ser pôr certidão, e não de atestado, tendo mais a ponderar a V. Excia que o suplicante parece ter pôr seu mentor uma das próprias autoridades que lhe atestam, como bem se pode ver da confrontação da letra dos requerimentos com o do atestado do Juiz de Paz, de cuja baleeira é ele, segundo consta, arpuador.”⁸⁵

⁸³ APEB. Seção Colonial e Provincial. Guerra do Paraguai. Maço 3669.

⁸⁴ APEB. Seção Colonial e Provincial. Guarda Nacional. Maço 3603.

⁸⁵ APEB. Seção Colonial e Provincial. Guarda Nacional. Maço 3603.

Estava decidido o seu envio para a guerra e quanto à falsificação de documentos que provam a isenção e que deviam ser apresentados, nesses casos, pareceu ser prática frequente. Com a partida de muitos oficiais e praças dos diferentes Corpos militares da província da Bahia com destino ao sul do Império, as famílias desses soldados muitas vezes encontraram-se desamparadas. A fim de se conhecer quais as circunstâncias de cada uma das famílias, a presidência da província encarregou A. J. de Moraes para ir pessoalmente visitá-las e oferecer aquilo de que precisarem. Em 1º de março de 1865, quando a maior parte das tropas ainda não haviam seguido para a guerra, o encarregado pelo governo apresentou conta do resultado de sua missão:

“procurei em primeiro lugar as famílias dos oficiais do Corpo de Polícia, e me declararam que se achavam penhoradas pela paternal bondade de V. Excia., mas que pôr hora de nada precisavam. Apresentando-se em seguida a cumprir o mesmo mandato para com as famílias dos oficiais dos outros Corpos as pretensões foram as seguintes: Da senhora do tenente Antônio Fernando dos Santos Coelho solicitando uma casa para morar, pôr ser insuficiente a consignação que deixou seu marido, para as despesas. Da senhora do Alferes Benvenuto de Souza Marinho, o pedido de adiantamento de dois meses da consignação deixada pelo seu marido, para lhe ser descontada e da senhora do Alferes Peregrino Franco o pagamento do aluguel da casa em que mora, o que pareceu viver em condições dignas as ditas famílias dos oficiais.”⁸⁶

Entretanto, quanto à situação das demais famílias de Inferiores não se pôde dizer o mesmo, pois, inicialmente, encontrou dificuldade em conhecer as moradias dos “praças de pretos”⁸⁷ que sustentavam famílias e daquelas que tiveram acesso apresentaram os pedidos seguintes: Maria Ceriaca do Espírito Santo, casada com o soldado João Gramajo vive, nas mesmas circunstâncias agravadas, entretanto, ainda mais pelo melindroso estado de gravidade em que se acha. Anna Francisca da Cruz, moradora no Tororó, mãe de dois músicos da Polícia, João Thomas Roiz de Almeida e Hermelino Sabino Roiz de Almeida, vivia com muita pobreza e pedia uma esmola. Anna Francisca Humbú, moradora na Fonte das Pedras, casa nº 25, mãe do sargento de Polícia Marcolino Jose, pediu também uma esmola e se dizia achar sofrendo as mais duras privações. Maria Joaquina da Conceição, mãe de Amaro José de Moura e Fernando José de Moura, tem em seu poder duas filhas menores do sargento do Batalhão de Caçadores Manoel Jose de Frates, a quem serve de

⁸⁶ APEB. Seção Colonial e Provincial. Guerra do Paraguai. Maço 3868.

⁸⁷ Quantia pecuniaria que recebe diariamente os militares que não tem patente oficial.

amparo e pedia um auxílio pelo seu estado de miséria. A mulher e os três filhos do soldado do Batalhão de Caçadores Manoel Joaquim de Santana vivem completamente na miséria.

3.4. A caminho da guerra

De todas as partes da província chegavam guardas nacionais designados, voluntários da pátria e recrutados para o Exército e Armada. Vindos do centro da província, o caminho seguia pelas velhas estradas a cavalo e, principalmente, a pé, percorrendo grandes distâncias, acompanhados em sua maioria por outros guardas nacionais, designados para entrega dos soldados por eles conduzidos até a Capital. Era uma jornada extenuante, o que mudava o cotidiano das estradas da província, da linha de ferro, onde já haviam sido implantadas e dos vapores que, partindo do Sul da província ou da cidade de Cachoeira, no recôncavo da Bahia, conduzindo as levas de soldados com destino à Capital de sua província, para serem aquartelados e, finalmente, embarcados para a Corte.

A cidade de Cachoeira, localizada na margem esquerda do rio Paraguassú, defronte da cidade de S. Félix, transformou-se em ponto de convergência para aqueles que, saindo do sertão, destinavam-se à Capital da província, centro de toda mobilização para a Guerra com o Paraguai. Era imensa a multidão estacionada temporariamente naquela cidade. Homens exaustos pela difícil viagem, percorrendo estradas e caminhos que ligavam o Sertão, a Chapada, o Recôncavo a Salvador. As autoridades, homens de negócios, chefes militares, clérigos e até parte da população mobilizavam-se preparando a chegada e pouso para aqueles homens, era apenas o tempo suficiente para a partida do próximo vapor. Improvisavam-se alojamentos em prédios públicos, cadeias, armazéns, igrejas, a própria Casa de Misericórdia e casas alugadas para acomodação de toda aquela gente.

Em ofício dirigido ao presidente da província da cidade de Cachoeira, fica evidente o estado em que se encontravam aqueles homens prestes a embarcar. Depois de afiançar o presidente da província ao comando superior da cidade de Cachoeira, que, no dia 28 de setembro de 1865, estariam à sua disposição dois vapores para conduzirem o batalhão sob o comando do tenente coronel Carolino da Silva Tosta, para o embarque para a Corte, o Barão de Nagé, comandante daquela cidade, respondeu-lhe que “a maior parte dos guardas

desses batalhões sem fardamento e bonets e muitos descalços, precisando todos, além do referido, de bomaís onde deve levar o seu trem de viagem.”⁸⁸

Pedia, ainda, que ordenasse a transferência do dia marcado, “pois iriam eles em um estado que necessariamente devem causar expectativa nessa Capital” e concluía pedindo, ao presidente da provincia, para observar que

“sendo esse batalhão composto de contingente de guardas nacionais quer deste municipio quer de outros, não parece justo que se soltem nessa capital em mangas de camisa e porcas, fato que pôr sem dúvida deslustra o brilho da Guarda Nacional deste Municipio, cujos habitantes sempre tiveram pôr costume festejar o embarque dos briosos defensores da Pátria que daqui partem para o teatro da guerra.”⁸⁹

Descortinava-se uma paisagem desconhecida para aqueles acostumados somente com o sertão. As noticias, muitas vezes, eram vagos relatos levadas pelos caixeiros viajantes que percorriam os caminhos do centro e interior da provincia em sua tarefa de transportar mercadorias. Aqueles soldados estavam prestes a conhecer um mundo distinto. O porto da cidade de Cachoeira não se diferencia dos demais espalhados pelo Império. A rua que corre ao longo do cais, era em seu trecho principal imundo e sem calçamento. Dali partiam os vapores com destino à cidade do Salvador, levando passageiros e desembarcando, também, mercadorias com destino aos mais longínquos pontos da provincia.

Às seis horas e meia da manhã do dia 21 de abril de 1865, embarcava o batalhão de voluntários do municipio de Cachoeira, junto com diversos outros soldados vindos do interior da provincia. Embarcações de todos os tamanhos espalhavam-se sobre o Rio Paraguassú, enquanto o povo apinhava-se no cais e ruas adjacentes. Às sete horas, deixavam o porto os vapores “Dois de Julho”, o “Jequitiaia” e o “Santo Antônio.”

Descendo o rio, em pouco tempo, avistava-se o povoado de S. Francisco, na bacia do Iguape e, perplexos, viam o rio e sua paisagem modificar-se a cada momento. Eram soldados, voluntários e recrutas, que, vindo de todas as partes, encontravam-se naquele barco para seguirem viagem ao lado de estranhos, amigos, parentes e até mesmo inimigos. Vinham de Lençóis, Andaraí, Caetité, Santa Izabel e de outras localidades do

⁸⁸ APEB. Seção Colonial e Provincial. Guarda Nacional. Maço 3605.

⁸⁹ APEB. Seção Colonial e Provincial. Guarda Nacional. Maço 3605.

interior, que, em grupos, limitavam-se em dialogar somente com os seus. Vinham também homens experientes do mar, acostumados a percorrer este caminho conhecido como a palma de suas mãos. Estes descreviam os sitios e lugares que iam aparecendo durante a viagem para aqueles que, assustados, limitavam-se em escutá-los. Tomava, os vapores, o rio Capanema que vai dar em Maragojipe, onde baixavam mercadorias, passageiros e embarcando mais uma leva de Voluntários da Pátria. Pouco mais, alcançava a Barra do Paraguassú, larga e distante da cidade do Salvador 21 milhas. Em sua margem esquerda, ficava Bom Jesus dos Pobres, pertencente ao distrito de Saubara e à direita, a povoação de Barra do Paraguassú.

Caíam na Baía de Todos os Santos, revelando-se a imensidão de um mar desconhecido e de novas paisagens em torno de um imenso lago azul e salgado. Do lado esquerdo, Cabuçú, Saubara, Itapeba, rio São Gonçalo, a Vila de S. Francisco, Ilha das Fontes, onde houvera um lazareto e que continuava a despertar receio naquela gente, Ilhas das Vacas, a Povoação de Guadalupe na ponta de Nossa Senhora, Ilha dos Frades, Madre de Deus do Boqueirão, Nossa Senhora das Candeias, Ilha de Maré, São Tome de Paripe, Nossa Senhora do O, Olaria, Peri-Peri, Itacaranha, Plataforma. Na Península de Itapagipe, as pontas da Penha e de Mont' Serrart. Pelo lado direito, Cairú, Conceição, Salinas da Margarida, Porto da Telha, Ponta do Dourado, Ilha do Medo ou do Meio e, finalmente, a Ilha de Itaparica.

O homem do sertão descobria o mar e sua grandeza o impressionava, o mundo era maior do que imaginava e o azul das águas distraíam em frações de tempo o pesadelo que estava apenas por começar. Desembarcavam, finalmente, na ponte da Companhia de Navegação e dali seguiam para os fortes destinados ao aquartelamento

Em 1º de setembro de 1865, o Comando Superior da Capital informava ao governo provincial encontrar-se os quarteis repletos de gente aquarteladas e como o Convento do Carmo não possuía cômodos suficientes para aquartelar o 6º batalhão da Guarda Nacional,

“por já esta ali abarrancado o batalhão 110, julguei conveniente transferi-lo para o Hospício de Jerusalem, dirigindo-me oficialmente ao reverendo Padre Frei Jose dos Disporios pedindo a permissão necessária para tal fim.”⁹⁰

⁹⁰ APEB. Seção Colonial e Provincial. Guarda Nacional. Maço 3607.

Em ofício dirigido ao Governo Imperial já, em maio do mesmo ano, informava Baltazar Aragão Bulcão, presidente da província, haver

“nesta capital para mais de mil praças de voluntários desta e de outras Províncias prontas a embarcar, vou disso dar ciência a V. Excia, afim de que se digne de providenciar acerca do transporte das mesmas para essa Corte”⁹¹

O transporte das tropas constituiu-se em problema de difícil solução, pois a demora dos vapores em chegar a esta cidade, a capacidade de transporte de passageiros acrescidos ao que de passagem, procedentes do Norte do Império, não garantiam vagas para os soldados que daqui saíam, acarretando um estado de tensão na cidade, assim como aumentando os custos, pois a província tinha de arcar com homens aquartelados. Como solução o Ministério dos Negócios da Guerra, em 2 de junho de 1865, autorizava a contratação de vapores nacionais e estrangeiros para o envio de praças.⁹² O que foi feito pelo Governo da Bahia, contratando, em 17 de junho daquele mesmo ano, o vapor inglês “Saladim”, sendo o contrato feito a razão de 30\$000 por oficial e 15\$000 por praça e o pagamento realizado somente depois de realizado o transporte dos Corpos.⁹³

No vapor inglês “Ptolomy”, contratado nas mesmas circunstâncias, seguiu para a Corte, no dia 6 de julho de 1865, levando o Alferes da 3ª companhia de zuavos baianos, Cândido da Fonseca Galvão⁹⁴, para reunir-se a sua Companhia que havia embarcado no dia anterior no vapor “Paraense”.⁹⁵

Abarrotados de soldados os vapores ofereciam uma difícil viagem até o Rio de Janeiro. O Jornal O Alabama, de 20 de abril de 1865, noticiou o tratamento que tiveram no vapor de guerra São Francisco os Voluntários da Pátria, relatado por um tripulante:

“Almocei às 11 horas do dia imediato ao do embarque, quando chegamos à mesa fazia horror pela grande gana que havia; de momento tudo sumiu-se e parte não comeu. Principiou o negócio. Laranjas para enjôo de 160 a 500 rs.;

⁹¹ APEB. Seção Colonial e Provincial. Correspondência para o Governo Imperial. Maço 706.

⁹² APEB. Seção Colonial e Provincial. Avisos Recebidos do Ministério da Guerra. Maço 828.

⁹³ APEB. Seção Colonial e Provincial. Correspondência para o Governo Imperial. Maço 706.

⁹⁴ Cândido da Fonseca Galvão, mais conhecido como príncipe Obá, ou Dom Obá II d'África, nasceu por volta de 1845, em Lençóis, filho de africano alforçado. Ao contrário de inúmeros casos de recrutamento forçado, alistou-se voluntariamente para a guerra. Tornou-se famoso e de grande prestígio na comunidade negra do Rio de Janeiro onde, frequentemente, apresentava-se com suas vestimentas composta de trajes de oficial do Exército, símbolos africanos e com fraque e cartola. É personagem central da tese defendida, na Universidade de Londres, por Eduardo Silva e editada em 1997 Ver: Silva, Eduardo. Dom Obá II d'África, o Príncipe do Povo. Vida, tempo e pensamento de um homem de cor. São Paulo. Cia das Letras. 1997.

⁹⁵ APEB. Seção Colonial e Provincial. Correspondência para o Governo Imperial. Maço 706.

queijos a 8\$000 rs.; bolacha e raspadura a 160rs.; cada uma banana a 40rs.; vinho zurrapa a 1\$000rs. A garrafa. A comida era agreste, a água suja, houve também questão entre os oficiais de marinha e os voluntários pôr causa da água que vendeu-se a 160rs o caneco.”⁹⁶

Em terra não era melhor a condição daqueles soldados, que preparando-se para a guerra ou aguardando as ordens de embarque, sofriam os mais terríveis castigos em nome da manutenção da disciplina das tropas. Castigos que desmoralizavam e quebravam, muitas vezes, a honra e o caráter patriótico que se pressupõe ter contribuído na formação dos batalhões, tendo sido exonerado do cargo de tenente da companhia de Voluntários da Pátria, o cidadão Francisco Joaquim Chagas Pimentel, no dia 11 de novembro de 1865, sentindo-se prejudicado por tal ato, pois, “lhe tinha custado para a organização da dita companhia dias de fadigas e até dinheiro na apresentação de 52 praças”, em sua defesa, declara o motivo de ter chicoteado um de seus comandados. Entretanto, antes, referindo-se à formação dos batalhões, procurou lembrar que

“a Bahia é testemunha ocular do modo irregular porque se portam nesta terra, antes de seguirem para o Sul, alguns batalhões dos Voluntários, com especialidade o do Sr. tenente Galvão que apesar de sua pericia e disciplina militar, pouco conseguiu para conter alguns praças em seus furiosos desatinos.”⁹⁷

Referia-se ao fato ocorrido no Terreiro de Jesus, na noite de 4 de julho, quando o batalhão (sobre) o comando do referido Galvão produziu inúmeros atos de desordens, trazendo desassossego à polícia. Antônio Cardoso da Silva foi o soldado castigado. Saindo há pouco das cadeias desta cidade onde cumpriu a pena de dois anos pelo crime de ferimento grave. Foi, na ocasião da soltura, dirigido, por meio de um ofício ao Chefe de Polícia, ao batalhão de voluntários sobre a responsabilidade do dito tenente Francisco Chagas. E quanto ao motivo afirmava o tenente:

“O motivo porque o castiguei foi de ter ele em presença do Sargento José Mendes Rodrigues Gramma se retirado da Companhia onde se achava retido pôr mim, e que obrigado a voltar, arrancou do corpo a farda e com brutal insubordinação arremessou-a no chão deixando cair dois botões. Com a minha chegada fiz-me o sargento ver o perigo que corria no meio da Companhia semelhante soldados pois como opusesse a tudo desatendia (...) portanto restava para garantir o respeito que me era devido, manter a disciplina e pôr

⁹⁶ IGHBa. Jornal O Alabama. Edição de 20 de abril de 1865.

⁹⁷ IGHBa. Jornal O Alabama. Edição de 18 de novembro de 1865.

zelo do serviço, era fazer o que fiz – cumprir a lei mandei fechar a porta da Companhia e apliquei-lhe 20 chibatadas.”⁹⁸

Os guardas do 5º batalhão André Aurelino de Santa Bárbara e Teodósio dos Santos, tendo sido designados para marchar para o sul do Império, com o contingente do Corpo, amputaram os dedos indicador e anular da mão direita, com o propósito de se inutilizarem, a fim de se esquivarem daquele serviço. Fato este compreendido pelo coronel comandante superior o Barão do Rio Vermelho como um “procedimento bastante repreensível” e dirigindo-se ao presidente da Província, afirmava “torna-se conveniente pôr um paradeiro a um fato ruinoso a disciplina, vou rogar a V. Excia que sejam os mencionados guardas remetidos para o serviço da Armada, ainda que temporariamente para a correção deles e exemplo dos outros.”⁹⁹

As festas reservadas aos voluntários e demais soldados que embarcavam no Arsenal da Marinha, pouco a pouco deixaram de produzir o entusiasmo esperado do povo e das tropas que seguiam para o Paraguai. As recomendações do Ministério da Guerra eram de embarcar quantos soldados estivessem preparados, não importando a quantidade, desde que não fosse inferior ao número de dez, registrando-se quase que diariamente ou quando aqui aportavam navios com destino à Corte. O ano de 1865 foi um ano de intensa movimentação em torno do envio de tropas pela Bahia e somente naquele ano cerca de 9.000 praças já haviam embarcados para o Sul do Império levando, inicialmente, muitos homens movidos por sentimentos patrióticos. Dizia o Alabama ironicamente sobre o Batalhão 24 de Santo Amaro, em 10 de outubro de 1865, que “chegaram de Santo Amaro o batalhão 24. Parte do qual, por ir por sua vontade, dizem, ficar trancafiada no Forte do Mar.” De fato, a imprensa que dispensou enormes elogios ao oferecimento de tantos baianos à causa da pátria e que, em suas páginas, frequentemente, fez publicar proclamações ao povo, agora, apenas limitava-se em anunciar as datas de embarque das tropas.

No dia 5 de dezembro de 1865, era a vez dos batalhões 107, Princesa Leopoldina e mais uma companhia de Zuavos compostas de 11 praças com seu Comandante embarcaram. A esse respeito escreveu o Alabama

⁹⁸ IGHBA. Jornal O Alabama. Edição de 18 de dezembro de 1865.

⁹⁹ APEB. Seção Colonial e Provincial. Guarda Nacional. Maço 3603

“foi uma coisa nunca vista, o batalhão da Princesa representava um mosaico, aqui blusas pardas, ali blusas azuis, acolá fardões, e na frente o major com o fardamento do 4º batalhão.”¹⁰⁰

O que pareceu, à primeira vista, uma festa semelhante às demais efetuadas no embarque no porto da cidade do Salvador, transformou-se nas mesmas páginas daquele Jornal em denúncias de todas as ordens.

“- Ouvi dizer; contaram-me que os guardas chamavam publicamente ladrões a certos oficiais, cuja impossibilidade admirava e dava aos ouvintes motivos para crerem fundado o desespero das praças.”¹⁰¹

Dizia o mesmo Jornal que um índio da Companhia da Pedra Branca queixava-se amargamente de que, tendo baixa por doente, marchasse o seu soldo para o Rio quando ele aqui ficava. Continuava o Alabama:

“Apareceram credores, e houve o diabo entre os dois comandantes do tal batalhão da Princesa, isto é entre o Coronel Seixas e o tenente coronel Medrado pôr causa de dividas do batalhão, feitas na gerência de ambos. Foi tal a vergonha que o presidente e o comandante das armas os quiseram fazer retirar para um lugar reservado, mas eles preferiram a bordo do vapor, onde estavam os cobres.”¹⁰²

E quanto aos problemas com os soldados e seus credores piorava ainda mais a situação.

“É coisa antiga, o gosto do Sr. Dantas é mandar pagar soldo bordo, com pena talvez dos soldados que ganham pouco e que podem ter mais dinheiro pregando calotes. Era uma miséria, alguns guardas estavam com a pala do bonet virada para as costas, sinal de que o militar esta cego, isto é de que não viu dinheiro”¹⁰³

Ironicamente concluía o Alabama:

“- Infelizes baianos. Deus vos conduza ao triunfo e vos reconduza aos braços dos vossos, se escapando dos paraguaios de lá, puderdes escapar dos paraguaios de cá!”¹⁰⁴

¹⁰⁰ IGHBa. Jornal O Alabama. Edição de 5 de dezembro de 1865.

¹⁰¹ IGHBa. Jornal O Alabama. Edição de 5 de dezembro de 1865.

¹⁰² IGHBa. Jornal O Alabama. Edição de 5 de dezembro de 1865.

¹⁰³ IGHBa. Jornal O Alabama edição de 5 de dezembro de 1865.

¹⁰⁴ IGHBa. Jornal O Alabama edição de 5 de dezembro de 1865.

Vindas da região norte, passavam as tropas pela Bahia onde, em seu porto, embarcavam baianos que pudessem preencher as vagas nos navios existentes, quando não, eram fretados navios com a exclusividade de enviar as tropas dessa província. Eram os primeiros anos de guerra e a necessidade crescente de soldados aumentava conforme as exigências dos comandantes na fronteira e dos fatos ocorridos no campo de batalha. Os avisos vindos da Corte para o presidente da província evidenciavam a atenção que devia manter o governo no cumprimento dos deveres e, principalmente, no de enviar de novos contingentes para o sul.

Em 10 de janeiro de 1866, o ministro Ângelo Muniz da Silva Ferraz, informado sobre os boatos de que deviam cessar as remessas de tropas para, o aumento das forças em operações, declarou ao governo da Bahia.

“conquanto estas (as tropas) se achem em um pé respeitável, forçoso é contudo atender a que o seu desfálque proveniente de deserções, perdas de vidas e mutilações de praças, que pelo menos regulará na razão de 6 a 10 pôr cento, deve ser preenchido.”¹⁰⁵

Com isso não apenas desmentia o governo imperial aquelas notícias, como também inteirava a situação das tropas em operações.

“quanto a guerra atual seja em breve coroada de feliz êxito há necessidade de: 1º de serem substituídas as praças de linha que tem completado o tempo de serviço. 2º de serem preenchidas as vagas provenientes de perdas em virtudes de óbito, inutilização, deserção, os quais na roda do ano, em 50.000 mil homens, não poderão ser nunca menores de 5%.”¹⁰⁶

3.5. Negros: livres e cativos; voluntários ou involuntários?

Em suas reminiscências, Dionísio Cerqueira afirmou haver entre os voluntários um batalhão trajando uniforme estranho e diferente:

“largas bombachas vermelhas presas por polainas que chegavam a curva da perna, jaqueta azul, aberta, com bordados de trança amarela, guarda-peito do mesmo pano, o pescoço limpo sem colarinho nem gravata e um fez na cabeça. Eram todos negros e chamavam-se – Zuavos baianos. Os oficiais também eram negros.”¹⁰⁷

¹⁰⁵ APEB. Seção Colonial e Provincial. Avisos Recebidos do Ministerio da Guerra. Maço 829

¹⁰⁶ APEB. Seção Colonial e Provincial. Avisos Recebidos do Ministerio da Guerra. Maço 829

¹⁰⁷ CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscência da Campanha do Paraguai., 1865-1870*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980. p. 104

A historiografia brasileira, logo após o conflito, pouca atenção dispensou sobre a participação escrava na Guerra contra o Paraguai. Para Dionísio Cerqueira, pareceu-lhe estranho aquele batalhão de voluntários pretos, embora muitos fossem os crioulos e negros que engrossaram as fileiras do Exército brasileiro. Somente na década de 60 do século XX, versões sobre a presença de libertos e escravos ganharam espaço na história da guerra. Todavia, trata-se, ainda, de demonstrações e tentativas de identificar os corpos de Voluntários da Pátria como batalhões compostos de escravos e negros que mediante a sua adesão conseguiam a condição de libertos.¹⁰⁸ A ausência de negros escravos, possivelmente, deve também ser associada ao fato de que, na versão oficial, não poderia o Exército brasileiro depender, na defesa de suas fronteiras, de cativos para a manutenção de sua soberania, trazendo para o seio da sociedade escravista a contradição de que negros desempenharam um papel em defesa da liberdade de uma nação que não lhes pertencia.

É certo, até então, ser impossível contabilizar o número de escravos que participaram na Guerra contra o Paraguai, pois muitas são as lacunas que se impõem na tentativa de buscar esse número. Acreditar, todavia, que os voluntários da pátria, guardas nacionais ou recrutados para o Exército e Marinha eram todos de condição livre é desconhecer o poder de negociação e as estratégias montadas por homens de condição escrava para subtrair-se à condição de cativos mesmo que lhes custassem o risco de vida numa guerra.¹⁰⁹

A presença de negros nas tropas de Milícias, na Marinha e no próprio Exército sempre foi constante. Na independência da Bahia, em 1823, tropas civis admitiram escravos na luta contra a resistência portuguesa na Capital da província. Naquele mesmo ano, senhores escravistas, na província, se viram obrigados a libertar os escravos que pegaram em armas sem prejuízos, pois foram indenizados. Sem dúvida, estava na memória daqueles homens de condição escrava o ocorrido nos anos de independência e recorreriam àquele expediente como forma de também conseguirem a liberdade.

Em seu pedido, publicado no *Jornal o Alabama*, Querino Antônio do Espírito Santo, veterano da independência, dizia que como ele,

¹⁰⁸ CHIAVENATTO, J. J. *Os Voluntários da Pátria e outros mitos*. São Paulo: Global, 1983. p. 27

¹⁰⁹ Sobre a resistência escrava no Brasil escravista ver: REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989

“inúmeros cidadãos crioulos sentem-se dispostos a marchar para o Sul, pelo que, si a imaginação me não cega, creio que todos nós reunidos poderemos formar um respeitável corpo de voluntários, que pelo seu denodo, coragem e amor a pátria recordará mais uma vez os valorosos combatentes sobre o comando do celebre – Henrique Dias.”¹¹⁰

Assim, apresentava-se, o tenente Querino para organizar um corpo de voluntários crioulos e, imediatamente, abriram-se subscrições nas redações de jornais como do Diário da Bahia, para com o seu produto cobrir as despesas com os uniformes daquela companhia cujo general, Dionísio Cerqueira, disse ter estranhado quando deparou-se com aqueles soldados nos acampamentos de guerra.

A simples constituição de batalhões de pretos e crioulos possibilitava, ainda mais, a entrada de escravos fugitivos para aquelas fileiras. Ampliava-se, assim, a possibilidade dos mesmos misturarem-se aos homens de cor e pobres livres que circulavam na cidade do Salvador, ocupando atividades, as mais variadas, nas ruas infestadas de cativos. Embora, quando reclamados pelos seus senhores, fossem imediatamente devolvidos, os trâmites legais e administrativos que deviam esses recorrer para reaver seus escravos permitiram que muitos escapassem, utilizando dessa estratégia, para furtar-se do cativeiro a que estavam condenados. Quando, no dia 30 de abril de 1865, embarcou para a corte o 5º batalhão de Voluntários da Pátria, embarcou junto, a 2ª companhia de Zuavos, sob o comando do Alferes Marcolino Dias, momento oportuno para despistar aqueles que procuravam pelos seus cativos fugitivos.

Os escravos chegaram de formas diversas na campanha contra o Paraguai. Inicialmente, como oferecimento de proprietários que, movidos por sentimentos de patriotismo ou pressionados pelo governo imperial, libertaram seus escravos para que, imediatamente, fossem recrutados à força e destinados ao serviço do Exército e da Marinha (Anexo III). Entretanto, as doações de particulares de escravos para a guerra não representou importante parcela dos 271 libertos presentes no relatório do presidente da província referente ao ano de 1869. O que implica em ter seguido, a maior parte, mediante indenização do governo que comprou a partir do ano de 1867 escravos para a guerra.

Dos libertos por doações apenas encontrei no Arquivo Público do Estado da Bahia, os escravos de nome Vitorino Nogueira de Sá Barreto, João Evangelista, Bento Jose

¹¹⁰ IGHBa. Jornal O Alabama. Edição de 6 de fevereiro de 1865

Gregório, Domingos Leôncio, Roque Pires de Medeiros, Aydio do Sacramento. Adriano de São Bento, Manoel Braz, Martinho do Espírito Santo, Luiz da França e Bejamim José da Costa, estes oferecidos, em dezembro de 1866, somando-se outros 5 escravos que foram dados em 1º de março de 1867, pelo Abade Geral da Congregação de São Bento, o frei Manuel de São Caetano Pinto, o qual, em correspondência ao governo da província, afirmou, ainda, que libertava a todos os escravos da comunidade que quisessem alistar-se no serviço da guerra.¹¹¹

Apesar da atitude, de conceder liberdade aos seus escravos, teve a Congregação Beneditina de recorrer ao presidente da província, reclamando os seus escravos recrutados à força para o serviço do Exército, lembrando sempre, aquela congregação ao governo do direito de isenção que tinham seus ditos cativos por não serem cidadãos brasileiros. Embora demonstrasse simpatia e gratidão pelo ato do Mosteiro de S. Bento, o governo, em ambos os casos em que recorreu à presidência da província, como de costume, apenas concedeu o prazo de oito dias para que o suplicante provasse o que alegava.¹¹²

A atitude praticada pelo Mosteiro de São Bento foi seguida pelos Convento do Desterro, onde encontravam-se as filhas de “Santa Clara”, oferecendo, em 6 de abril de 1867, pela Madre Abadessa Soror Ana Constança do Coração de Maria, o escravo de nome Lourenço, de 20 anos de idade e pelo Convento do Carmo que, em 1º de março, ofereceu o cativo José Francisco do Carmo para seguirem o destino do Exército em operações.¹¹³

O procedimento dessas ordens religiosas não despertou, entretanto, nos cidadãos baianos maiores repercussões que pudessem levá-los à prática de semelhante ato. Entre os libertos por civis, encontrei as doações feitas pelo cidadão Manoel Antônio Fernandes de Oliveira como procurador de sua mulher D. Inocência Maria dos Reis, que libertou o pardo de nome Joaquim Fernandes de Castro, em 19 de outubro de 1865¹¹⁴; a liberdade concedida, ao escravo Epihaio, com a condição de marchar para a campanha do Sul, dispensando a gratificação a que os voluntários tinham direito, oferecido pelo tenente coronel Manoel Lopes da Costa Pinto, que também ofertou a quantia de sete contos de réis

¹¹¹ APEB. Seção Colonial e Provincial. Quartel do Comando das Armas. Maço 3415

¹¹² Embora o relatório do Ministério da Guerra, de 1872, aponte o número de 12 escravos doados por Mosteiros e Conventos na província da Bahia, encontrei a referência de 18 escravos no Arquivo Público do Estado da Bahia

¹¹³ APEB. Seção Colonial e Provincial. Quartel do Comando das Armas. Maço 3414

¹¹⁴ APEB. Seção Colonial e Provincial. Avisos Recebidos do Ministério da Guerra. Maço 827

para as despesas da guerra, declarando o mesmo tenente coronel, que para o mesmo fim concorreria com mais a quantia de cinco contos de réis anuais, a contar de 1866 ate que se termine a Campanha.¹¹⁵

A doação feita pelo cidadão Jose de Souza Barreto que fez embarcar para a Corte, em 14 de janeiro de 1867, seu escravo de nome Irineu de Souza Barreto; a oferta do Dr. Abilio César Borges cujo escravo de nome Manuel José Borges, no dia 29 de janeiro daquele mesmo ano, assentou praça na Companhia de Sapadores, mediante apresentação de sua carta de liberdade e, finalmente, o liberto Ricardo que teve sua carta de liberdade passada pelo cidadão José Mendes de Carvalho, em 3 de abril de 1867, mediante a sua inclusão nas forças destinadas a guerra no Paraguai.¹¹⁶

A legislação da guerra, ainda, permitiu uma outra forma de enviar para as fileiras do Exército escravos: o substituto. Pela lei nº 1220, de 20 de julho de 1864, ainda em vigor durante a guerra, se permitia aos recrutados e voluntários a isenção militar por substituição de individuos idôneos para o mesmo serviço, faculdade que igualmente foi concedida aos guardas nacionais tanto pelo artigo 126 da Lei n. 602 de 19 de setembro de 1850, como pelo Decreto nº 3513 de 12 de setembro de 1865.¹¹⁷

Manoel Maria Teixeira de Campos, guarda do batalhão nº 111 requereu do presidente da provincia, atraves do comandante superior, o Barão do Rio Vermelho, a permissão para dar em seu lugar um substituto como permitia a lei. No entanto, apesar de ter seu despacho favorável, não ficou definido se a sua substituição foi feita por um escravo ou mediante outro processo. O numero de substitutos, na provincia da Bahia de condição escrava praticamente não existiu. O Alferes Manoel Adeonato de Souza, em requerimento dirigido ao governo provincial, pedia para dar

“as necessárias providências para que regresse do Sul do Império o guarda designado de nome Luiz Pereira de Oliveira, afim de ser substituido, por um escravo que o mesmo oferece nas condições de servir no Exército.”¹¹⁸

Esse havia sido remetido pelo comandante superior do municipio do Camizão no dia 6, julgado apto para o Exercito, no dia 7, e embarcado, no dia 12 de novembro de

¹¹⁵ APEB. Seção Colonial e Provincial. Avisos Recebidos do Ministerio da Guerra. Maço 827

¹¹⁶ APEB. Seção Colonial e Provincial. Avisos Recebidos do Ministerio da Guerra. Maço 830

¹¹⁷ APEB. Seção Colonial e Provincial. Avisos Recebidos do Ministerio da Guerra. Maço 830

¹¹⁸ APEB. Seção Colonial e Provincial. Quartel do Comando das Armas. Maço 3416

1867, para a Corte. Na documentação examinada foi o único registro encontrado na província da Bahia, onde a legislação sobre a substituição por escravo fora requisitada. O qual, mesmo assim, não pode ser, de fato, comprovado se o pedido foi aceito, devido às condições excepcionais daquela solicitação. Significava uma operação, custosa no momento em que o esforço de guerra, todo ele, foi efetuado com as dificuldades até então verificadas.

O Jornal Alabama em sua edição, de 17 de agosto de 1865, muito antes da participação efetiva de escravos na Guerra do Paraguai, em suas páginas, anunciava os males da escravidão:

“As ruas estão cheias de homens robustos, decididos, animados, indignados das barbáries de Lopez, mas proibidos de marcharem, porque além da pátria, tem um senhor, acima dos estímulos da natureza e da honra, esta o prejuízo de uma sociedade rotineira!”¹¹⁹

E, em ataque aos senhores escravistas, propunha a utilização desses indivíduos na guerra:

“o que convinha era que esses fidalgos ricos, esses liberais de herança, esses desfrutáveis que enchem a boca libertasse, os escravos que tem por ostentação muitos, quase todos sem ofício, e os mandassem para a fronteira defenderem a honra ultrajada do Brasil!”¹²⁰

Tratava-se de uma escravidão em declínio desde a interrupção do tráfico em 1850, agravado com o tráfico interno entre as províncias.

As explicações para a ausência de escravos substitutos de cidadãos para a guerra são diversas e imprecisas. Entretanto podemos supor que, em uma população escrava decrescente como a da cidade do Salvador, do século XIX, declinou de aproximadamente 300 mil cativos, nos anos 60 daquele século, para 165.403 em 1872, representasse um mecanismo caro para se obter a exclusão do Exército, pois o preço de um escravo em idade produtiva, em 1862, em Salvador, girava em torno de 1 260.5000. Era, sem dúvida, mais fácil apelar para outras formas de isenção como fizeram os proprietários rurais Manoel Garcez dos Santos e o seu filho Dr. João Garcez dos Santos, o primeiro oferecendo a quantia de dois contos de reis para ser aplicada a dois homens que, no teatro

¹¹⁹ IGHBA. Jornal O Alabama. Edição de 17 de agosto de 1865

¹²⁰ IGHBA. Jornal O Alabama. Edição de 17 de agosto de 1865

da guerra, iriam substituir a si e ao dito seu filho e, o segundo, firmando o compromisso de pagar todas as despesas feitas com o individuo que o for substituir nas condições da oferta de seu pai.¹²¹

A substituição do recrutado ou designado para a guerra, por um escravo, foi cedendo lugar ao pagamento, conforme a lei, de uma taxa de 600 mil reis o que tornava menos dispendioso, devido ao preço com que era o escravo negociado no mercado. Jorge José do Sacramento, que tendo sido recrutado para servir no Exército e, já tendo jurado bandeira, ofereceu, em substituição de sua pessoa, a quantia de 600\$000, na forma da lei, a fim de que ficasse isento do serviço militar, alegando não poder deixar ao desamparo duas irmãs órfãs.¹²² Martiniano Chaves, remetido para ter praça como recrutado no Batalhão de Caçadores, através de seu procurador, o conselheiro João de Azevedo Chaves, também recolheu ao Tesouro Nacional a quantia de 600 mil réis marcados a fim de ficar isento do serviço do Exército.¹²³

A isenção apresentada não garantia, todavia, a isenção de todos aqueles que a esta legislação recorriam. Faustino Fragozo de Mattos, morador no municipio de Alagoinhas, preso como recruta, em 22 de agosto de 1865, fora remetido para a Capital no dia seguinte e recolhido ao quartel sobre a custódia do contingente do 16º batalhão de Infantaria de Linha, e “como, graças a Deus, dispunha o suplicante de alguns meios, requereu para ser excluido do serviço, mediante a indenização de 600 mil reis segundo a lei.”¹²⁴ o que, sendo aceito, recolheu a Tesouraria da Fazenda a respectiva quantia em 20 de setembro, feito isto, teve sua respectiva guia passada pelo Quartel do Comando das Armas, julgando o suplicante que não seria mais incomodado. Entretanto, no dia 15 de dezembro, foi o dito Faustino preso e conduzido à cadeia da dita Vila de Alagoinhas por ordem do Comando do Esquadrão de Cavalaria nº 18, tendo que demonstrar perante o Dr. Juiz de Direito da Comarca, que o mandou pôr em liberdade por habeas-corpus. Dirigia-se ao presidência da provincia para que não fosse preso pela segunda vez, pedindo que ordenasse as autoridades daquele municipio que o suplicante fosse considerado livre de qualquer serviço militar. Entretanto, acima de seu requerimento, escrito para informar ao mesmo

¹²¹ APEB. Seção Colonial e Provincial. Avisos Recebidos do Ministério da Guerra. Maço 827.

¹²² APEB. Seção Colonial e Provincial. Recrutamento. Maço 3490.

¹²³ APEB. Seção Colonial e Provincial. Recrutamento. Maço 3492.

¹²⁴ APEB. Seção Colonial e Provincial. Recrutamento. Maço 3493.

presidente, lia-se que “em vista do artigo 128 da lei n. 602 de 19 de setembro de 1850 não esta o suplicante isento do serviço ordinário da Guarda Nacional.”¹²⁵

O individuo Joaquim Amaro Paraizo que substituiu o guarda nacional Francisco Corrêa da Costa, foi reconhecido chamar-se Valentim, escravo do Dr Gustavo Ancieto de Souza e que usou aquele nome para assentar praça em substituição do dito guarda. Em poder desse escravo foi achada a quantia de 247\$500 réis, certamente, o preço pago pelo dito guarda, que, não contando com a quantia exigida pelo governo para livrar-se da designação, fizera um acordo com o dito escravo o qual teria sua incorporação na tropa facilitada sem maiores transtornos. Descoberto foi o escravo entregue ao dito chefe de polícia e, muito provavelmente, teve Francisco Corrêa o destino da guerra.¹²⁶

Somente nos anos de 1867 e 1868, o governo compraria escravos para a guerra, o que representou para os proprietários de escravos um bom negócio que, vendendo-os, esquivavam-se de participar da guerra, livrando-se, ainda, de um “mal” escravo. Intitulado, “Exemplo de patriotismo”, publicou o Jornal O Alabama, em 1º de agosto de 1867, o seguintes versos:

“Eu tinha um mau escravo, adoentado,
Verdadeiro tormento, endiabrado
Libertei-o, ao governo ofereci-o
A fim de eu também ser condecorado
O que era meu desgosto, é minha glória
De quem era capoeira fiz soldado!
O querido Decreto publicou-se,
Enfim, também eu fui condecorado!
La vai a guerra o grande capadocio,
Da rosa o peito meu eis adornado
É belo assim servir a pátria nossa,
É belo ser assim condecorado!
Ingênuo patriota! Não, não ide
Sofrer de uma campanha o escuro fado!
Ficai, livrai-vos de maldito escravo
E aqui mesmo sereis condecorado.”

Apesar de constar nos versos irônicos, insistentemente, a possível condecoração daqueles que, vendendo seus escravos, adquiriam títulos de nobreza, nenhum registro, entretanto, foi encontrado que comprovasse ter algum proprietário baiano adquirido por

¹²⁵ APEB. Seção Colonial e Provincial. Recrutamento. Maço 3493.

¹²⁶ APEB. Seção Colonial e Provincial. Quartel do Comando das Armas. Maço 3415.

essa forma tal titulação. O número de escravos vendidos ao Governo, sob a denominação de Emancipações remuneradas na Bahia, foi de 242 escravos, constituindo-se em um número demasiado pequeno se comparado com o montante dos soldados enviados durante a guerra pela mesma província. Todavia, a Bahia contribuiu com 1.647 escravos segundo Relatório do Presidente da Província de 1869. Para o funcionamento dessa prática, o Ministério da Marinha nomeou agentes para desempenharem tal função em diversas províncias. Afirmou Hendrik Kraay que:

“Na Bahia, Pedro Joaquim de Vasconcelos se fixou no Arsenal da Marinha em Salvador e, através de anúncios da imprensa, convidava os vendedores em potencial a apresentarem seus escravos ‘robustos’ para inspeções de saúde.”¹²⁷

Assim pedia, em 14 de junho de 1867, o Dr. Pedro Joaquim de Vasconcelos que, de conformidade com o Aviso do Ministério da Marinha, fosse efetuado o pagamento da quantia de um conto e quatrocentos mil réis, a Ricardo Benedito Acioly, procurador do Barão de Matuim, pela libertação do escravo Firmino, crioulo com idade de 19 anos.¹²⁸ Da mesma forma, foi remunerado pela libertação de seu escravo Manoel, pardo, de 24 anos de idade, o Major Antônio José Teixeira, com a quantia de um conto e duzentos mil réis, devendo ser realizado o pagamento em uma apólice da dívida pública no valor nominal de um conto de réis e duzentos mil réis em moeda corrente.¹²⁹

Procurando beneficiar-se com a indenização oferecida pelo governo da província, o Barão de Taripe enviou seu escravo de nome Antônio, para que este pudesse ser destinado para a guerra. No entanto, obteve como resposta a devolução do seu cativo por este contar a idade superior a de 45 anos, visto não poder, assim, ser libertado para o serviço.¹³⁰

Procurando reaver a quantia, de 450 mil réis, que disse ter sido emprestada ao indivíduo de nome Antônio Lopes de Faria, para completar o preço de sua liberdade, como provou com os documentos anexos ao seu requerimento, Henrique José Fernandes recorreu ao governo para que os cofres públicos lhe pagassem a devida quantia, a fim de que, uma vez desembaraçado, pudesse o dito Lopes jurar bandeira e seguir para a guerra. Certamente,

¹²⁷ KRAAY, Hendrik. “Escravidão, cidadania e serviço militar na mobilização brasileira para a Guerra do Paraguai.” In: *Revista Estudos Afro-Asiáticos*, n. 33, setembro de 1998.

¹²⁸ APEB. Seção Colonial e Provincial. Guerra do Paraguai. Maço 3675.

¹²⁹ APEB. Seção Colonial e Provincial. Guerra do Paraguai. Maço 3675.

¹³⁰ APEB. Seção Colonial e Provincial. Polícia. Chefe de Polícia. Maço 6449.

o requerente sabia da possibilidade do embarque de seu devedor, impossibilitava-o de reaver a referida quantia. Entretanto, na informação prestada pelo Comandante das Armas, para que pudesse ser tomada qualquer deliberação acerca do fato narrado, não constava nenhum Antônio Lopes de Faria e sim um indivíduo de nome Antônio Faria com ofício de Santo Amaro e que, depois de inspecionado e julgado apto para o serviço de guerra, foi na mesma data incluído no Depósito de Contingente.

Sorte teve o escravo Fiel Dias, que vendido ao Estado pelo Barão de Matuim, depois de libertado para servir no Exército, teria como destino a Companhia de operários ou o serviço das fortalezas sem ter que seguir para o palco da guerra.¹³¹ Entretanto, parece que sorte mesmo teve o seu antigo senhor, pois o seu escravo era um homem doente como ponderou o médico encarregado da enfermaria militar sobre sua inutilidade para o serviço militar, baixando na enfermaria por padecer de Asthema.¹³² No dia 29 de abril, veio o dito escravo remetido pelo Dr. Chefe de polícia acompanhado de ofício onde declarava ter sido inspecionado e julgado apto para o serviço. É possível que com o apoio do chefe de polícia, o Barão de Matoim, tenha se livrado de um escravo doente recebendo por este uma quantia que, muitas vezes, ultrapassava a estipulada como preço de mercado.

A prática de enviar escravos em tais condições parece ter ocorrido com frequência, pois, em ofício do quartel do comando das armas de 22 de junho de 1867, pedia seu comandante Luis José Monteiro, a remessa de uma relação dos libertos, que, tendo seguido para Corte, voltaram por serem incapazes do serviço militar, declarando mais a quem pertenceram, por quem foram oferecidos, ou se foram comprados por conta do governo, em uma tentativa inútil de devolver aqueles escravos em condições precárias e, no caso dos libertos por conta do governo, reaver a quantia empregada na compra de tais libertos.¹³³

Poderia ser a guerra também uma punição para um mau escravo. Todavia as vantagens aos seus senhores sempre foram garantidas. Modesto, escravo do Sr. Antônio J. Bittencourt, que havia sido acusado pela justiça pública pelo crime de homicídio, ocorrido na rua das Mercês no dia 10 de abril de 1867, contra a cabra Maria Ignez, foi entregue a

¹³¹ APEB. Seção Colonial e Provincial. Avisos Recebidos do Ministério da Guerra. Maço 830.

¹³² Nevrose do aparelho respiratório caracterizada pela dificuldade de respirar, voltando por acessos ordinariamente irregulares desiguais e não acompanhada de febre.

¹³³ APEB. Seção Colonial e Provincial. Quartel do Comando das Armas. Maço 3415.

justiça para punição conforme a lei, preferindo o seu senhor vendê-lo a uma sociedade, que comprava escravos e que revendia ao governo para o Exército, sob o pretexto de assentar praça. Obteve a tal sociedade a suspensão da sentença, enviando-o para o Rio de Janeiro, embora o escravo tivesse declarado que não queria alforria para ser soldado. A punição do açoite podia reverter-se em pena de morte, uma vez, seguindo para a guerra.¹³⁴

Em 31 de agosto de 1868, em circular confidencial, o Ministério dos Negócios da Guerra, informava ser conveniente a suspensão da libertação de escravos com destino ao serviço do Exército por conta daquele Ministério.¹³⁵

Por último, o recrutamento, sem distinção entre livres e cativos, e a fuga de escravos também viabilizaram a participação destes na Campanha do Sul. Apresentando-se, como livres, alistavam-se no Exército e Marinha, para, dessa forma, furtar-se à condição de cativos. Era a conquista da liberdade possibilitada pela guerra contra o Paraguai. Em sua trajetória, contavam os escravos com a fortuna de não serem vítimas de donos que, incessantemente, buscavam recuperar os seus cativos ou conseguir algum tipo de indenização do governo, com a “proteção” do Exército, pois, muitas vezes, necessitando de soldados a qualquer custo, dificultava a ação de senhores na recuperação de seus cativos ou com a sorte de não perecer na guerra, quer dizimados no front, quer vítimas das doenças que ceifavam vidas.

Em ofício confidencial dirigido ao chefe de polícia, Caetano Vicente de Almeida Falcão dava o presidente da província, ciência de haver o Ministério da Guerra, no aviso circular de 20 de agosto de 1866, recomendado que houvesse

“cautela nas averiguações para o assentamento de praças, afim de que não se repitam os casos de se alistarem no Exército, quer voluntariamente, quer como recrutado, individuos de condição escrava, como depois se verifica”¹³⁶

O principal recurso utilizado pelos escravos para distrair seus proprietários foi o de se apresentar com nomes fictícios, impossibilitando, assim, ter de imediato sua verdadeira identidade descoberta. Ângelo, escravo pertencente ao tenente coronel da Guarda Nacional, Idelfonso Moreira Sérgio, fugiu e assentou praça no 7º batalhão de

¹³⁴ IGHBa. Jornal O Alabama. Edição de 22 de fevereiro de 1868.

¹³⁵ APEB. Seção Colonial e Provincial. Avisos Recebidos do Ministério da Guerra. Maço 831

¹³⁶ APEB. Seção Colonial e Provincial. Série Polícia. Chefe de Polícia. Maço 2959

Infantaria, alistando-se com o nome de Manoel dos Santos.¹³⁷ Quando Maria do Rosario reclamou ao comandante superior o seu escravo de nome Cosme, fora recrutado com o nome de Manoel Cosme, para o 4º batalhão de Infantaria, teve como resposta não haver nenhum individuo assim denominado e que o único existente de nome Cosme José Galdino foi solto em consequência de reclamação feita por Maria Osória ao governo. Insistindo na tentativa de recuperar seu escravo fugido, dirigiu-se, novamente, a presidência da provincia e, dessa vez, informou o comandante superior a prisão feita pelo 1º sargento da 8ª companhia de um individuo por nome Manoel Cosme Miguel dos Anjos e que, levado à sua presença, declarou ser livre e que era doente, sendo remetido para o Forte de São Pedro. Finalmente, em 27 de abril daquele ano, o Barão do Rio Vermelho, afirmou ter sido remetido, pelo 1º batalhão de Artilharia, um crioulo de nome Cosme e, de acordo com as provas apresentadas pela suplicante, Maria do Rosario, acreditava ser ele o seu dito escravo, devendo ser ela atendida em sua pretensão.¹³⁸ Entretanto não se encerrava, aí, todo o processo. Quando o escravo Luiz, pertencente a Francisco Esteves, foi posto em liberdade, depois de seu proprietário oferecer os documentos que comprovavam a sua posse, lhe foi exigido o pagamento de todas as despesas que tinha feito à Fazenda com o dito escravo.

Todavia, não conseguiu Manoel Anselmo do Valle reaver o seu escravo, quando solicitou à presidência da provincia a posse de seu cativo. Em ofício, o presidente pediu ao comandante interino Inocêncio Eustaquio de Araujo informações de quando assentou praça, com que nome se alistou e quando seguiu para a Corte o escravo de nome Simão. Nas informações prestadas pelo comandante, fica claro o quanto permitia o serviço militar, em suas fileiras, homens de condição escrava. Em tempo de guerra e, diante da desorganização em que se encontravam as forças armadas, pareceu ainda mais fácil esconder-se nas tropas. Afiançou o comandante que:

“organizado esse batalhão na cidade de Cachoeira, posto que aqui recebesse praças do contingente da Guarda Nacional é provável que ali se desse a admissão desse individuo e para verificar-se a exatidão do alegado e requisitos do referido ofício era mister saber com que nome teve lugar o alistamento dessa praça, para na Tesouraria da Fazenda, pelas relações procurar a epoca do assentamento de praça e, ainda assim, não poderia este comando afiançar o seu

¹³⁷ APEB. Seção Colonial e Provincial. Polícia. Correspondência Recebida da Presidência. Maço 6156.

¹³⁸ APEB. Seção Colonial e Provincial. Guarda Nacional. Maço 3627.

embarque porque esse corpo de voluntários expedicionários jamais deram parte das deserções.”¹³⁹

Ao se apresentaram como voluntários, os escravos, Lázaro e Salvador, o primeiro com o nome falso de Antônio Lázaro e o segundo com o de Salvador Pires, a única consulta para se averiguar a condição de homens livres ou não foi feita pelo comandante do 2º batalhão de Voluntários da Pátria, que lhes perguntou sobre sua condição de livres, antes que os mesmos jurassem bandeira, dizendo-lhes, apenas, que se fossem escravos seriam imediatamente presos e postos à disposição da pessoa a que pertencessem. Depois de persistirem, negando a condição escrava, foram remetidos para inspeção completa e sendo, ali, julgados aptos para o serviço militar, assentaram praça naquele dito batalhão, caso não fossem reconhecidos pelo cabo José Frutoso da Silva, como escravos e, imediatamente, recolhidos à prisão, o sucesso intentado pelos cativos teria sido coroado de êxito, pois contaram, neste caso, ainda, com a negligência ou benevolência dos próprios chefes dos batalhões criados para a guerra.¹⁴⁰

O recrutamento de escravos durante a guerra foi tão constante ao ponto do chefe de polícia, recomendar aos senhores de escravos, que lhes dão licença para residirem fora de suas casas, as seguintes posturas:

“1º que passem a declaração por escrito; 2º que a apresentem na secretária de polícia para ser rubricada e vista; 3º que nela declarem o nome, qualidade, idade e ofício do escravo; 4º que marquem o tempo da licença e designem o fim.”¹⁴¹

Uma vez alistado, tinha o suplicante pouco tempo para reaver seu escravo. Os embarques para a Corte era questão de dias, pois a simples passagem de um navio, vindo do norte, obrigava o embarque imediato de quantas vagas pudessem ser preenchidas. Atraves de ofício, dirigiam-se aos comandantes dos batalhões onde, possivelmente, encontravam-se alistados seus cativos, apresentando documentos que provassem a sua posse.

Fica evidente que a mobilização para deter as tropas paraguaias, nas formas de recrutamento, nas leis que permitiram a apresentação de substitutos ou na compra de escravos para a guerra, trataram-se de soluções impostas diante da condição de que, o

¹³⁹ APEB. Seção Colonial e Provincial. Quartel General do Comando das Armas. Maço 3413

¹⁴⁰ APEB. Seção Colonial e Provincial. Recrutamento. Maço 3490.

¹⁴¹ IGHBa. Jornal O Alabama. Edição de 23 de setembro de 1865

oferecimento de voluntários, em defesa da pátria, não foi suficiente no enfrentamento do inimigo que parecia agigantar-se ao longo dos anos. O Império e suas províncias não conseguiram deter o inimigo nas fronteiras em poucos meses como se previa, resultado do total despreparo militar a que estavam reduzidas as forças militares brasileiras.

A guerra antes mesmo de ser travada no cenário do Chaco, foi travada por homens que, gozando de prestígio e poder em regiões distintas da província da Bahia, fizeram valer a sua força e capacidade de barganha, seja com o poder da Capital ou, mesmo, com o poder Central. Tinham na guerra a possibilidade de transformá-la em disputas políticas entre as facções de liberais e conservadores, acusando-se mutuamente para alternarem-se no poder sem perceberem que o conflito preparava um novo estágio político e para as suas maiores instituições: a monarquia e a escravidão.

A integração nacional em torno de um fenômeno como a Guerra do Paraguai, colocou frente a frente homens de condição escrava e livres, disciplinando um Exército, aproximando as diversas regiões do mesmo Brasil, em uma ação nem mesmo verificada no processo de independência política, em 1822, foi resultado da ida involuntária de muitos que, retornando as suas províncias, haviam descoberto conceitos de liberdade, haviam experimentado da solidariedade entre os irmãos que se encontraram no limite entre a vida e a morte. Era preciso desmobilizar aquele imenso batalhão que, conhecendo a liberdade, via na monarquia, muitas vezes, a razão para a opressão que sofriam

CAPÍTULO IV

UMA NOVA GUERRA

A guerra finalmente estava terminada. Depois de cinco longos anos de conflito, a Tríplice Aliança, ou melhor, o Brasil, que, após um ano e meio do início da contenda, havia assumido, praticamente sozinho, o custo humano e material da guerra¹, retornava para casa, trazendo consideráveis mudanças, que, nos anos posteriores, contribuiriam para a queda da monarquia e proclamação da república.

O retorno das tropas para as várias partes do Brasil, anunciado bem antes da morte de Solano López, somente ocorreria em março de 1870. Nas províncias preparava-se a chegada dos batalhões e heróis que se destacaram na luta encarniçada nas fronteiras do país. Era preciso demonstrar que o governo, a sociedade em geral e famílias ansiavam pelo retorno de seus filhos.

O grosso do envio de soldados foi realizado nos anos de 1865 e 1867, não impedindo que, nos anos posteriores, continuasse a Bahia enviando novos contingentes para a guerra, mesmo quando já havia se esgotado o voluntarismo e inviabilizado a designação de guardas nacionais, como visto no capítulo III.

Em aviso, de 30 de março de 1869, do Ministério dos Negócios da Guerra recomendava, o Imperador, ao presidente da província, que, no primeiro vapor de partida para a Corte, enviasse o maior número de praça do corpo provisório, não devendo este contingente ser menor do que cem homens, além de embarcar nos vapores seguintes, os recrutas e designados da Guarda Nacional.² Foi preciso mais de um ano para que, definitivamente, a fortaleza de Humaitá fosse derrotada e, somente, em agosto de 1868, calaram-se os canhões inimigos na curva do longo Rio Paraguai. Somente depois da batalha de Lomas Valentinas, em 27 de dezembro de 1869, o Exército paraguaio foi finalmente destruído, permitindo a invasão da capital. Assunção e, definindo o encerramento da campanha. Era o que pensavam os comandantes das tropas aliadas e o que noticiavam os jornais nas províncias do Brasil. Entretanto, López, ainda resistia. Depois de ter toda a sua

¹ Considerando-se a Campanha como um todo, o Brasil foi assumindo sozinho com o custo da guerra, como exemplo apontamos para o fato de que a partir de 1867, um terço das tropas aliadas, entre 40 mil e 45 mil soldados eram brasileiros. E para aumentar o contingente lançou mão do recrutamento forçado e do uso de escravos, depois de criados os batalhões denominados Voluntários da Pátria.

tropa massacrada, dirigiu-se ao norte do Paraguai e, perseguido pelas tropas brasileiras, fora morto em 1º de março de 1870. Continuava a todo custo a vontade do governo imperial sendo satisfeita e centenas de homens, recrutados à força, continuavam chegando na cidade do Salvador e dali partindo para a guerra.

Numa quarta-feira, 6 de março de 1869, a população da cidade assistiu “estupefata” a chegada de dois homens com uniformes de polícia em meio a uma escolta, vindos da cidade dos Lençóis. Chamavam-se Paulo José de Souza e José Celestino, vieram acorrentados e algemados, por cometerem o crime de deserção.

“Dizem que esses dois desgraçados foram vítimas de martírios corporais, que nada deixam invejar às torturas da inquisição”. Chegava de uma viagem longa e um deles encontrava-se quase cego pôr lhe aplicarem “uma certa untura nos olhos.”³

Tudo isso ocorria depois de ter o indulto imperial perdoado a deserção simples como compreendia o caso daqueles homens.

Nos mesmos anos em que permanecia a Bahia enviando os involuntários da pátria, determinava o governo provincial os preparativos para os festejos para a recepção daqueles que estavam próximos do regresso. Em carta dirigida ao presidente da provincia, Franklin A. M. Doria agradecia, em 18 de março de 1868, a sua nomeação para membro da comissão central, encarregada de promover e dirigir os festejos que se tinham de fazer na cidade quando fosse recebida a noticia do fim da Guerra com o Paraguai.⁴

Em meio aos preparativos para a recepção dos baianos, benefícios eram distribuidos em favor das famílias dos mortos na guerra. No teatro São João, um espetáculo foi oferecido pelo Sr. Mariangeli, empresário da Companhia Cyrica, do qual resultou a quantia de 1:225\$480 que, sob o cuidado do Sr. Arcebispo Conde de S. Salvador, fora repartido para as famílias que necessitavam de tal auxilio.⁵ Entretanto, com o final da guerra, as reclamações e pedidos de ajudas pelas famílias e vítimas das enfermidades adquiridas na guerra não mais sensibilizariam a sociedade em geral na promoção de novos benefícios

² APEB. Seção Colonial e Provincial. Avisos Recebidos do Ministério da Guerra. Maço 831.

³ IGHBa. Jornal O Alabama. Edição de 06 de março de 1869.

⁴ APEB. Seção Colonial e Provincial. Guerra do Paraguai. Maço 3673

⁵ APEB. Seção Colonial e Provincial. Guerra do Paraguai. Maço 3673.

Aproveitavam-se daquela ocasião, na qual nem sequer fora confirmada o fim da guerra levados, provavelmente, pelo descontentamento com o compromisso que fizeram de doar cinco por cento de seus ordenados todos os meses, os caixeiros da Casa Comercial dos senhores Wilson e Companhia que, somente com as notícias de estar Assunção ocupada por tropas e da volta para a Corte de alguns encouraçados julgaram terem cumprido com a promessa, devendo a contribuição finalizar em janeiro de 1869.⁶ Quando José Joaquim da Costa, professor substituto na cadeira da Capela de Mirandella, do Município do Pombal, pediu a suspensão do desconto de 5% de seus vencimentos em virtude do oferecimento para a sustentação da guerra, alegou o suplicante:

“porque lutando todo o sertão com uma crise, alimentícia. Os seus rendimentos não lhe permitem continuar a dar essa pequena prova do desejo que nutre de concorrer para urgências publicas de seu pais.”⁷

Começava, assim, até o final da guerra, depois de cumprirem a promessa de ajudas oferecidas por particulares, a diminuição das doações destinadas ao atendimento das vítimas, aumentando as dificuldades daqueles que contaram com tal ajuda durante os anos do conflito

A comissão encarregada da realização dos festejos tinha como finalidade a arrecadação de dinheiro para ser empregado na recepção dos voluntarios baianos. Assim, algumas freguesias ficaram encarregadas de fazê-la e, logo, uma subscrição para os ditos festejos era aberta devendo, cada paroquia, contar com cidadãos que subscreveriam para aquele patriótico fim.

Informava Genezio dos Santos, encarregado na freguesia do Pilar, que alguns cidadãos assinaram e pagaram, e outros se aguardaram para as últimas notícias da guerra.⁸ Certamente desconfiados com o destino das quantias e da notícia que nunca chegava, apesar de anunciado desde o início do conflito.

Quando foram solicitadas informações sobre as deliberações da comissão dos festejos que tinha de fazer a Freguesia da Penha, Francisco de Souza Carvalho informou que fôra aberta uma subscrição, a qual arrecadou o montante de 782\$000 reis, tendo-se arrecadado espontaneamente dos subscritores 287\$000, dos quais foram despendidos

⁶ APEB. Seção Colonial e Provincial. Guerra do Paraguai. Maço 3673.

⁷ APEB. Seção Colonial e Provincial. Guerra do Paraguai. Maço 3673

⁸ APEB. Seção Colonial e Provincial. Guerra do Paraguai. Maço 3673.

270\$000, empregado 150\$000 por conta do palanque que se incumbiu de aprontar Pedro Cassasema e 120\$000 a Silvestre José de Castro, por 18 bandeiras de filete, restando ainda dezessete mil reis.⁹ Encerrava o encarregado, afirmando que os festejos naquela freguesia seriam feitos no maior brilhantismo possível.

A preparação para os festejos, contraditoriamente, ocorria no mesmo momento em que, familiares recorriam à presidência da província, pedindo-lhe o pagamento a que tinham direito, por haver deixado algum parente quantia de seu soldo para sustentação dos mesmos ou um donativo dos dinheiros recolhidos por particulares em auxílio das vítimas da guerra. Quando partiam para o sul era comum que os soldados deixassem parte de seus soldos consignados aos familiares que, sem outros recursos, era a única ajuda com que contavam. Foi o que fez Pedro Emanuel, praça do 3º Corpo de Voluntários que, partindo para a guerra, deixou para sua esposa a consignação de 9\$000 réis, na Tesouraria da Bahia, para que pudesse sustentar a ela e seus dois filhos, retirando o pagamento todos os meses a partir de fevereiro de 1865. Entretanto, sem receber a quantia que lhe cabia, teve que recorrer ao dito marido, que se encontrava na cidade de Corrientes, na Argentina, para que ele mandasse uma declaração de seu comandante confirmando a veracidade da consignação e, ainda, apresentar um atestado do Inspetor de Quarteirão, declarando ser Maria Leopoldina da Conceição, mãe de dois filhos e esposa do soldado que estava na guerra, para, finalmente, obter o que lhe era de direito.¹⁰

Carolina Bonifacia do Espirito Santo, casada com Martinho João da Silva Palma, que marchou para o Paraguai como enfermeiro dos hospitais do Exército, deixou para a suplicante sua esposa e três filhos menores uma consignação para o “acaso e alimentos”, entretanto, teve sua mulher de recorrer ao governo provincial implorando a entrega daquela consignação por estar ela e seus filhos “sofrendo as maiores misérias e privações”, por falta daquele dinheiro. Em resposta, informou a contadoria, em 20 de janeiro de 1869, ter se esgotado o crédito na rubrica Corpo de Saude e Hospitais, do Ministério da Guerra, no exercício de 1868 e 1869. Foi, no entanto, atendido o seu pedido, em 25 de janeiro de 1869, dois meses apos a sua suplica.

Somente no ano de 1870, tropas baianas desembarcariam na capital da província. Uma espera que, desde os primeiros preparativos realizados, no ano anterior,

⁹ APEB. Seção Colonial e Provincial. Guerra do Paraguai. Maço 3673.

fora adiada, permanecendo na expectativa do fim de uma guerra que há muito era anunciada pela imprensa, onde apareciam, pouco a pouco, convites dirigidos à população em geral para que, preparassem a chegada dos soldados voluntários e guardas nacionais. A Associação Comercial, através do Jornal da Bahia, em 27 de fevereiro de 1870, convidava a todos os seus consórcios e ao corpo do comércio em geral a reunirem-se no Arsenal da Marinha no ato de desembarque do primeiro corpo de Voluntários da Pátria que se recolhesse a sua terra natal depois de sua penosa campanha.

Da mesma forma, pronunciava-se a Sociedade dos Veteranos da Independência, em 1º de março de 1870, convidando os seus sócios a reunirem-se no dia e hora que tivesse lugar tal desembarque. Pediu o capitão Francisco Fausto da Silva Castro, encarregado dos festejos populares que se tinham de fazer na ocasião do regresso do brigadeiro Dr. Francisco Vieira de Faria Rocha e de seus soldados, pertencentes ao batalhão 40º de voluntários, para que os moradores das ruas, por onde teriam de passar as tropas que embandeirassem suas casas, colocassem colchas nas janelas e a noite iluminassem suas casas para receber os comprovincianos.¹¹

Finalmente, o dia 12 de março havia chegado e, com ele, o tão esperado desembarque. As 7 horas da manhã, singravam as águas da Baía de Todos os Santos o transporte denominado Galgo, trazendo a seu bordo 380 soldados do batalhão de número 40º de Voluntários da Pátria. A Fortaleza da Gamboa saudou-os com tiros de canhões que ecoaram por toda parte, levando a cada canto da cidade a notícia. O povo correu em direção aos lugares mais altos de onde se podia avistar o mar. Os mais atentos, dirigiram-se ao Arsenal da Marinha e, de longe, ouviam o hino nacional sendo executado por bandas que ganhavam as diversas ruas que iam dar no porto.

Acompanhava o Galgo, três vapores, dois dos quais oferecidos gratuitamente pela Companhia Bahiana, tendo seus mastros ornados de bandeiras. O vapor São Francisco, do mesmo modo trazia aros de flâmulas, saindo da ponte da companhia conduzindo a bordo o batalhão de Caixeiros Nacionais que deu uma volta em torno do Galgo, enquanto muitos vivas e o som do hino nacional eram ouvidos pelos que chegavam de sua longa jornada.

Uma comissão do comércio acompanhada com diversas sociedades foi a bordo cumprimentar o brigadeiro Faria Rocha e os Voluntários da Pátria. As 10 horas começou o

¹¹ APEB Seção Colonial e Provincial. Guerra do Paraguai. Maço 3668.

desembarque da tropa em lanchões que os conduziram para o Arsenal da Marinha e, às 11 horas, deixavam os últimos soldados o transporte e o Brigadeiro Faria com o seu Estado Maior. No Arsenal, esperavam o 3º e 4º batalhão da Guarda Nacional, aqueles que justamente pertenciam a maior parte dos baianos que regressavam laureados da vitória, bronzeados pelo sol ardente do Paraguai. Uma força do batalhão de polícia, tendo à sua frente a respectiva música e um piquete de cavalaria, fizeram, ali, juntamente com os demais batalhões da Guarda Nacional, as honras devidas. Ouviram-se, finalmente, vindos da Fortaleza do Mar e da Corveta Baiana os estampidos anunciando a chegada das últimas praças em terra firme, enquanto desfilavam os vapores da Companhia Baiana em frente ao Arsenal

Estavam presentes à recepção as mais importantes autoridades da Capital, da Assembleia Provincial e da Câmara Municipal, as quais ofereceram diversas coroas de flores, acompanhadas de discursos, poesias, abraços, risos e de lágrimas. Saiu, então, o batalhão precedido da força da Cavalaria, do Brigadeiro Faria Rocha, do Presidente da Província Francisco Gonçalves Martins, do Chefe de Polícia Provisório o major José Antônio Marinho de Queiroz, do Delegado Amerlco Santos e demais oficiais, seguidos de outros batalhões.

Entrando pela rua Nova da Alfândega foram até a frente do salão da Praça do Comércio, cuja Associação, saudou os soldados e seu comandante. Continuaram o itinerário marcado, pelo Taboão, chegando até o Palácio, interrompendo-se a marcha para ouvir poesias e saudações de populares.

Na praça, por ordem do Brigadeiro Faria Rocha, pusera-se em linha o batalhão de voluntários e, nas horas que se seguiram, ouviram os discursos do Presidente da Província, do Coronel Comandante das Armas, do Dr. João Victor de Carvalho, falando em nome da Assembleia Provincial. Todos saudando o feliz regresso à pátria e à família, sendo as alocuções respondidas por vivas. Subiu, então, ao Palácio, o brigadeiro Faria que foi recebido por imenso cortejo de senhoras e cavalheiros, que os saudaram sob o som da música da Sociedade Minerva, seguidas de mais poesias e cumprimentos.¹²

Finalmente, marchou a tropa em continência para a Fortaleza do Barbalho onde iria aquartelar-se. No caminho, na altura da Rua das Princesas, ao chegar a Travessa de

¹¹ Jornal da Bahia. Edição de 1º de março de 1870

Santa Bárbara, um soldado avistando a sua mãe, africana, saiu de forma e dirigiu-se a ela, pedindo-lhe a sua benção. A preta deslumbrada, de boca aberta e olhos arregalados, encarava o filho sem poder, entretanto, articular palavras, enquanto seu filho insistia em seu pedido. Somente com a aproximação de uma companheira que veio arrancá-la do estado de perplexidade a africana rompeu um aflito grito banhada em prantos – “Meu filho! Meu filho!” Seu estado era de se esperar, pois haviam passados alguns anos quando tivera a triste notícia da morte de seu filho que, naquele momento, se revelava mais vivo do que nunca.¹³

No caminho para o Forte, a maior parte das casas estavam embandeiradas ou tinham colchas nas janelas de onde as pessoas atiravam flores sobre a tropa que desfilava por baixo de arcos de folhas e diversas inscrições. Arcos oferecidos pelos diversos negociantes como o localizado em frente do Banco da Bahia, todo forrado de damasco, seda e veludo de cores verde e amarelo. Em alguns pendiam diversas cestas de vidros, contendo flores, como o oferecido pela Associação Comercial. Na noite daquele dia, iluminaram-se todos os estabelecimentos públicos e muitas das casas particulares.

Receberam os soldados desta primeira tropa o pagamento de todos os seus vencimentos até o mês de dezembro seguinte. Além disso, havia sido entregue, ainda na Corte, a quantia de 300\$000 reis a que tinham direito em cumprimento do Decreto de 3 de janeiro de 1865. A chegada dos voluntários, com dinheiro, também despertou a ação dos espertos e larápios. Artifícios, ciladas de diversas formas, eram armadas para, arrancarem o pouco dinheiro que traziam aqueles soldados. Anunciava o Jornal O Alabama:

“A companhia do olho vivo tem feito proezas não só pôr meio de jogos fraudulentos, já apalavradas, onde homens gastam a mãos largas o que trouxeram, e usando de outros muitos estratagemas de que é fértil esta perniciosa gente.”¹⁴

Um ofício comunicava, ao chefe de Polícia que o afamado, João das Mulatas, estava usando criminosamente da indústria de se vestir com o uniforme de Voluntário da Pátria para, dessa forma, praticar, facilmente com seus comparsas, golpes com o objetivo de arrancar dinheiro do povo tendo, o mesmo, a audácia de ir dentro da Fortaleza do

¹² Jornal da Bahia, Edição de 13 de março de 1870

¹³ Jornal O Alabama, Edição de 18 de março de 1870.

¹⁴ Jornal O Alabama edição de 18 de março de 1870

Barbalho fazer adivinhações “aladroadas” para extorquir dinheiro dos voluntários aquartelados. Esses homens regressaram do sul, trazendo algum dinheiro e era natural que buscassem todo tipo de diversão. A maior parte deles logo ficaria, quando acabasse o dinheiro, sem recursos para, até mesmo, se retirarem para suas terras ao encontro de seu cotidiano.

No domingo, 20 de março de 1870, saiu o batalhão 40º de voluntários do Quartel do Barbalho, às 6 horas da manhã, seguindo pelas ruas dos Currais, Ladeira da Soledade, Agua de Meninos, Calçada até a Capela do Sr. do Bomfim, com o objetivo de render graças a Deus por terem regressado incólumes e cobertos de louros da guerra. Uma chula tirada por uma crioula, no Bomfim, no dia da romaria, é bastante revelador de como os voluntários, frequentemente, eram presas fáceis de pessoas que se aproximavam com o objetivo de tirar, destes, vantagens.

“Minha sorte! Minha Sorte!
Já achei um voluntario;
Deu-me três dúzias de saias
E me comprou um rosario.
Bernardina esta pôr cima,
Comprou saia preta e beca,
Bravo dela!!
Mandou a fava os bolinhos,
E do mingau fez em cacos a panela.
Agora só voluntarios
Em casa me põe os pés,
Gente que so pra cerveja
Dá uma nota de dez
Não são como esses furecas,
Que davam dez tostões magros,
E queriam resolutos
Banho, almoço e jantar
Seus moafos engomados,
E o troco pra charutos.”¹⁵

A presença nas tropas de libertos, ou mesmo de escravos fugidos lutando lado a lado com cidadãos, em defesa da patria que, a principio, não lhe pertencia, com o fim da guerra, era necessario, vez em quando, demonstrar o reconhecimento do papel que desempenharam esses homens na guerra como, tambem, cumprir com as promessas feitas

¹⁵ Jornal O Alabama edição de 29 de março de 1870

àqueles que se apresentaram para marchar para o sul, em substituição de cidadãos que podiam pagar por essa substituição.

No curso de 1870, diversas foram as demonstrações de felicitações pelo final da Guerra contra a Republica do Paraguai. A Bahia, neste ano, assistiu ao aparecimento de inúmeras associações libertadoras de escravos. No segundo semestre desse ano, seis novas sociedades surgiram na cidade do Salvador. A Sociedade Libertadora 7 de setembro entregou 43 cartas de liberdade, das quais 19 conferidas gratuitamente e 24 compradas. Eram 15 adultos e 28 menores, sendo dez do sexo masculino e 33 do sexo feminino, despendendo com esta liberdade, a Sociedade Libertadora, a quantia de seis contos e quinhentos e noventa e oito mil réis.

Naquela ocasião, apresentou o Dr. Frederico Marinho de Araújo, uma menina vinda de Muritiba, para ser vendida por 500 mil réis, havendo, entretanto, já, 200 mil réis, passou o mesmo a solicitar doações em dinheiro aos demais sócios presentes, recebendo, no final, a quantia de 371 mil réis, 50 mil réis oferecidos pelo cidadão Felisberto Nunes Sarmiento, 50 mil réis pelo Barão Pereira Marinho, pelo conselheiro Manoel Pinto de Souza Dantas a quantia de 100 mil réis e 171 mil réis por contribuição de outros presentes.¹⁶ Muitos foram os motivos que levaram alguns cidadãos a abrirem subscrições a favor de seus escravos, mas era também um bom negócio. A subscrição promovida pelo Sr. Cirilo Eloi, em benefício do menor Aristobulo, rendeu 206 mil réis, sendo 100 mil réis doados pela Sociedade Maçônica Abrigo da Humanidade. Pertencia o dito escravo ao subdelegado da cidade de Cachoeira, Vicente Ferreira da Cruz, o qual exigia pela liberdade de seu escravo, ainda criança, a quantia de 600 mil réis.

Em 4 de maio de 1870, foi a vez do desembarque do 46^o de Voluntários da Pátria. No Arsenal, uma comissão do Partido Liberal composta pelo Conselheiros Dantas, o Desembargador Luiz Antônio, Leão Velloso, João Barbosa, Pedro Brandão, Souto, Moraes, Aydoro, Marcolino Moura e o coronel Nicolau Carneiro foram recebê-los, dirigindo-lhes palavras e cumprimentos ao Coronel Alexandre Maia Bittencurt. O batalhão formado em coluna cerrada, em frente a Igreja da Conceição, destilou seguindo o itinerario pre-estabelecido sob o som de entusiásticos hinos, aclamações, vivas, flores e estampidos de foguetes e rojões

¹⁶ Jornal O Alabama edição de 28 de maio de 1870.

Ainda, no Rio de Janeiro, por Decreto Imperial de 21 de março de 1870, o Brigadeiro Francisco Lourenço de Araújo, comandante do referido batalhão, foi agraciado com o título de Barão de Sergy em atenção aos serviços prestados na guerra. No dia 31 de abril, o navio transporte de guerra “Marcílio Dias”, atracava no Arsenal de Marinha de Salvador às 7 horas da manhã. Em 10 de maio, foi o 46º batalhão de voluntários autorizado a visitar Santo Amaro, viajando, no mesmo dia, no navio São Francisco, da Companhia Bahiana, chegando às 2 horas da tarde ao seu destino. Ao desembarque caía forte chuva que, mesmo assim, não prejudicou a recepção dos soldados. Familiares e amigos, ansiosos, esperavam cheios de saudades no cais de onde, cinco anos antes, embarcaram as tropas para a guerra. Um grupo de doze meninas trajando vestidos brancos, enfeitados com as cores nacionais, ofereceram uma coroa de flores, em nome das famílias santamarenses. Passou o batalhão pela Praça do Rosario para alcançarem a Praça da Matriz onde dirigiram-se a igreja para fazerem suas orações. Naquela ocasião, o comandante dirigiu-se a um coreto, empunhando a bandeira ofertada pelos santamarenses no início da guerra, dirigindo-se ao povo com as seguintes palavras: “Senhores! Aqui tendes os soldados que me confiaste. Contai-os... faltam muitos... nenhum desertou, nenhum fugiu! Os que faltam passaram a imortalidade pelos buracos desta bandeira!”¹⁷

No dia seguinte houve Te-Deum e, em comemoração à volta do batalhão, a entrega das cartas de alforria para as escravas Maria da Anunciação, liberta por Dona Carlota, Baronesa de Sergy, da escrava Celuta por D. Carolina Lourenço de Araújo e Urania liberta por Francisco Lourenço de Araújo Jr. As 6 horas da tarde do dia 13, em Salvador, desembarcava de sua visita a Santo Amaro, o 46º batalhão de voluntários para, finalmente, cinco dias depois, ser oficialmente dissolvido.¹⁸

No dia 11 de maio, o Corpo de Polícia, o primeiro que se ofereceu voluntariamente em todo o Império, chegou à Bahia transportado no vapor de guerra Anciota, comandados pelo coronel Joaquim Mauricio Ferreira. Os moradores da rua do Hospício e da Freguesia de São Pedro, em 3 de setembro, festejaram a chegada do 54º batalhão de voluntários. Havia no coreto, música, foguetes e flores. Eram as últimas falanges que depois de acudirem ao apelo do Império estavam de regresso. Pouco a pouco

¹⁷ Jornal Diário da Bahia, Edição de 11 de maio de 1870.

¹⁸ Jornal Diário da Bahia, Edição de 15 de maio de 1870

chegavam as mesmas notícias no interior, produzindo semelhantes festejos em diversas partes da província. Em 30 de março, foi a vez da cidade de Cachoeira que, depois de um Te-Deum, realizado pela Câmara Municipal, desfilou pelas ruas ao som de banda e concorrência do povo que, em cortejo, festejavam o regresso de seus filhos. Uma festa que se espalhou pela Chapada, pelo Sertão chegando à Barra do Rio Grande, na região do Rio São Francisco.

Em ofício confidencial do Ministerio da Guerra, datado de 25 de maio de 1870, respondia, o Barão de Muritiba, a solicitação feita por oficiais, através do presidente da província, pedindo passagens de volta para a Corte a bordo dos transportes que conduziram os voluntários para o Norte. Dizia o Ministro: “declaro a V. Excia que cumpre desviá-los da viagem, porque não podem viajar a custa do Estado e mesmo não convém a sua aglomeração atualmente”¹⁹ Depois da guerra e, apesar da vitória das tropas brasileiras na campanha, a situação do Brasil era delicada. O Império começava a viver um período de agonia que resultaria, 19 anos depois na proclamação da república. Era, então, necessário controlar aquela febre que contagiava as províncias, pois conforme Oliveira Vianna.

“A volta dos voluntários, em especial, era vista como potencialmente perigosa, à paz e segurança pública. O governo do Rio de Janeiro, logo nos primeiros anos depois do conflito, proibia nas cidades o agrupamento de ex-combatentes, fragmentando às unidades e proibindo até mesmo as músicas.”²⁰

Era a política de desmobilização das tropas que representavam um perigo eminente a velha instituição monárquica e que devia ser posto em prática pelo governo imperial e pelas demais províncias. Em 31 de maio de 1870, dirigiram-se, mais uma vez, ao Palácio do Governo provincial, os Voluntários da Pátria, para reclamarem de seus soldos que ainda não haviam recebido, obtendo como resposta não existir dinheiro e o compromisso da Tesouraria que pagaria, infalivelmente, no dia 01 de junho.²¹

José Plínio de Oliveira, praça da Cavalaria de Polícia da província da Bahia, quando rompeu a Guerra contra o Paraguai, nas fileiras de seu batalhão, marchou para o campo de guerra. Tomou parte em diversos combates ficando contuso da perna devido a um tiro em sua coxa. Depois da fadiga de uma guerra, regressar para a sua província, em busca do sossego que merecem os homens que serviram a Pátria, era o único sonho. A

¹⁹ APEB Seção Colonial e Provincial. Avisos recebidos do Ministerio da Guerra. Maço 832

²⁰ VIANNA, Oliveira. O Império Brasileiro (1822-1889) p.p. 125-126.

Campanha havia custado a vida de muitos e, aos sobreviventes, restavam-lhes a reconstrução de suas vidas. Imediatamente ao desembarque, ainda sobre as chuvas de flores que receberam muitos daqueles soldados, Jose Plinio, requereu ao governo a gratificação que tinha direito, a quantia de 300 mil réis, marcados aos Voluntários da Pátria conforme Decreto Imperial. Entretanto negaram-lhe, prometendo-lhe que o mesmo seria reformado e teria uma pensão. Apesar de muito percorrer os trâmites legais para reaver seus direitos, nada lhe foi concedido. O soldado fora esquecido e desprezado enquanto seus padecimentos, cada vez mais visíveis, o impedia de desempenhar qualquer ofício. Recorreu, ainda, ao hospital militar, porem sem obter nenhum atendimento. Paralítico, aquele soldado, já não tinha mais serventia para o Imperio. Era possível ser visto vagando pelas ruas da cidade do Salvador que, sem poder trabalhar, encontrava-se de mão estendida “implorando um pedaço de pão para não morrer a mingua”. E, em uma especie de previsão, sobre o destino da maior parte dos voluntários da pátria, concluia o Jornal Alabama:

“não choreis todas as vossas lágrimas pelas ossadas dos companheiros que se finaram nesse fúnebre necrópole do Paraguai, longe da família. Voluntários da Pátria, reservai dessas lágrimas, as mais amargas, para chorardes, o dia da fome e da miséria, que vos aguarda como prêmio!”²²

A guerra era, agora, para muitos, a de luta pela própria sobrevivência. Era necessario recompor a vida, a qual, por mais que houvesse beirado a da miséria antes da guerra, haviam atendido ao apelo do governo não somente como demonstração de abnegação ao pais e, sim, principalmente, mediante a recompensa que lhes garantiriam mudanças em suas vidas. A desmobilização das tropas, com efeito, foi a primeira atitude a ser rapidamente posta em pratica, para que os bandos de soldados de regresso não pudessem colocar em perigo a ordem social do Imperio.

Cobravam aqueles homens pelos serviços prestados à Nação sem, entretanto, obter das autoridades a devida atenção no cumprimento das promessas e da propria lei que havia criado os corpos de voluntários. José Argemiro de Carvalho, tenente honorário do Exercito, chegando em 11 de maio de 1870, dirigido-se à presidência da provincia, através de ofício, disse achar-se sem meios para obtenção de sua subsistência e pedia para ser adido

²¹ Jornal O Alabama edição de 01 de junho de 1870.

²² Jornal O Alabama edição de 11 de janeiro de 1871

ao 14º batalhão de Infantaria, como ocorreu com alguns de seu companheiros²³ Como resposta obteve uma negativa por não existir vaga.

Eliseu Dantas Bacellar, também tenente honorário do Exército e o cadete Voluntário da Pátria, Porfílio Dantas Bacellar que, também haviam se oferecido para marchar para a Campanha do Paraguai, na Vila do Inhambupe, pediam ao governo que lhes fossem entregues as posses das terras que, naquela Vila, foram oferecidas aos 20 voluntários que primeiro se apresentassem para a guerra. Como prova apresentavam junto com seus ofícios o documento onde, registrado em cartório, importantes cidadãos daquela Vila comprometiam-se em doar tais braças de terras para aqueles que dali partissem. Em outro ofício, Elizeu Dantas Bacellar pediu, ainda, um lugar no Corpo Policial da província, aproveitando-se da nova organização que passava aquele corpo. Havia partido com o 4º Corpo de Voluntários da Pátria que tomou a numeração de 24º no Paraguai como 2º Sargento, em 17 de julho de 1865, demorando-se no sul até 3 de fevereiro de 1870. Recebeu diversas medalhas como o de Cavaleiro da Ordem da Rosa e comendador e a de mérito militar. Achava-se agora, pobre, com duas irmãs e mãe para sustentar, sem emprego ou ofício por onde pudesse ganhar para sua subsistência.²⁴

Como, de imediato, teve o governo provincial de completar os quadros do Corpo de Polícia, que provisoriamente permaneceu na província, substituído por guardas nacionais, os primeiros pedidos foram atendidos. Os seguintes tiveram, contudo, como resposta do governo a promessa de que quando houvesse vagas prontamente seriam atendidos os suplicantes em seus pedidos.

Eram promessas feitas por proprietários de terras de socorrer as famílias de moradores de seus terrenos que se alistassem pelo tempo que durasse a guerra ou a de ceder propriedades dos sítios em que moravam, aqueles rendeiros que falecerem na guerra, em favor de suas respectivas famílias, como declararam os senhores comandantes superiores Francisco Borges de Carvalho, Eliseu Muniz Barreto e Marcos Leão Velloso, que dariam 50\$000 a cada um de seus agregados que se alistarem, além da concessão de terrenos para residirem, sem ônus algum, durante toda a vida a seus familiares. O Major Serafim Pinto de Souza, prometeu a quantia também de 50\$000 e morada, independente de ônus, a cada um de seus agregados da Fazenda Tigre, na Freguesia do Apora, sendo a concessão da morada

²³ APEB. Seção Colonial e Provincial. Guerra do Paraguai. Maço 3673.

enquanto durasse a guerra. O Sr. Agostinho Alves Pinheiro, prometeu que faria a doação de cinco tarefas de terras na Fazenda Cabeça de Porco, a cada um de seus agregados, fazendo o mesmo o tenente Januario Machado de Faria, oferecendo 2 tarefas de terras e a quantia de 20\$000. Declarou, ainda, em combinação com outros proprietário, o Sr. Justino Leão Velloso, que punha a disposição do governo 300 braças de terras, de sua Fazenda Mimoso, no mesmo município do Inhambupe para 20 voluntários que se apresentassem.

Na mesma ocasião disponibilizaram os vigários daquela Vila e da Freguesia do Aporá, respectivamente Antônio Lourenço Boaventura e João José Barbosa, parte de suas rendas paroquiais aos que se alistassem. Depois da guerra e em circunstâncias diversas dos anos iniciais do conflito, muitas dessas promessas não foram cumpridas, tendo os voluntários e familiares que recorrer ao governo provincial para que fossem, aqueles fazendeiros, obrigados a cumprirem com seus votos.²⁵

O retorno para a província da Bahia ocorria em um período de dificuldades econômicas para a província, ainda, agravada com a estiagem que espalhou terrível seca desde o município de Feira de Santana a Itapicuru e o aparecimento da praga que atacou a produção de cana-de-açúcar, na década de 1870. Em estudo referente ao desempenho econômico da província, no século XIX, Rômulo de Almeida, apresenta o seguinte quadro para o século.

“podemos representar esse período da história da Bahia pôr uma alta no início do século, uma baixa nas décadas de 1820 e 1830, uma recuperação em meados no século (década de 1840 e 1850), logo interrompida, uma breve recuperação no início dos anos 1860 e em seguida uma queda, com a Guerra do Paraguai, até 1890”²⁶

Muitas das solicitações dirigidas ao governo provincial, no entanto, não foram atendidos, em meio a burocracia que se criava em torno das determinações do Ministério da Guerra levando, quase sempre, os suplicantes a dirigir-se ao governo imperial na tentativa de obter resultado para suas suplicas. Francisco Torquato de Oliveira, 1º sargento do extinto 41º Corpo de Voluntário da Pátria, não podendo trabalhar em consequência de ferimentos sofridos na Campanha, em 1868, pediu uma pensão mensal ao governo provincial assim como para que fosse avaliado por uma junta medica que comprovasse o

²⁵ APEB. Seção Colonial e Provincial. Guerra do Paraguai. Maço 3673

²⁶ APEB. Seção Colonial e Provincial. Guerra do Paraguai. Maço 3673.

seu estado, todavia obteve como resposta, em 19 de janeiro de 1871, não ser da competência da presidência tal atribuição.²⁷

Quando lhe foi perguntado porque não requeria indenização ao governo, alegando os seus serviços prestados na guerra, respondeu o voluntário Roque José Pereira: “Se na Corte nada alcancei, quanto mais aqui, onde as dificuldades duplicam-se,” e quanto a justificativa para ter o governo cumprido a promessa com os voluntários da brigada que voltou da guerra, dizia o mesmo:

“foi diante da atitude de 3 batalhões reunidos, compactos, aos quais não convinha desgostar; foi porque, remunerando a 3 batalhões de uma vez, fazia alarde e ostentação, o que não acontece com miseros soldados, mandados de um a um para suas provincias, que não dão na vista, e estes vem sem terem o que comer”²⁸

Este soldado havia servido no batalhão de numero 29, entrado em três grandes combates e ferido, em 21 de dezembro, em Lomas Valentinas, com dois tiros na perna, deixando-o impossibilitado de sobreviver sem a ajuda do governo. Trazia no peito o hábito de Cristo, condecoração como bravo, a qual não passou de amarga ironia, porque, mesmo assim, foi obrigado a puxar carroça para não morrer de fome.

O governo provincial não pode conceder passagem para os oficiais que tentassem dirigir-se diretamente à Corte, ficavam estes ainda mais à mercê dos governos locais que, como intermediários do governo imperial, somente através deste, podiam recorrer ao poder central. Colombiano Cândido Rodrigues, tenente honorário do Exército, achava-se inutilizado em consequência dos ferimentos sofridos em combate no Paraguai, onde permaneceu por 5 anos e não podia ganhar os meios de vida. Dessa forma, pedia a continuação do pagamento de seu soldo de conformidade com o Aviso Circular do Ministerio da Guerra de 12 de fevereiro de 1869. O referido tenente foi, por despacho da presidência de 20 de outubro de 1870, inspecionado por uma junta medica militar, a qual julgou-o incapaz do serviço do Exército, possuindo

²⁷ ALMEIDA Rômulo de. *Traços da história econômica da Bahia...* p. 9-10.

²⁸ APEB Seção Colonial e Provincial Guerra do Paraguai. Maço 3675

²⁸ Jornal O Alabama edição de 18 de março de 1870.

“larga cicatriz sobre a região temporal esquerda com perda de subsistência óssea proveniente de bala de fuzil, acusando sofrer ataques periódicos cerebrais, sendo duvidoso informar que possa ganhar os meios de subsistência.”²⁹

Por último, informava o Inspetor da Tesouraria de Fazenda da província, em 28 de dezembro do mesmo ano, que a pretensão do suplicante não podia ser atendida pelo governo geral, pois havia voltado a província com o batalhão 41º de Voluntários da Pátria, que foi dissolvido em 17 de maio do corrente ano, achando-se, assim, desligado do Exército e não lhe podia aproveitar o Aviso do Ministério da Guerra, que se referiu em seu ofício.³⁰

As dificuldades em se dirigir ao Governo na Corte eram de todas as ordens, esbarrando-se, frequentemente, na burocracia que, combinada com o estado de miséria de muitos suplicantes, tornava quase impossível a obtenção do que se achavam de direito. Caetana Maria de Araújo, viúva, pobre e mãe do voluntário da pátria, morto no combate, de Lomas Valentinas, procurou obter através de requerimento, dirigido ao Governo Imperial uma pensão, todavia foi informada pelo Comandante das Armas que, para recorrer a tal pensão, deveria juntar documentos, tais como a folha corrida, justificação perante o juízo dos fatos, da identidade da suplicante, certidões tiradas das secretarias dos Ministérios da Guerra e Justiça, além de outros, o que deixava de satisfazer pois, carregada de filhos e reduzida ao estado de quase mendicância não podia pagar pelos documentos exigidos. Teve, então, Caetana Maria de recorrer a presidência da província, pedindo-lhe uma esmola dos dinheiros recolhidos a Caixa Econômica, destinados ao amparo e auxílio das famílias pobres dos voluntários, mortos em combate, para, dessa forma, então, poder requerer o seu direito.³¹ Era, todavia, parte de uma burocracia desenvolvida antes mesmo do final da guerra, na qual a exigência de tais documentos deixavam desamparadas muitas famílias, ainda, durante o curso da guerra.

Maria Joaquina de Santana, residente na Vila de S. Sebastião de Marahu, também pediu ao Ministério dos Negócios da Guerra uma pensão, alegando que seu filho o 2º sargento do 32º corpo de Voluntários da Pátria, Antônio da Silva Porto, faleceu em combate, no dia 22 de setembro de 1866. Exigia da peticionária a remessa para a secretaria de Estado, em original os documentos seguintes: folha corrida, certidão de batismo,

²⁹ APEBa. Seção Colonial e Provincial. Guerra do Paraguai. Maço 3673.

³⁰ APEB. Seção Colonial e Provincial. Guerra do Paraguai. Maço 3673.

³¹ APEB. Seção Colonial e Provincial. Guerra do Paraguai. Maço 3673.

certidão de assentamento de praça, provas de que faleceu ainda solteiro e que a alimentava, certidão das Secretarias de Estado do Império e da Guerra, declarando se havia a suplicante recebido algum tipo de ajuda e, finalmente, certidão de que nenhuma quantia recebera pelos cofres públicos. Com exceção da certidão de batismo, era possível, na própria Corte, obter-se todas as demais informações solicitadas pelo próprio Ministério, pois, juntos com os voluntários, recrutados e designados eram encaminhados documentos contendo tais informações.³²

Em pior circunstâncias ficaram os escravos e libertos que retornaram da guerra. A condição de coadjuvantes na libertação da pátria ultrajada não foi suficiente para fazer dos escravos fúgtivos, homens de condição livre. Na Corte e na província de Minas Gerais, noticiavam os jornais casos em que voluntários de regresso eram amarrados como escravos fúgtidos. Certamente, estavam de volta para as suas respectivas províncias, acreditando no importante papel que desempenharam na Campanha, não levando em conta a condição de, ainda, serem escravos e de serem reclamados por seus antigos donos, depois de serviços militares prestados por cinco anos.

Na Bahia, foi possível encontrar casos semelhantes. Simão, um crioulo, natural da cidade de Maragogipe, foi escravo de Manoel Anselmo que, em função de dívidas havia sido cedido ao Coronel Tintas, do município de Nazaré. Quando rompeu a Guerra contra o Paraguai, Simão, com profissão de cozinheiro, utilizando o nome falso de José Felix, alistou-se no batalhão Princesa Leopoldina. Durante o período em que estava organizando o dito batalhão, andava pela cidade com o uniforme de voluntário, sem ter sido apontado ou conhecida a sua condição de cativo, assim como o próprio governo provincial não tivera o cuidado de verificar a sua identidade, alistando-o nas fileiras dos defensores da Pátria. Terminada a guerra e de volta para a Bahia, no corpo do 40º de Voluntários da Pátria, empregou-se como cozinheiro de um navio de transporte de passageiros que se achava em conserto em Itapagipe. Dias depois, apareceram alguns homens e, munidos de cordas, prenderam-no. Somente com a chegada do subdelegado da Freguesia da Penha, que mandou tirar-lhe as cordas, o caso foi examinado. Os indivíduos que praticaram tal atitude não dispunham de documentos que pudessem provar o motivo de tal prisão, passando o subdelegado a exigir a comprovação da posse do cativo de Simão. Pedindo para ser

³² APEB. Seção Colonial e Provincial. Avisos recebidos do Ministério da Guerra. Maço 831

conduzido para a prisão pública, Simão, aproveitou-se de sua transferência e, chegando a Baixa dos Sapateiros, conseguiu evadir-se dos soldados que o conduziam.

Em Minas Gerais, com o nome de Joaquim Soares do Bomfim, utilizado em substituição ao seu verdadeiro, José Maria, também escravo, alistou-se e partiu para a guerra na fronteira, tornando-se, no Paraguai, herói e recebendo como recompensa três condecorações, o que, incontestavelmente, provava a sua distinção. Terminada a Campanha de volta a sua terra natal, mesmo com a farda militar e as medalhas que sustentava no peito foi preso pelo cidadão Francisco Vieira Machado, como o seu escravo e metido em ferros. É provável que, se recapturado, o escravo baiano Simão tenha tido o mesmo destino de José Maria.³³

O estado a que ficaram reduzidos a maior parte dos voluntários não era muito diferente. Homens que nenhuma recompensa tiveram em defender, com seu próprio sangue, a pátria vilipendiada e que não pouparam seus esforços em uma guerra que não lhes pertenciam. No trapiche da Barra, entre os homens alugados à Companhia Baiana, que trabalhavam como carregadores de mercadorias e remadores de canoas, conduzindo passageiros para bordo dos vapores, encontrava-se um soldado que, ainda muito jovem sentou praça no Corpo Policial, onde conseguiu ocupar o cargo de cabo, segundo e primeiro sargento e muitos anos depois, a 13 de março de 1865, embarcou para o Paraguai, no posto de vago mestre, comandado pelo major Carlos Cirilo de Castro. No Rio de Janeiro, foi nomeado alferes por antiguidade e bons serviços prestados; em junho, seguiu para o Uruguai e dali para o Exército em direção do Passo da Pátria, atravessando Entre Rios e Corrientes; tomou parte no combate de 2 de maio, ataque de 20 e batalha de 24 de maio, conduzindo o estandarte do Exército. Estava outra vez em combate em 16 e 18 de julho de 1866, no dia 10 de setembro, seguiu para Curuzu, e tomou parte no ataque de Curupaiti; em princípios de julho de 1867, depois de ser nomeado tenente dois meses antes, voltou para Tuiuti. Chamava-se Manoel da Cunha Mesquita, Cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa e Porta Estandarte na batalha de maio de 1866. De volta para sua província, desempenhava a função de simples servente, entre escravos, forma encontrada para não ver seus filhos e mulher morrerem de fome.³⁴

³³ Jornal O Alabama edição de 20 de agosto de 1870.

³⁴ Jornal O Alabama edição de 17 de setembro de 1870

Estavam entregues a toda sorte não somente as tropas, como também as famílias dos voluntários que seguiram para o Paraguai. Dificuldades que chegavam, até mesmo, aos extratos médios de uma sociedade escravista, muitas vezes, em melhor condições para negociarem sua sobrevivência. D. Etelvina Mendes de Amorim, viúva do Dr. Francisco Mendes de Amorim, 1º cirurgião do Exército, reclamava da falta de meios de subsistência e tinha, ainda, em sua companhia seu filho legítimo de nome Pedro Mendes de Amorim, com dez anos de idade, para o qual pediu a dita viúva, ao governo provincial, em agosto de 1873, que o mesmo fosse admitido na companhia de menores do arsenal de guerra. Seu marido havia morrido na campanha, em 23 de junho de 1866, na cidade de Corrientes, de febre, segundo ofício do comando em chefe do primeiro corpo do Exército em operações. Havia decorridos sete anos desde a morte de seu marido e sua situação pouco se alterara, desde então, sem contar com ajuda do governo imperial. Apresentava, em 1873, a ordem do dia que comprovava a morte do seu marido e, junto, a certidão de batismo de seu filho assinado pelo vigário Raymundo José de Mattos da Freguesia de S. Pedro, para ser atendida em seu pedido, sem contudo, obter êxito em sua pretensão.³⁵

Para atender aos pedidos de melhor prover suas vidas e de suas famílias, quase sempre, adicionavam aos requerimentos a fê de ofício do suplicante a qual, devia servir de prova sobre a participação e seus feitos na guerra sem, entretanto, resultar, necessariamente, no atendimento dos suplicantes. Manoel Joaquim de Castro, assentou praça em 4 de março de 1865, apresentando-se na província da Bahia, no batalhão de número 23, foi promovido ao posto de alferes, em 29 de abril do mesmo ano, embarcando para o Rio Grande do Sul a 6 de julho e desembarcando na cidade do Rio Pardo, marchou para São Borja, chegando em 20 de outubro, permanecendo até 31 de dezembro e, no ano seguinte, foi incluído no batalhão de número 32 do Corpo de Voluntários. Fez a marcha do Rio Uruguai e a marcha do estado argentino até chegar à margem do Rio Parana. Seguiu para Curuzu, tomando parte no combate do dia 3 de setembro, no de 23 do mesmo mês em Curupaiti e assistiu a todo o bombardeamento de Curuzú. Baixou no hospital do Cerrito, em 6 de janeiro de 1867, onde permaneceu por 15 dias, sendo depois transferido para o 34º corpo de voluntários. Foi preso por ordem do tenente general comandante do 2º corpo, a 20 de outubro, por deserdar um praça sob seu comando. Mesmo preso, tomou parte na batalha, de

³⁵ APEB Seção Colonial e Provincial. Guerra do Paraguai. Maço 3673

3 de novembro de 1867 e foi elogiado pelo comandante do batalhão 36º. Seguiu com o Exército para ocupar Curupaity sendo, em 3 de julho, promovido a tenente, fazendo parte das forças que sitiaram Humaitá até a rendição inimiga, refugiada no Chaco. Marchou de Humaitá para Surubicui, tomando parte no assalto das trincheiras do Rio Paraguai, fez a passagem do mesmo rio, participando de outros combates até chegar, em 19 de novembro, as trincheiras de Angustura, fazendo a passagem do Rio para chegar na ponte do Itororó, tomou parte na batalha de Lomas Valentinas, tudo no mês de dezembro, na ocasião em que foi recomendado por bravura pelo capitão Jacinto Correa da Silva Botenely que assumiu o comando do Corpo. Marchou em perseguição ao inimigo para o Patreiro Marmore, e de Veleta para Assunção e dali para Luque, contornando as disposições do inimigo nas cordilheiras, em 1º de agosto de 1869, assistindo ao combate de Sapucahy. Pelos relevantes serviços prestados nos combates de 11 e 21 de dezembro, recebeu a medalha do Mérito Militar. No vapor São José embarcou para o Brasil, em 9 de julho, chegando em Montevideu e transferindo-se para o vapor Dona Isabel, desembarcando em Santa Catarina para embarcar novamente, em 1º de agosto e desembarcar na Corte do Imperio, no dia 3 do mesmo mês. Por Decreto Imperial, foi agraciado com a medalha geral da Campana do Paraguai e, por outro decreto, foi concedido o posto de tenente honorário do Exército e também agraciado como Cavaleiro da Ordem de Cristo. Finalmente, desembarcando na Bahia, em 5 de setembro de 1870.

Como tenente honorário do Exército, aos 34 anos de idade, casado, com filhos ainda menores, na qualidade de voluntário de pátria e achando-se desempregado, solicitou, ao governo, ser nomeado oficial do Corpo de Polícia da cidade do Salvador ou, até mesmo, agrega-lo ao mesmo, caso não houvesse alguma vaga. Para tal acrescentou sua fê de ofício na qual, constava toda a informação acima apresentada. Todavia, solicitando o presidente da província informações sobre o referido tenente ao comando do quartel do 14º batalhão de Infantaria no Forte de São Pedro, em novembro de 1870, teve seu pedido indeferido por informar, o Comandante Manuel da Cunha, não conhecer o suplicante e suas qualidades militares para ajuizar, se era ou não conveniente ao serviço a sua inclusão no Batalhão.³⁶

Entretanto, sempre era possível dar-se uma solução para atender as solicitações, cujos requerimentos vinham acompanhados por pedidos de autoridades que ocupavam

³⁶ APEB. Seção colonial e provincial. Guerra do Paraguai. Maço 3673.

funções de destaque na sociedade. Em carta particular pediu, o Arcebispo Conde de São Salvador, ao presidente da província, que o tenente honorário do Exército, Aureliano Pereira da Silva Guimarães, cunhado do mesmo provisor, fosse atendido em sua pretensão de ser nomeado para o emprego de professor do Arsenal de Guerra da província. Em satisfação ao pedido do Arcebispo, declarou o presidente de ter sido o citado tenente nomeado interinamente como pedagogo, cuja nomeação prometeu submeter na mesma ocasião, à consideração do Ministro da Guerra, a quem competia a atribuição da nomeação definitiva.³⁷

Eram todas as espécies de pedidos feitos pelos ex-combatentes, os quais passaram para a história da Guerra como sujeitos resmungões. Simples pedidos de muletas, como requereu, em ofício, Laurentino Pereira Paes, 2º sargento reformado do Exército, em consequências de ferimentos na guerra onde perdeu a perna esquerda ou ate passagens em transportes para sua região de origem, como pediu ao governo o capitão Liberato Caffê, morador na Vila do Remanso de onde marchou como alferes sob o comando do capitão da Guarda Nacional Joaquim da Rocha, regressando no 41º corpo de voluntários, sendo, em suas pretensões, o primeiro deferido e ao segundo negado, porque as ordens do Ministério da Guerra eram o de apenas facilitar os meios de condução as praças e não aos oficiais, como era o suplicante, por supor aquele ministério que oficiais não eram privados de recursos para tal natureza.³⁸ Todavia parece evidente não ser de inteira verdade o que alegava o Ministério. O Bacharel Casimiro Pereira de Castro, Major de Voluntários da Pátria, depois de chegar da Corte, vindo do Paraguai, pediu que lhe fosse pago o soldo e etapa do mês de novembro, não recebido no Rio de Janeiro, assim como o soldo e etapa do mês de dezembro e de janeiro próximo, a fim de se preparar para continuar a sua viagem de regresso até Carinhanha, de conformidade com o Decreto datado de 14 de julho de 1870, que mandava abonar o suplicante com soldo e etapa até chegar ao lugar de seu destino. Dizia ainda, o major, que o resto de dinheiro que lhe cabe não chegara nem para a metade dos preparativos e despesas indispensáveis para uma viagem de mais de 140 léguas – por terra.³⁹

³⁷ APEB. Seção colonial e provincial. Guerra do Paraguai. Maço 3675.

³⁸ APEB. Seção colonial e provincial. Guerra do Paraguai. Maço 3673.

³⁹ APEB. Seção colonial e provincial. Guerra do Paraguai. Maço 3673

Durante a guerra, negava o Governo Imperial a existência de involuntários levados à força, posteriormente, com o fim do conflito, quando teve de pagar as gratificações que tinham os voluntários da pátria, conforme a lei, para não atender muitos dos pedidos, passou a admitir a existência de outras formas empregadas na aquisição de soldados, pois, assim, não necessitava atender as exigências dos soldados incorporados independentes da lei que criava os batalhões de voluntários.

Bernardino de Senna, soldado do 18^o batalhão de Infantaria, para poder satisfazer o despacho do Sr. Conselheiro Ministro da Guerra, publicado no Diário Oficial nº 13 de 17 de 1875, teve que pedir a presidência da província que, pelo comando superior da Guarda Nacional, da cidade de Santo Amaro, lhe fosse passado por certidão, se o suplicante, quando designado para o serviço da guerra, foi como praça do 24^o batalhão da mesma guarda, em julho de 1869, apresentando-se voluntariamente ou se fora a isso coagido ⁴⁰

Para muitos que sobreviveram à guerra e, depois de retornarem para suas respectivas províncias, não significava, o imediato regresso para o seio de seus familiares, muitos, impossibilitados, por terem que recorrer ao governo central o que somente podiam fazer da Capital, antes de percorrerem a jornada para suas casas nas longínquas partes do interior da província outros impedidos pelo fato de não haverem cumprido o tempo determinado de serviço. Eram comuns os pedidos de licença dos soldados de regresso para que pudessem cuidar de negócios da família, no interior, como fez, em 8 de maio de 1873, Jose Zacarias de Santana, soldado do antigo Corpo 43^o de Voluntários da Pátria, adido a companhia de inválidos da província e destacado na Fortaleza da Gamboa que, desde fevereiro de 1870, encontrava-se na Capital vindo da Guerra, sem, todavia, poder rever sua mãe e irmãs que viviam fora da Capital. Solicitou ao presidente da província três meses de licença com todos os seus vencimentos para ir à Vila de Alagoinhas ver sua referida mãe que se achava doente, tendo sido atendido, em sua aspiração, somente por não ter o suplicante obtido licença alguma durante o tempo que serviu e também em vista de sua boa conduta, segundo informou o capitão comandante Cristovão Jose. ⁴¹

As licenças, por motivos urgentes provenientes de negócios domésticos ou particulares, eram concedidos aos praças pelo respectivo comandante, com soldo e etapa e

⁴⁰ APEB. Seção Colonial e Provincial. Guerra do Paraguai. Maço 3673.

não excediam três dias de cada mês, segundo preceituavam os incisos 4º e 5º do decreto nº 3579 de 3 de janeiro de 1866. As licenças, porém, por motivos de moléstias ou necessidade de tempo por convalescença comprovada com inspeção de saúde, poderiam ser concedidas pela presidência até o prazo de três meses dentro do ano com soldo e etapas pagos.

O passar do tempo não aliviou o sofrimento daqueles que tinham na memória os horrores da guerra e os dias de batalhas em terra estrangeira. A medicina da guerra estava reduzida à mutilação dos soldados feridos os quais eram possíveis serem encontrados pelas ruas da cidade, alguns mendigando em trapos, carregando sob o peito medalhas de reconhecimento de sua bravura e, outros poucos que tiveram a felicidade de ocupar cargos públicos, executando tarefas diárias no Arsenal de Guerra, como pedreiro no Passeio Público da cidade ou como porteiros de repartições públicas da Capital e do Interior.

Marcolino José Dias que, na Campanha do Paraguai, alistou-se no batalhão de Zuavos Baianos, como sargento que era da Guarda Nacional, voltou como capitão e comendador da Ordem do Cruzeiro. Depois de algum tempo, foi nomeado porteiro da Biblioteca Pública e ficou conhecido pelos seus atos de bravura na guerra na capital da província e, todos os anos, comemorando a sua volta para a Bahia, mandava celebrar missa em ação de graças e, à noite, realizava um baile em sua residência, onde recebia os convidados em seu traje de gala.⁴² Até sua morte, em 20 de fevereiro de 1888, todos os dias, em frente à Biblioteca, cumprimentava os que a ela se dirigiam e contava suas proezas aos meninos que, admirados, ouviam atentos suas histórias.

Uma correspondência enviada ao presidente da República, em 21 de fevereiro de 1916, pelo Sr. Antônio da Costa Ferreira, pedia em nome da “sã política racional orientada para a confraternização dos povos”, a suspensão das festas comemorativas dos aniversários das batalhas de Tuiuti e Riachuelo, “o que de nenhum modo significará o desconhecimento do alto valor dos serviços patrióticos.”⁴³ E, como sugestão, propunha a designação de um único dia para que, anualmente, pudessem em todos os recantos do país, ser celebrada a gratidão aos que “honraram o nome brasileiro.” Não possuía, contudo, a

⁴¹ APEB. Seção Colonial e Provincial. Guerra do Paraguai. Maço 3673.

⁴² VARELLA, João. *Du Bahia que eu vi*. Salvador: Tipografia do Povo, 1935. p.p 13-14.

⁴³ Fundação Biblioteca Nacional. DRD/ Divisão de Informação Documental. Manuscrito Requerimento ao Presidente da República pedindo a abolição dos festejos comemorativos pela vitória brasileira nas batalhas de Tuiuti e Riachuelo. São Félix, Ba. 21 de janeiro de 1916, 2f., impresso com assinatura autografadas.

Bahia, relações internacionais com o Paraguai tão próximas, que pudessem ferir com as comemorações dos soldados baianos a integridade da república vizinha, ao ponto de ser levado ao chefe maior do Estado brasileiro tal preocupação. O que de fato pretendia, naquele ato, o Sr. Ferreira era o de reduzir os espaços propícios aos apelos dos soldados que, mutilados e maltrapilhos, transformavam tais dias em protestos quanto à condição em que ficaram reduzidos os veteranos Voluntários da Pátria que, 50 anos passados, pegaram em armas para defesa do país e, como heróis ignorados, viviam esquecidos, percebendo soldos que nem lhes davam para o próprio sustento. Para muitos, quando lhes permitiam as forças, e conseguiam uma passagem do interior para a capital, procuravam a Delegacia Fiscal em busca de soldo ou restavam-lhes esperar as datas comemorativas da Guerra do Paraguai, para apresentarem-se em frente às autoridades e toda a sociedade as lembranças que carregavam em seus corpos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre a participação da Bahia na Guerra do Paraguai está compreendido na história regional em consonância com a história social que propõe a compreensão do discurso produzido pelos diferentes agentes de uma mesma sociedade capaz de recompor um determinado momento da história.

A história dos “Involuntários da Pátria”, baianos que participaram da guerra, seja nas tropas de voluntários, designados pela guarda nacional ou recrutados à força, podem ser identificados como agentes históricos envolvidos no conflito desde o seu engajamento, embarque e suas ações na Campanha.

A análise da guerra e seu curso na província da Bahia também pode ser compreendida pela participação indireta, de seus familiares que permanecendo em sua província, no cotidiano, enfrentaram as dificuldades naturais daqueles que, abandonados, desenvolvem estratégias para impedir o embarque dos seus, denunciando nas páginas de jornais, recorrendo em petições, ofícios, súplicas, exigindo mudanças em suas vidas, recorrendo ao governo e à sociedade em geral, expondo suas fraquezas e debilidades de mulheres honestas, filhas honradas, viúvas, mães e pais de avançada idade sem provento de nenhuma espécie, desamparados em função da perda de seu único sustento, para a defesa da pátria.

A guerra foi também de mulheres que, sem esperar o desenrolar do conflito, partiram junto com seus filhos ou lutaram contra as forças enraizadas de uma sociedade patriarcal, dissimulando, escondendo, corrompendo, mentindo para chamar a atenção da sociedade quanto às suas reivindicações. Estavam também no anonimato dos conventos, costurando camisas e calças, confeccionando cartuchos, mochilas, educando filhos de voluntários.

A guerra não é apenas aquela concebida pelos homens que, conduzindo o destino político da província, faziam com que suas exigências fossem atendidas. A vitória ou a derrota nas eleições nas diversas partes da província estiveram, muitas vezes, subordinadas ao poder de negociação e dos mecanismos utilizados pelas autoridades que desrespeitavam o código de leis sobre o engajamento de praças, fazendo do recrutamento de seus opositores uma importante arma para a manutenção de seus poderes.

A Bahia foi, das províncias do Império, a que mais contribuiu com soldados para a guerra, resultado de vários fatores e apresentado, frequentemente, pela historiografia baiana como resposta ao patriotismo que marcava a província desde a campanha de independência, em 1823, do Brasil, por resistir a opressão e tentativa de recolonização portuguesa. Entretanto é possível a identificação de outras forças que colaboraram para tal participação. Registramos a existência do poder político local que, influiu nos negócios da província, permitiam o atendimento das exigências do poder central na província, remetendo soldados ou adotando estratégias para o não cumprimento de suas obrigações, fazendo valer o poder regional em oposição ao desempenhado pela presidência da província e principais autoridades a que estavam subordinados ou, mesmo, desafiando o poder do próprio Império no Rio de Janeiro.

A constituição dos Batalhões denominados Voluntários da Pátria, permitiu o engajamento de muitos soldados atraídos pelas vantagens oferecidas pelo decreto que os criavam e, em momentos de secas prolongadas ou cheias que danificavam plantações, estragando roças, matando pequenas criações destinadas para a manutenção de famílias, impeliram muitos homens a se engajarem nas tropas vítimas das circunstâncias a que estavam reduzidos.

A guerra também contou com o oferecimento patriótico de homens de vida militar, que ostentavam o status de cidadãos brasileiros comprometidos com a construção de sua pátria, apresentando-se nas fileiras de voluntários, jovens entusiasmados com a aventura de descobrirem lugares diferentes daqueles que estavam acostumados, encantados com o mar, com a Capital do Império, com as demais províncias que formavam o vasto território brasileiro. Desenvolvendo laços de solidariedade dispostos em defender a pátria ultrajada, mas cientes de que podiam obter vantagens política e social, ao serem reconhecidos como heróis de volta para suas casas.

A Bahia enviou, aproximadamente, durante o curso da guerra 18.000 soldados, influenciando, temporariamente, setores produtivos de subsistência na província, principalmente no interior, devido ao medo que fazia os homens se embrenharem nos matos e no sertão para não seguirem o destino de muitos desaparecidos que, sem deixarem pistas, muitos, provavelmente, foram arrastados à força para a guerra no sul do Império.

Assim, diante de uma guerra para qual foi preciso articular setores diferentes de uma mesma sociedade, é possível não apenas investigar a história da Campanha contra o Paraguai em sua totalidade, mas através da compreensão de aspectos peculiares e localizados, melhor poder responder a questões gerais sobre a guerra e como participou a província da Bahia do conflito.

FONTES

MANUSCRITOS

1.1. Arquivo Público do Estado da Bahia

Seção Colonial e Provincial

Correspondência ao Imperador

Maço 649 (1860-1868)

Maço 649-1 (1826-1889)

Maço 650 (1869-1889)

Correspondência para o Governo Imperial - Registros

Maço 704 (1860-1864)

Maço 705 (1861-1864)

Maço 706 (1863-1865)

Maço 707 (1864-1870)

Maço 708 (1865-1870)

Maço 709 (1861-1873)

Maço 711 (1861-1874)

Maço 712 (1847-1875)

Maço 715 (1853-1881)

Maço 718 (1853-1882)

Maço 721 (1865-1885)

Maço 730 (1867)

Maço 731 (1867)

Maço 732 (1867)

Maço 733 (1867-1868)

Maço 734 (1867-1868)

Maço 735 (1868)

Maço 736 (1868)

Avisos recebidos dos Ministérios Imperiais - originais.

Maço 761 (1864)

Maço 762 (1865)

Maço 763 (1866)

Maço 764 (1867)

Maço 765 (1868-1869)

Maço 766 (1870)

Ministerio da Guerra.

Avisos Recebidos do Ministério da Guerra - Originais.

Maço 827 (1864)

Maço 828 (1865)

Maço 829 (1866)

Maço 830 (1866-1867)

Maço 831 (1868-1869)

Maço 832 (1870)

Ministério dos Negócios do Império.

Avisos Recebidos do Ministério dos Negócios do Império - Originais.

Maço 865 (1864)
Maço 866 (1865)
Maço 867 (1866)
Maço 868 (1867)
Maço 869 (1868-1869)
Maço 870 (1870)

Ministério da Marinha.

Avisos Recebidos do Ministério da Marinha.

Maço 940 (1863-1864)
Maço 941 (1865)
Maço 942 (1866)
Maço 943 (1867)
Maço 944 (1868-1869)
Maço 945 (1870)

Atos do Governo da Provincia.

Maço 975 (1864)
Maço 976 (1865)
Maço 978 (1866)
Maço 979 (1866)
Maço 980 (1866)
Maço 981 (1867)
Maço 982 (1867)
Maço 983 (1867)
Maço 984 (1867)
Maço 985 (1868)
Maço 986 (1868)
Maço 987 (1868)
Maço 988 (1869)
Maço 990 (1869)
Maço 992 (1870)
Maço 993 (1870)
Maço 994 (1870)

Sociedades.

Sociedade Beneficiente 2 de dezembro

Maço 1575 (1868)

Escravos.

Ofícios sobre compra de escravos.

Maço 2868 (1867-1868)

Compra e venda de escravos para a Guerra do Paraguai.

Maço 2870 (1867)

Registro de Leis e Resoluções.

Maço 2907 (1859-1868)
Maço 2921 (1862-1867)
Maço 2922 (1968-1870)

Série Policia. (chefes de Policia)

Maço 2958 (1848-1866)

Maço 2959 (1864-1866)

Maço 2960 (1866)

Maço 2961-1 (1868)

Arsenal de Guerra.

Maço 3324 (1855-1867)

Maço 3325 (1850-1868)

Maço 3326 (1859-1868)

Maço 3327 (1834-1868)

Maço 3328 (1869)

Maço 3329 (1855-1870)

Maço 3330 (1842-1871)

Maço 3333 (1833-1874)

Maço 3334 (1849-1874)

Maço 3335 (1840-1875)

Maço 3337 (1845-1877)

Maço 3339 (1830-1879)

Maço 3340 (1864-1879)

Maço 3343 (1832-1883)

Maço 3344 (1851-1883)

Maço 3345 (1851-1883)

Maço 3346 (1839-1884)

Maço 3349 (1845-1886)

Maço 3350 (1836-1888)

Maço 3351 (1865-1888)

Maço 3352 (1855-1889)

Maço 3353 (1849-1889)

Quartel General do Comando das Armas.

Maço 3408 (1864)

Maço 3409 (1864)

Maço 3410 (1837-1865)

Maço 3411 (1857-1865)

Maço 3412 (1837-1866)

Maço 3413 (1866)

Maço 3414 (1848-1867)

Maço 3415 (1866-1867)

Maço 3416 (1867)

Maço 3417 (1828-1868)

Maço 3418 (1831-1868)

Maço 3419 (1850-1868)

Maço 3420 (1852-1868)

Maço 3421 (1852-1868)

Junta Paroquial de Alistamento Militar

Maço 3480 (1841-1891)

Maço 3482 (1833-1887)

Maço 3483 (1864-1889)

Maço 3484-1 (1868-1889)
 Recrutamento.
 Maço 3490 (1860-1867)
 Maço 3491 (1851-1868)
 Maço 3492 (1847-1868)
 Maço 3493 (1860-1871)
 Maço 3494-1 (1840-1881)
 Maço 3495 (1827-1882)
 Depósito de Recruta.
 Maço 3496 (1842-1868)
 Guarda Nacional.
 Maço 3602 (1864)
 Maço 3603 (1861-1865)
 Maço 3604 (1862-1865)
 Maço 3605 (1864-1865)
 Maço 3606 (1850-1866)
 Maço 3607 (1860-1866)
 Maço 3608 (1863-1866)
 Maço 3609 (1863-1866)
 Maço 3610 (1864-1866)
 Maço 3611 (1864-1866)
 Maço 3612 (1862-1867)
 Maço 3613 (1865-1867)
 Maço 3614 (1866-1867)
 Maço 3615 (1867)
 Maço 3616 (1860-1868)
 Maço 3617 (1860-1868)
 Maço 3618 (1861-1868)
 Maço 3619 (1867-1868)
 Maço 3620 (1867-1868)
 Maço 3621 (1867-1868)
 Maço 3622 (1868)
 Maço 3623 (1857-1868)
 Maço 3624 (1860-1869)
 Maço 3625 (1860-1869)
 Maço 3626 (1862-1869)
 Maço 3627 (1863-1869)
 Maço 3628 (1863-1869)
 Maço 3629 (1863-1869)
 Maço 3630 (1864-1869)
 Maço 3631 (1864-1869)
 Maço 3632 (1866-1869)
 Maço 3633 (1867-1869)
 Maço 3634 (1868-1869)
 Maço 3635 (1869)
 Maço 3636 (1869)
 Maço 3637 (1870)

Maço 3638 (1871)
 Maço 3639 (1870-1872)
 Maço 3640 (1843-1873)
 Maço 3641 (1870-1874)
 Maço 3646 (1870-1876)
 Maço 3648 (1870-1878)
 Maço 3660 (1861-1888)
 Maço 3661 (1881-1888)
 Maço 3662 (1856-1889)
 Maço 3663 (1880-1889)
 Guerra do Paraguai
 Maço 3668 (1865-1857)
 Maço 3669 (1865)
 Maço 3670 (1865-1869)
 Maço 3671 (1866-1868)
 Maço 3672 (1865-1869)
 Maço 3673 (1866-1879)
 Maço 3674 (1866-1886)
 Maço 3675 (1866-1888)
 Registro de Donativos Para a Guerra do Paraguai.
 Maço 3675-1 (1863-1866)
 Força Expedicionária
 Maço 3676 (1840-?)
 Companhia de Sapadores.
 Maço 3678 (1867)
 Batalhão de Caçadores.
 Maço 3679 (1831-1874)
 Infantaria.
 Maço 3681 (1857-1888)
 Cavalaria.
 Maço 3682 (1824-1888)
 Destacamento
 Maço 3683 (1821-1885)
 Quartel da Palma
 Maço 3690 (1823-1888)
 Quartel Forte de São Pedro.
 Maço 3691 (1827-1889)
 Quartel da Inspeção Militar (Medicos das Gales)
 Maço 3692 (1827-1878)
 Presidência da Provincia Série Agricultura, Industria e Comércio.
 Instituto Bahiano de Agricultura
 Maço 4589 (1858-1868)
 Imperial Instituto Bahiano de Agricultura.
 Maço 8590 (1869-1887)
 Industria Manufatureira.
 Maço 4601 (1868)

Abastecimento Matadouro Público

Maço 4628 (1848-1867)

Maço 4629 (1867-1889)

Polícia - Registro de correspondência expedida para a Presidência da Província.

Maço 5782 (1864-1865)

Maço 5783 (1864-1865)

Maço 5784 (1864-1865)

Maço 5785 (1865)

Maço 5786 (1864-1866)

Maço 5787 (1864-1866)

Maço 5788 (1865-1866)

Maço 5789 (1865-1866)

Maço 5790 (1865-1866)

Maço 5791 (1866)

Maço 5794 (1866-1867)

Maço 5795 (1866-1867)

Maço 5809 (1869-1870)

Maço 5811 (1870-1871)

Maço 5812 (1870-1871)

Maço 5813 (1870-1871)

Maço 5814 (1870-1871)

Maço 5815 (1871)

Polícia - Correspondência recebida da Presidência da Província.

Maço 6155 (1863-1865)

Maço 6156 (1867-1868)

Maço 6158 (1868-1869)

Maço 6159 (1870-1871)

Polícia - Correspondência recebida sob: escravos - passaporte - habitação para obter passaporte - justificação de domínio - justificação de identidade - captura - pedido de soltura.

Maço 6332 (1864)

Maço 6333 (1865-1866)

Maço 6334 (1866-1867)

Maço 6335 (1868-1869)

Maço 6336 (1870-1871)

Polícia - Correspondência recebida de: Divisão Naval - Estação Naval - Escola Aprendizes Marinheiros

Marinha - recruta, desertor e outros assuntos.

Maço 6453 (1864-1883)

Polícia - Correspondência recebida sobre militares: Guarda Nacional; Arsenal de Guerra e Cavalaria.

Maço 6458 (1864-1869)

1.2. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

DRD/Divisão de Informação Documental

Ferreira, Antônio Costa et al. Requerimento ao Presidente da República (Venceslau Bras) pedindo a abolição dos festejos comemorativos pela vitória brasileira nas

batalhas de Tuiuti e Riachuelo. São Félix, Ba. 21 janeiro 1916.2f., impresso com assinatura autografada.

FONTES IMPRESSAS

2.1. Arquivo Público do Estado da Bahia

Falas, Relatórios e Mensagens dos Presidentes de Provincia, compreendido entre os anos de 1864 e 1870.

2.2. Biblioteca Pública do Estado da Bahia

Revista Rodoveia, número 304 de julho/agosto de 1973

Revista Manchete, número 1377 de 09 de setembro de 1978.

Revista Isto É Senhor, número 131 de 27 de junho de 1979.

Revista Veja, número 1451 de 03 de julho de 1996.

2.3. Jornais

Jornal O Alabama.

Diário de Notícias.

Jornal da Bahia.

Jornal A Tarde.

BIBLIOGRAFIA

- ACCIOLY, Ignácio. **Memórias históricas e políticas da Província da Bahia**. Anotador Dr. Braz do Amaral. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1937. 5 v.
- AGUIAR, Antônio Augusto da Costa. **As causas que deram lugar à guerra com a República do Paraguay**. São Paulo: Typ. Americana, 1866 (monografia).
- AGUIAR, Durval Vieira de. **Descrições práticas da Província da Bahia**. Salvador: Tipografia do Diário da Bahia, 1888.
- ALCALÁ, Guido Rodriguez. **Ideologia Autoritária**. Assunção: RP Ediciones, 1987.
- ALMEIDA, Rômulo. **Traços da história econômica da Bahia no último século e meio**. Salvador: Instituto de Economia e Finanças da Bahia, 1951.
- AMARAL, Braz do. **História da Bahia, do Império à República**. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1923.
- AMARAL, Luiz. **História geral da agricultura brasileira**. São Paulo: Nacional, 1940.
- ARAÚJO, Joaquim Nabuco. **O Abolicionismo**. São Paulo: Nacional, 1938.
- ARAÚJO, Oseas Moreira de. **Notícia sobre a polícia militar na Bahia no século XIX**. Salvador: Imprensa oficial, 1950.
- ARAÚJO, Ubiratan Castro. e BARRETO, Vanda Sampaio de Sá. "A Bahia econômica e social". In: **A inserção da Bahia na evolução Nacional. 1ª etapa: 1850 – 1889**. Salvador: Fundação de Pesquisa – CPE, 1978.
- AZEVEDO, Thales de. **A Economia Baiana em torno de 1850**. In: **História do Banco da Bahia 1858-1958**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1969.
- BALLESTEROS, Gaibrois Manuel. **História da América**. Madrid: Gráfica González, 1954.
- BARBOSA, Mário Ferreira. **Aspectos econômicos da Bahia**. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1923.
- BARROSO, Gustavo. **O Brasil em face do Prata**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930.
- BOCCANEIRA JR, Sílio. **Bahia histórica. Reminiscências do passado, registro do presente**. Anotações. 1549-1920. Salvador. Tipografia Baiana, 1921.

- BOCCANEIRA JR, Sílio. A Bahia na Guerra do Paraguai In: **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, n. 72, 1945.
- BOCCANEIRA JR, Sílio. **Bahia Histórica: reminiscência do passado registro do presente**. Bahia: Typografia Bahiana, 1921.
- BOX, Pelham Horton. **Los orígenes de la guerra del Paraguay contra la triplice alianza**. Assuncion: Lacolmena S.A., 1936.
- BRITO, José Gabriel de Lemos. **Guerra do Paraguai: narrativa histórica dos prisioneiros do vapor Marquez de Olinda**. Pref. de Arlindo Fragoso. Bahia: Lith-Typ, 1907.
- CALMON, Pedro. **História do Brasil**. Bahia: Editora José Olímpio, 1959.
- CARVALHO, José Murilo de. **A construção da Ordem: A elite política imperial**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, Campus, 1987.
- CARVALHO, José Murilo de. **Teatro de sombras**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.
- CASTRO, Jeanne Berrance de. **A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850**. São Paulo: Nacional, 1977.
- CERQUEIRA, Dionísio Evangelista de Castro. **Reminiscências da campanha do Paraguai**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1980.
- CHALHOUB, Sidney & PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda.(org.) **A História contada: capítulos de história social da literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- CHIAVENATTO, Júlio José. **Genocídio Americano: A Guerra do Paraguai**. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- CHIAVENATTO, Júlio José. **Os Voluntários da Pátria: e outros mitos**. São Paulo: Global, 1978.
- CHIAVENATTO, Júlio José. **A guerra do Paraguai**. São Paulo: Ática, 1985.
- CHIAVENATTO, Júlio José. **A guerra contra o Paraguai**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

- COELHO, E. Campos. **Em busca da Identidade: O exército e a política na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Forense, 1976.
- CALÓGERAS, Pandiá. **A política exterior do Império, da regência à queda de Rosas**. São Paulo: Nacional, 1933, vol. III.
- COSTA, Wilma Peres. **A Espada de Dâmocles - O exército, a guerra do Paraguai e a crise do Império**. São Paulo: Hucitec/Unicamp, 1996.
- DANGHI, Tulio Halperin. **História da América**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- DIAS, Sátiro de Oliveira. **O Duque de Caxias e a Guerra do Paraguai: estudo crítico e histórico**. Salvador: Imp. Typ do Diário, 1870.
- DOCCA, Souza. **Causas da guerra com o Paraguai: autores e responsáveis**. Porto Alegre: Liv. Americana, 1919.
- DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **O conflito com o Paraguai - a Grande Guerra do Brasil**. Brasília: Ática, 1996.
- DORATIOTO, Francisco. **A Guerra do Paraguai**. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- DUARTE, General Paulo de Queiroz. **Os voluntários da pátria na Guerra do Paraguai**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, v. I. 1981.
- EDELWEISS, Frederico G. Nótulas Econômico - financeiras para melhor compreensão de certos aspectos da Guerra do Paraguai. In: **Revista do IHGBA**. Salvador: n. 83., 1973.
- FRAGOSO, Augusto Tasso. **A paz com o Paraguai depois da guerra da Tríplice Aliança**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941.
- FRAGOSO, Augusto Tasso. **História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1956.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura S. A., 1959.
- GLEDSOON, John. **Machado de Assis: ficção e história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- GOES CALMON, Francisco Marques de. **Vida econômico-financeira da Bahia (elementos para a história) de 1808 a 1889 (reimpressão)**. Salvador: Fundação de Pesquisas/CPE, 1978.

- GRAHAM, Richard. **Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil (1850-1914)**. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- KRAAY, Hendrik. **Soldiers, officers, and society: the arm in Bahia, 1808-1889**. Tese de doutorado, University of Texas at Austin, 1995.
- LIMA, Manuel de Oliveira. **O Império Brasileiro: 1822-1889**. Brasília: Ed. UnB, 1986.
- LINS, Ivan. **História do positivismo no Brasil**. São Paulo: Nacional, 1967.
- LORETO, Aliatar. **Capítulo de História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1946.
- MAGALHÃES, J. B. **A evolução militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1978.
- MARQUES, Maria Eduardo Castro Magalhães (org.) **A Guerra do Paraguai 130 anos depois**. Rio de Janeiro: Relume Dumarã, 1995.
- MATTOSO, Katia M. de Queirós. **Bahia: A cidade do Salvador e seu mercado no século XIX**. São Paulo: Hucitec. Secretaria de Educação e Cultura, 1979.
- MATTOSO, Katia M. de Queirós. **Bahia, século XIX. Uma província no Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- MEIRELLES, Theotonio. **O exército brasileiro na Campanha do Paraguai: resumos históricos**. Rio de Janeiro: Typ. do Globo, 1877.
- MILLAN, José. **Compêndio de história americana**. Buenos Aires: Kapelusz, 1927.
- MILTON, Aristides A. **Ephemerides Cachoeiranas**. Bahia: Tipografia Bahiana de Cincennato Milchiades, 1903.
- MONTEIRO, Tania Penido. **Portugueses na Bahia na segunda metade do século XIX. Imigração e comércio**. (dissertação de Mestrado) Salvador: UFBA, 1982.
- MORAIS, Evaristo de. **A escravidão africana no Brasil**. Rio de Janeiro: Typ Martins de Araújo & Cia., 1916.
- MORAIS, Evaristo de. **A campanha abolicionista 1879-1888**. Brasília: Ed. UnB, 1986.
- NABUCO, Joaquim. **La Guerra del Paraguay**. Buenos Aires: Belgrano, 1977.
- ORESTES, Rosália. **História da América**. São Paulo: Francisco Alves, 1953.
- PAMPONET, José Luis Sampaio. **Evolução de uma empresa no contexto da industrialização brasileira. A Companhia Empório Industria do Norte, 1891-1973**. (dissertação de Mestrado) Salvador: UFBA, 1975.
- PEDROSO, Tabajara. **História da América**. São Paulo: Saraiva, 1953.

- PEREGALI, Enrique. **Recrutamento militar no Brasil colonial**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1986.
- PEREIRA, Carlos. **Breve História da América**. México: Aguilar, 1949.
- PLA, Josefina. **Los Británicos en el Paraguay - 1850-1870**. Assunção: Arte Nuevo Editores, 1984.
- POMBO, José Francisco da Rocha. **História da América. (1853-1903)**. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1933.
- POMER, Leon. **A Guerra do Paraguai, A grande tragédia Rio-platense**. São Paulo: Global, 1980.
- POMER, Leon. **La Guerra del Paraguay! Gran Negócio**. Buenos Aires: Caldén, 1973.
- POMER, Leon. **La Guerra del Paraguay**. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1971.
- POMER, Leon. **Os conflitos da Bacia do Prata**. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- POMER, Leon. **El soldado criollo**. Buenos Aires: Ceal, 1971.
- QUERINO, Manoel. **A Bahia de outrora: vultos e fatos populares**. Bahia: Livraria Econômica, 1922.
- REBOUÇAS, André. **Diário: a Guerra do Paraguai**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1973.
- REIS, João José & SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito. A resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- SHNNEIDER, Lovis. **A Guerra de Tríplíce Aliança contra o Governo da República do Paraguai**. Trad. Manoel Alves Nogueira. Rio de Janeiro: Typ Americana, 1875.
- SILVA, Eduardo. **Dom Obá II D'África, o príncipe do povo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- SILVA, Katia Maria de Carvalho. **O Diário da Bahia e o século XIX**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/INL/MEC, 1979.
- SILVEIRA, Mauro César. **A batalha de papel - A Guerra do Paraguai através da caricatura**. Porto Alegre: L&PM, 1996.

- SODRÉ, Nelson Werneck. **História militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- SOUSA, Jorge Prata. **Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai**. Rio de Janeiro: Maurad:ADESA, 1996.
- SOUZA, Afonso Ruy de. **História política e administrativa da cidade do Salvador**. Salvador: Tipografia Beneditina, 1949.
- SPALDING, Walter. **A invasão paraguaia no Brasil**. São Paulo: Nacional, 1940.
- TAUNAY, Alfredo d' Escagnolle Taunay, Visconde de. **Campanha do Paraguai: comando em chefe de S. A o Sr. Conde D'Eu: diário de exército**. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1870.
- TAUNAY, Alfredo d' Escagnolle Taunay, Visconde de. **A Retirada da Laguna**. Trad. de Salvador de Mendonça. Rio de Janeiro: Typ. Americana, 1874.
- THOMPSON, George. **Guerra do Paraguai**. Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1968.
- TORAL, André Amaral de. **A participação dos negros escravos na guerra do Paraguai**. Estudos Avançados (24), 1995.
- TOURINHO, Maria Antonieta Campos. **O Imperial Instituto Baiano de Agricultura: A instrução agrícola e a crise da economia açucareira na segunda metade do século XIX**. (dissertação de Mestrado). Salvador: UFBA, 1982
- URICOECHEA, Fernando. **O Minotauro Imperial. A burocratização do Estado patrimonial no século XIX**. São Paulo: DIFEL, 1978.
- VERSEN, Max Vin. **História da Guerra do Paraguai**. Trad. de Manuel Tomas Alves Nogueira. apres. de Mario Guimarães Feri. São Paulo: EDUSP/Itatiaia, 1976.

ANEXOS

ANEXO I - Mapa da força com que cada uma das províncias do Império concorreu para a Guerra do Paraguai.

PROVÍNCIAS	Voluntários da Pátria	Guarda Nacional Designados	Voluntários E Recrutas	Substitutos	Libertos da Nação	Libertos da Casa Imperial	Libertos dos Conventos	Libertos de Particulares	Libertos pelo Governo	Substitutos	Soma
Alagoas	1 041	787	791	0	0	0	0	01	35	01	2 656
Amazonas	247	309	167	0	0	0	0	0	01	0	724
Bahia	7.764	5.312	1.861	88	0	0	12	12	248	0	15.297
Ceará	1 412	3 096	1 019	0	0	0	0	01	118	02	5 648
Côrte	6.834	1.851	1 170	16	274	67	27	630	960	238	12 067
Espírito Santos	341	285	324	0	0	0	0	0	11	05	966
Goiás	0	424	118	0	0	0	0	0	0	0	542
Maranhão	1 509	1.789	1.083	0	0	0	16	27	113	01	4.538
Mato Grosso	1 417	1 843	38	0	0	0	0	0	0	0	3 298
Minas Gerais	894	1.768	1 366	11	0	0	0	15	03	13	4 070
Pará	1.461	1.440	861	0	13	0	17	02	01	32	3 827
Paraiíba	984	599	820	0	0	0	08	0	42	01	2 454
Paraná	480	1.296	230	1	0	0	0	04	0	11	2 022
Pernambuco	4 158	1.104	1.734	0	0	0	9	10	66	55	7.136
Piauí	960	1.134	0	0	0	0	0	01	164	0	2.259
Rio Grande do Norte	542	348	419	0	0	0	0	02	0	0	1 311
Rio Grande do Sul	460	3 387	279	0	0	0	0	37	15	305	4 483
Rio de Janeiro	3.595	2.315	1.615	36	0	0	0	01	0	199	7.761
Santa Catarina	969	264	180	99	0	0	0	01	0	24	1.537
São Paulo	2.271	1.125	2.553	443	0	0	6	45	0	61	6.504
Sergipe	1 099	724	391	0	0	0	0	10	30	0	2.254
TOTAL	20.799	31.200	17.019	694	287	67	95	799	1.807	948	91.354

Fonte: APEBa Biblioteca Relatório do Ministério da Guerra. 1872.

ANEXO II-1 - Mapa da força de Guarda Nacionais designados, remetidos e apurados até 14 de agosto de 1866.

Município	Nº Marcados	Remetidos	Apurados
Capital	500	506	376
Vila de São Francisco	188	176	151
Nazareth	188	95	77
Feira de Santana	188	22	17
Itapicurú	150	16	15
Lençóis	100	19	19
Maragogipe	108	94	84
Alagoinhas	80	91	78
Purificação	80	33	31
Jaguaripe	70	44	35
Mata e Abrantes	50	89	79
Vila da Barra	50	61	54
Itaparica	50	25	15
Monte Santo	50	16	16
Capim Grosso	50	67	67
Caravelas	50	2	1
Canavieiras	25	24	23
Camamu	25	10	10
Porto Seguro	15	1	-
Vila do Conde	-	36	30
Vila da Vitória	-	37	37
Chique Chique	-	47	47
Total de Praças	2.151	1.511	114

Fonte: APEBa. Seção Colonial e Provincial. Militares. Maço 3413

ANEXO II - Número de Praças da Guarda Nacional da Província da Bahia destacados para a Guerra do Paraguai, em 18 de dezembro de 1865.

Município	Nº de Praças
Cachoeira	280
Santo Amaro	189
Vila de São Francisco	188
Feira de Santana	188
Nazareth	188
Inhambupe	150
Maragojipe	108
Lençóis	100
Alagoinhas	80
Purificação	80
Jaguaripe	70
Campo Largo	50
Vila da Barra	50
Mata e Abrantes	50
Itaparica	50
Monte Santo	50
Capim Grosso	50
Caravelas	50
Camamu	25
Ilhéus	25
Juazeiro	25
Marahu	25
Barra do Rio de Contas	25
Canavieiras	25
Porto Seguro	15
Belmonte	15
Total de Praças	2.151

Fonte: APEBa. Septo Colonial e Provincial.
Guarda Nacional. Mapa 3604

ANEXO III - Forças da Província da Bahia destinadas a Guerra contra o Paraguai desde o início até 11 de abril de 1869.

Para o Exército	
Voluntários	6.325
Guardas designados	4.462
Recrutas	1.611
Libertos	271
Primeira Linha	1.895
Sem designação específica	605
Total	15.169

Para a Armada	
Voluntários	185
Recrutas	876
Libertos	1.376
Imperiais Marinheiros	396
Aprendizes Marinheiros	230
Sem designação específica	98
Total	3.161

Total geral	18.330
--------------------	---------------

Fonte: APF/Ba. Biblioteca. Relatório Apresentado à Assembleia Legislativa da Bahia pelo presidente da Província, em 11 de abril de 1869.